



365 DIAS | ANO 2
GOVERNO DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL 2020

GOV **RS**
NOVAS FAÇANHAS

EXPEDIENTE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador

Eduardo Leite

Vice-governador

Ranolfo Vieira Júnior

Procuradoria-Geral do Estado

Eduardo Cunha da Costa

Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Catarina Paladini (de fevereiro de 2019 a maio de 2020)

Mauro Hauschild

Secretaria da Fazenda

Marco Aurelio Cardoso

Secretaria de Obras e Habitação

José Stédile

Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural

Covatti Filho

Secretaria da Educação

Faisal Karam

Secretaria da Segurança Pública

Ranolfo Vieira Júnior

Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão

Leany Lemos (titular de janeiro de 2019 a maio de 2020, quando a pasta foi fundida com a Secretaria de Governança e Gestão Estratégica)

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão

Claudio Gastal (titular da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica de janeiro de 2019 a dezembro de 2020)

Secretaria da Saúde

Arita Bergmann

Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura

Artur Lemos Júnior

Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia

Luís Lamb

Secretaria de Trabalho e Assistência Social

Regina Becker

Secretaria de Logística e Transportes

Juvir Costella

Secretaria da Cultura

Beatriz Araujo

Secretaria do Esporte e Lazer

João Derly (de fevereiro de 2019 a junho de 2020)

Francisco Vargas

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Ruy Irigaray (de março de 2019 a fevereiro de 2020)

Rodrigo Lorenzoni

Casa Civil

Otomar Vivian

Casa Militar

Júlio César Rocha Lopes

Secretaria de Comunicação

Tânia Moreira

Secretaria de Articulação e Apoio aos Municípios

Agostinho Meirelles

Secretaria Extraordinária de Relações Federativas e Internacionais

Ana Amélia Lemos

Secretaria da Administração Penitenciária

Cesar Faccioli

Gabinete do Governador

Paulo Morales (*in memoriam*)

Secretaria Extraordinária de Parcerias

Bruno Vanuzzi

Balanco 2020

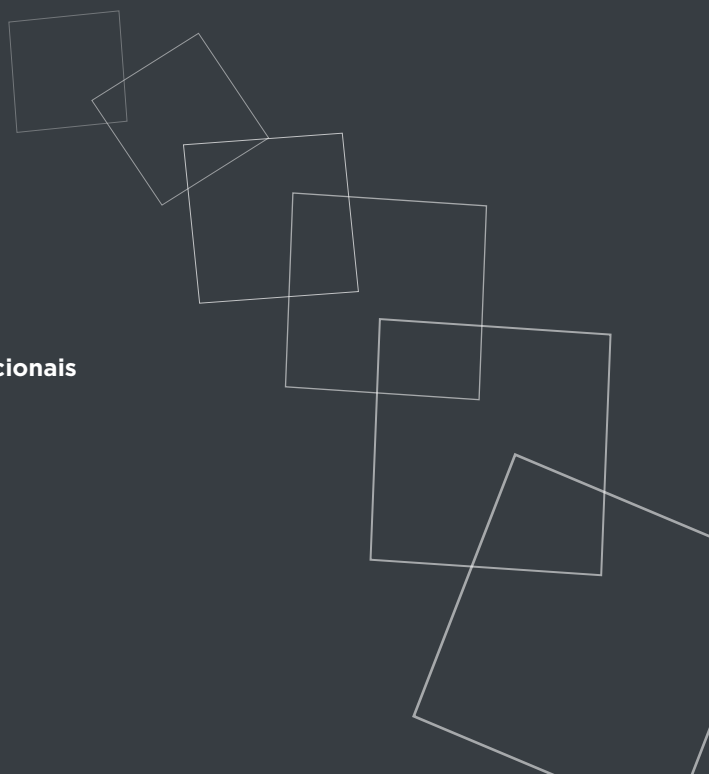
Versão Digital

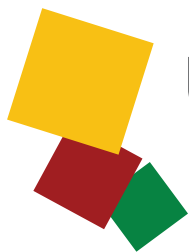
Redação e edição

Secretaria de Comunicação



Bissexto, 2020 teve 366 dias, mas esta publicação manteve o nome “365 dias” para dar continuidade ao projeto editorial de prestação de contas da gestão 2019-2022.





UM ANO DIFERENTE

O segundo ano da gestão 2019-2022 foi marcado por consolidação e surpresas. De um lado, o governo deu continuidade à agenda de reformas de impacto na gestão fiscal do Estado e à obtenção de resultados cada vez mais expressivos na redução dos índices de criminalidade. De outro, uma estiagem severa e uma pandemia imprevisível impuseram desafios gerenciais à administração estadual.

Aprovada nos primeiros dias de 2020, a Reforma RS já começou a produzir resultados financeiros, por conta das alterações promovidas pela Reforma Administrativa e pela Reforma Previdenciária. Ambas devem gerar uma economia de R\$ 18 bilhões em dez anos. As alterações previdenciárias, por exemplo, já reduziram a despesa com inativos, antecipando uma tendência prevista para 2032.

Em relação à criminalidade, a queda dos indicadores prosseguiu, comprovando o acerto da estratégia conduzida a partir do RS Seguro. O aumento da segurança tem efeitos positivos sobre a qualidade de vida da população e impacta na competitividade do Estado, com redução de custos e garantias patrimoniais significativas.

Administrar o Rio Grande do Sul em 2020 exigiu mobilizar recursos para enfrentar as consequências da estiagem e gerenciar uma pandemia sem precedentes. A estiagem resultou em apoio e ação integrada. Contra a Covid-19, o governo do Estado adotou uma estratégia ancorada em dados e conhecimento científico que conciliou respeito à vida e à atividade econômica, buscando criar as melhores condições de convivência com a doença e diminuindo seus efeitos sobre a população.

Um ano diferente, que desafiou a gestão pública a persistir e a adotar soluções diferentes – uma realidade retratada neste segundo volume da série de publicações **365 dias**, editada com o intuito de apresentar um balanço das ações de 2020.

No primeiro bloco, cujo título é *Destaques*, há três seções. A primeira, *Ações de 2020*, agrupa alguns dos resultados mais marcantes do segundo ano de gestão, entre eles o impacto das reformas e como elas foram capazes de sustentar a obtenção do equilíbrio fiscal e a realização de despesas e investimentos. A segunda, *Pandemia*, lista as ações de enfrentamento da Covid-19, sobressaindo-se da leitura que a estratégia alcançou praticamente todas as áreas da administração pública, a partir de uma visão integrada, lastreada no conhecimento científico e focada na necessidade de conciliação entre preservação da vida e da economia. O centro do esforço da administração estadual contra a pandemia foi o modelo de Distanciamento Controlado, uma ferramenta original que permitiu o acompanhamento da evolução da doença e a aplicação dosada de medidas sanitárias. E a terceira seção, *Governo Digital*, apresenta as iniciativas de digitalização dos serviços públicos, uma estratégia que envolve tecnologia e respeito à população.

O segundo bloco, *Eixos Estratégicos*, reúne as ações das secretarias, separadas a partir dos quatro eixos estratégicos do governo: 1) *Estado Sustentável*, 2) *Governança e Gestão*, 3) *Desenvolvimento Empreendedor* e 4) *Sociedade com Qualidade de Vida*. Os quatro macrotemas são os pilares da visão de gestão do atual governo, indicando o caminho da agenda de soluções implementada para reorganizar administrativa e financeiramente o Rio Grande do Sul.

A publicação **365 dias** termina com um bloco complementar, *Ações de Comunicação*, o qual apresenta algumas iniciativas de comunicação e transparência.

Com o material aqui reunido, o objetivo desta publicação é prestar contas à população com informação oficial de qualidade.

Boa leitura!

Índice

35
DIAS
ANOS

DESTAQUES/AÇÕES DE 2020	6	Aulas presenciais com segurança	60
REFORMA RS	7	50 mil computadores para professores	62
A mais ampla mudança estrutural do funcionalismo	8	Alimentação para alunos	63
Reforma RS reconhecida nacionalmente	10	TVE exhibe aulas preparatórias para o Enem	64
Ações com a Imprensa	11	CREs equipadas	65
Carga tributária reduzida	12	Apoio sócio emocional para professores	65
Salários em dia	14	Ferramentas para incentivo à leitura	66
RS SEGURO	15	Conexão da comunidade	67
Queda histórica nos indicadores criminais	16	LEI ALDIR BLANC	68
Pisseg atinge R\$ 19,4 milhões para investimento	18	Ações emergenciais	69
RS Seguro ampliado de 18 para 23 cidades	19	SOCIEDADE MOBILIZADA	70
Mais 1.367 servidores	20	Respiradores consertados	71
Enfrentamento à violência contra mulheres	21	Créditos adicionais para combater a pandemia	72
Combate ao crime organizado e manutenção da ordem no sistema prisional	22	Doações	72
ESTRADAS	24	Cestas básicas	73
Duplicação da ERS-118 concluída	25	Populações vulneráveis	73
Conclusão do viaduto da ERS-040	26	IDOSOS	74
5 mil quilômetros de vicinais recuperados	27	Municípios em situação de emergência	75
Contratação de horas-máquina	28	Live Grenal da Solidariedade	76
Consulta Popular	28	Projeto PopRua RS	77
Acessos municipais	29	Campanha #PODPelaVida	77
COMBATE À ESTIAGEM	30	Pit Stop Covid-19	78
Ações para reduzir perdas	31	Programação cultural	78
Perfuração de poços em 79 municípios	32	Transporte de kits anticovid para DML	78
Caixas d'água contra estiagem	32	Ospa	78
Recuperação de estradas e desassoreamento	33	Theatro São Pedro	78
DESCOMPLICA RS	34	Uergs desenvolve mais 200 ações de Extensão	79
Atendimento simplificado para cidadãos e empreendedores	35	Abertura de negócios mais em conta	79
Programa de desburocratização para abrir empresas	35	EDITAIS PARA INOVAÇÃO	80
DESTAQUES/PANDEMIA	36	Edital para enfrentamento da Covid-19	81
DISTANCIAMENTO CONTROLADO	37	Edital emergencial	82
Modelo pioneiro para enfrentar a pandemia	37	Edital Tecnova 2	83
Pesquisa vira exemplo para o Brasil	38	Observatório Covid-19	84
Decisões baseadas em ciência	39	Startups contra a Covid-19	84
Regras durante a calamidade pública	40	Plataforma de Ações de Enfrentamento da Covid-19	85
Apoio aos municípios	41	Curso gratuito	85
AÇÕES ESTRATÉGICAS	42	SISTEMA PRISIONAL	86
Centro de Operações de Emergências	42	Grupo interinstitucional da Justiça	87
Plano para enfrentamento	42	Áreas de triagem	87
100% de transparência	42	Testagem de todos os ingressantes	87
Planejamento para imunização	42	EPIS	87
Operação RS Verão Total 2020/2021	43	Virtualização do sistema	87
Acordo sanitário com o Uruguai	43	OUTRAS AÇÕES	88
Planos de contingência para hospital	43	Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural	88
Aportes do IPE Saúde	43	Procuradoria-Geral do Estado	89
LEITOS	44	Secretaria da fazenda	90
Vagas em UTI aumentam 106%	45	Adequações em ônibus intermunicipais	91
Hospital Regional de Santa Maria	45	Secretaria de logística e transportes	91
Hospital Berço Farroupilha	46	Secretaria da segurança pública	91
Hospital Vila Nova	46	Agendamento para confecção de RG	92
Hospital de Taquara	47	Aulas teóricas remotas para a primeira habilitação	93
Hospital São Vicente de Paulo	47	Cursos gratuitos na Escola Pública de Trânsito Online	93
865 Respiradores	48	Leilões virtuais de veículos e sucatas	93
Equipamentos para hospitais	49	Atendimento à imprensa adaptado	94
ESTRUTURA E EQUIPE	50	Governador conversa com população em programas de rádio	94
Mais de 21 milhões de EPIS distribuídos	51	Série sobre Distanciamento Controlado alcança recorde de visualizações	95
R\$ 32,4 milhões para centros de triagem	51	Jornalismo em números 2020	95
Anestésicos para UTIs	51	Podcast amplia contato com os gaúchos	96
Tele UTI-RS garante excelência	51	Newsletter Coronavírus	96
Equipamento para sequenciamento genético	52	Oficina sobre Distanciamento Controlado	97
Contratação emergencial de profissionais	52	DESTAQUES/GOVERNO DIGITAL	98
Cadastro de voluntários	52	rs.gov.br	99
TESTES	53	Governo na palma da mão	99
Distribuição de exames rápidos	53	Sistemas de licenciamento	100
Lacen é pioneiro na descentralização	54	Farmácia Digital	101
Programa Testar RS	55	Receituários azul e amarelo	101
VACINAS E AUXÍLIOS	56	GERCON e GERINT	101
Vacina da gripe em 56 farmácias privadas	56	APLICATIVOS	102
Aldeias Indígenas	57	PC ALERTA!	102
APOIO PARA O ENSINO	58	Menor Preço Nota Gaúcha	103
Aulas remotas e ferramentas educacionais	59	Nota Fiscal Fácil	103

Servidor RS.....	104	Perfuração de poços beneficia 2 mil famílias.....	143
FPE Mobile.....	104	Novo calado do Porto do Rio Grande	144
Documentos.....	105	Campos do Sul.....	144
PORTAIS	106	Energia Forte no Campo.....	145
Ampliação da Delegacia Online	106	Revitalização de bacias hidrográficas	145
IPE SAÚDE.....	106	Monitoramento de projetos estruturantes.....	146
Preço de Referência Nota Fiscal	107	PCH Forquilha IV	146
e-CAC	107	Campanha e centro do RS conectados	146
Pessoa Física.....	107	PCH Morro Grande	146
Receita Dados	107	Rodovias do Daer	147
DETRAN	108	Aeroporto Regional da Serra Gaúcha	147
Aplicação remota de exames teóricos	108	Gás natural.....	147
Defesa de suspensão ou cassação da CNH.....	108	EIXOS ESTRATÉGICOS/EIXO 4-SOCIEDADE COM QUALIDADE DE VIDA	148
FASE	109	Qualidade em saúde	149
FUNDOPEM 4.0.....	109	SAMU em 100% dos municípios	149
EIXOS ESTRATÉGICOS/EIXO 1-ESTADO SUSTENTÁVEL	110	Redução da mortalidade materna	150
ORÇAMENTO	111	Alerta para dengue, zika e chikungunya	150
LDO congela valores.....	111	Menos judicialização.....	151
Proposta para 2021	112	Parceria com hospital Sírio-Libanês	151
Números realistas	112	Controle de IST/aids	152
Déficit orçamentário.....	113	Qualificação da assistência às pessoas com HIV	152
Arrecadação restos a pagar	114	Semana estadual de prevenção à gravidez na adolescência	153
Melhora do fluxo de caixa.....	114	BOMBEIROS	154
PAUTAS FEDERATIVAS	115	Novos equipamentos e viaturas	155
Lei Kandir.....	115	Atendimento de emergências com produtos químicos perigosos.....	155
Auxílio federal para aliviar efeitos da Covid-19	115	RECURSOS PARA CULTURA	156
Regime de Recuperação Fiscal	116	R\$ 4,8 milhões para o Margs.....	157
RS PARCERIAS	111	Qualificação de instituições.....	157
Duplicação da RSC-287	117	R\$ 4,69 milhões para a Casa da Ospa	158
Rodovias que fazem parte do estudo de concessão:.....	118	R\$ 1,5 milhão para a Casa de Cultura.....	159
Parceria com BNDES para concessão de mil quilômetros de rodovias estaduais.....	118	R\$ 165 mil para a Discoteca Pública Natho Henn.....	159
Primeira PPP de presidio	119	R\$ 100 mil para o Museu Histórico Farroupilha	160
PRECATORIOS	120	MACRS	160
Mais de R\$ 200 milhões de baixa em dívidas.....	120	R\$ 60 mil para o Museu Julio de Castilhos	161
Compensa-RS líquida mais de R\$ 193 milhões.....	121	5ª Conferência Estadual de Cultura	161
R\$ 400 milhões arrecadados via compensação	121	PRÓ-CULTURA	162
EIXOS ESTRATÉGICOS/EIXO 2-GOVERNANÇA E GESTÃO	122	Novas regras e mais recursos	163
Acordo de Resultados define 219 projetos estratégicos	123	MAIS MORÁDIAS	164
QUALIFICA RS	124	10.290 unidades habitacionais	165
Um marco na seleção de profissionais	124	Força-tarefa da extinta Cohab	165
PAGAMENTOS PARA HOSPITAIS E MUNICÍPIOS	125	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	166
Dívida histórica com municípios é paga.....	126	Grupo de trabalho debate violência contra população negra	166
Regularidade nos pagamentos	126	Delegacia de Polícia de Combate à Intolerância.....	167
Doação de imóveis para quitar dívidas com municípios	126	Não é não!	167
Plano estratégico para gestão patrimonial	127	Minivans para ações humanitárias	168
IPE Saúde e IPE Prev.....	128	Trabalho prisional remunerado	168
Lei Anticorrupção é regulamentada	128	Fundo Penitenciário Rotativo	169
Recuperação de ativos e combate a fraudes fiscais	128	Convênios	169
Relações Federativas Internacionais.....	129	Geração de vagas qualificadas	169
EIXOS ESTRATÉGICOS/EIXO 3-DESENVOLVIMENTO EMPREENDEDOR	130	Direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista.....	169
APOSTA NO CAMPO	131	MÓDULOS ESCOLARES	170
Expointer Digital 2020	132	Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino	170
FEBRE AFTOSA	133	Centro de Internação Provisória Carlos Santos	170
Mais um passo para evolução do status sanitário	134	Mapa Social	171
Investimento nas inspetorias e nos escritórios.....	135	Nova regulamentação para o Pró-Esporte RS.....	171
Novo regime de contratação da Emater	135	Conferência Estadual do Esporte e Lazer.....	172
INOVAÇÃO E PESQUISA	136	Chamamento público para gestão do Cete	173
Bolsas Inova RS	137	RS Trabalho, Emprego e Renda	174
Edital Techfuturo	137	Trabalhar RS.....	175
Programas GameRS, Produtos Premium e Startup Lab	138	Redução da contrapartida de empresas no Pró-Social.....	175
Lei Gaúcha de Inovação	138	ENSINO SUPERIOR	176
Avaliação e reconhecimento do Inova RS	139	Volta às aulas em formato remoto	176
Programa Pesquisador Gaúcho	139	Universidade DIGITAL.....	177
Edital Tecnova 2	140	Olimpíadas Nacionais Onda e PolarOn	178
Edital Doutor Empreendedor	140	TRANSPARÊNCIA/COMUNICAÇÃO	179
Entrepasto Exporta-RS	141	CAMPANHAS E AÇÕES DE PUBLICIDADE	180
FUNDOPEM.....	141		
Jornadas de Regionalização do Turismo.....	142		
Ampliação do Aeroporto de Passo Fundo	143		
Fundo Geral de Turismo.....	142		
Barragem do Arroio Jaguarí	143		

DESTAQUES

AÇÕES
DE 2020



A MAIS AMPLA MUDANÇA ESTRUTURAL DO FUNCIONALISMO

Depois de oito meses de profunda análise da situação da máquina pública, mais quatro meses de intenso diálogo com entidades sindicais e parlamentares e três dias de votações, em 30 de janeiro sete medidas que compõem a Reforma RS passaram pelo aval da maioria dos deputados estaduais, alterando profundamente as carreiras dos servidores de todos os Poderes.

Conjunto de medidas necessárias para enfrentar a grave crise fiscal, a Reforma RS se constituiu na mais abrangente mudança estrutural do funcionalismo estadual. Ao conter o crescimento das despesas de pessoal e adequar-se às regras federais - em termos de idade mínima para aposentadoria e alíquotas previdenciárias -, a economia prevista será de R\$ 18,7 bilhões para os próximos dez anos.

A Reforma RS integra uma série de ações que o governo gaúcho está adotando para enfrentar a crise fiscal e colocar as contas em dia.

Privatizações, concessões e parcerias público-privadas, simplificação de leis e processos, modernização da estrutura de arrecadação tributária para aumentar as receitas e revisão dos benefícios fiscais estão na pauta do governo, que incluiu também a necessidade de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

A agenda proposta pelo Executivo compreendeu:

- criação de um novo plano de carreira para os professores da rede estadual;
- atualização das regras previdenciárias de servidores civis e militares, que foram equiparadas à legislação federal;
- modernização dos estatutos do funcionalismo;
- modificação de formas de remuneração para possibilitar reajustes justos, retirando gratificações que pesam sobre a máquina pública.



PROJETOS APROVADOS

PEC 285/2019

Atualiza regras previdenciárias e altera carreiras dos servidores.

PLC 2/2020

Atualiza o estatuto dos servidores públicos civis do Estado.

PL 3/2020

Altera o Estatuto do Magistério.

PLC 503/2019

Adequa as regras de previdência dos servidores civis gaúchos à legislação federal.

PLC 4/2020

Modifica a remuneração mensal dos servidores do Instituto-Geral de Perícias (IGP).

PLC 509/2019

Modifica a aposentadoria especial de policiais civis e agentes penitenciários.

PLC 6/2020

Altera o Estatuto dos Militares.

IMPACTO

R\$ 18,7 bilhões de economia
nos próximos dez anos:

R\$ 13,9 bilhões em previdência.

R\$ 4,8 bilhões no restante.



REFORMA RS

RECONHECIDA NACIONALMENTE

A Reforma RS foi uma das vencedoras da quarta edição do Prêmio Excelência em Competitividade 2020. O anúncio ocorreu em 17 de setembro durante evento do Centro de Liderança Pública (CLP). A premiação reconhece iniciativas dos Estados em três categorias, e o Rio Grande do Sul foi um dos três vencedores, ao lado de Maranhão e Alagoas, em “Boas práticas”, que teve 156 projetos concorrentes.

PREPARANDO O FUTURO

Desde 2019, o governo elegeu a implementação de reformas estruturais como parte prioritária da agenda para o equilíbrio fiscal e para impulsionar o desenvolvimento gaúcho. Fruto das reformas

administrativa e previdenciária, verificou-se, até outubro, a queda de despesas de pessoal e do déficit previdenciário. A despesa com pessoal diminuiu R\$ 460,6 milhões, revertendo uma tendência histórica de crescimento.

A redução é explicada por fatores como:

- pagamento de vencimentos totais aos ativos e inativos, civis e militares, cresceu apenas 1,3% (R\$ 295,2 milhões), abaixo da inflação do período, fruto do controle de reajustes salariais e dos impactos da reforma administrativa;
- queda dos aportes para o déficit previdenciário em R\$ 607,3 milhões (-5,9%), consequência do aumento das contribuições dos servidores pela reforma previdenciária aprovada e também do controle dos valores dos benefícios. O déficit previdenciário se reduziu em R\$ 1,7 bilhão no ano em

Pacote promove maior reforma no funcionalismo estadual

Zero Hora, 1/2/2020



Valor, 31/1/2020

Deputados do RS aprovam pacote de austeridade de Eduardo Leite

Paula Sperb

Folha de São Paulo, 2/2/2020

Pacto fiscal gaúcho é uma alternativa que outros estados deveriam seguir

Governo e Assembleia Legislativa concluíram um acordo para iniciar a reforma de serviços públicos.

O Globo, 9/2/2020

Deputados gaúchos aprovam pacote de austeridade de Eduardo Leite

Folha de São Paulo, 31/1/2020

Piratini estima em R\$ 18 bi a economia com o pacote

Fazenda espera que avanço nas reformas facilite o acordo de recuperação fiscal com a União p. 5

Jornal do Comércio, 4/2/2020

Governo do RS conclui a mais profunda reforma na carreira do funcionalismo gaúcho

Eduardo Leite conseguiu a chancela do parlamento em três dias das sete propostas do pacote

GZH, 30/1/2020

REFORMA

Aprovação ajuda a colocar os salários em dia, afirma Leite

Correio do Povo, 1/2/2020

Leite celebra economia com aprovação do pacote

Impacto financeiro era estimado em R\$ 18,7 bilhões nos próximos 10 anos

Jornal do Comércio, 31/1/2020

relação a 2019, devido ao aumento da receita de contribuição de servidores pela reforma previdenciária e correspondente incremento das contribuições patronais. Dando continuidade à sua agenda, em 2020 o governo apresentou a mais profunda reforma tributária elaborada por um Estado a fim de tornar o sistema mais justo e simplificado e para compensar a queda das alíquotas de ICMS majoradas. Após mudanças sugeridas no projeto, o governo protocolou um novo conjunto de medidas com foco no equilíbrio fiscal do Estado. Essa proposta mantém pontos da Reforma Tributária RS, como a redução da alíquota para compras internas, o fim do Diferencial de Alíquotas (Difal) e o estímulo à importação pelo Rio Grande do Sul, entre outras ações para simplificação e modernização da administração tributária e combate à sonegação e à informalidade no âmbito do Receita 2030.

IMPACTO

- **R\$ 460,6** milhões de redução na despesa com pessoal em 2020.
- **R\$ 1,7** bilhão de redução do déficit previdenciário.



AÇÕES COM A IMPRENSA

Devido à complexidade e à aridez do tema, iniciar com a sociedade uma discussão sobre reforma tributária trouxe um desafio à Secretaria de Comunicação (Secom), em especial em um ano de pandemia. Para se adequar ao momento, a secretaria adotou o mesmo molde já utilizado na divulgação de anúncios a respeito do coronavírus: as videoconferências. Jornalistas foram convidados a participar de diversas entrevistas coletivas, as quais contaram com detalhadas explicações do governador e do secretário da Fazenda sobre cada uma das propostas. Para intensificar o diálogo com o interior do Estado, o governo promoveu uma série de palestras e entrevistas coletivas em dez cidades. A iniciativa teve como mote o compromisso de transparência e foi chamada de Diálogo RS. A Secom produziu matérias e materiais em vídeo, foto e áudio para dar suporte aos jornalistas regionais.

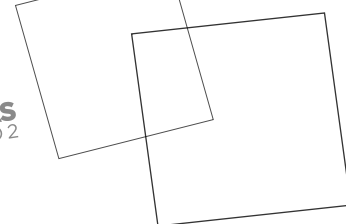
A secretaria elaborou vídeos com esclarecimentos acerca das propostas, entrevistas com o governador e vídeos para as redes sociais. A intenção era deixar o assunto ao alcance da população. A pasta também elaborou cartilhas distribuídas em formato digital. Em setembro, o governador e secretários, ao lado de especialistas na área econômica, dedicaram duas horas para conversar diretamente com a população, por meio de uma live especial sobre a Reforma Tributária RS. Em formato de talk show, o espaço incluiu esclarecimentos relativos às medidas e perguntas feitas por cidadãos. Quando uma segunda proposta sobre a reforma tributária foi apresentada à Assembleia Legislativa, a Secom também promoveu videoconferências e vídeos a respeito dessa questão.



CARGA TRIBUTÁRIA REDUZIDA



Quase seis meses de diálogo intenso do governo do Estado com a sociedade, deputados e setores produtivos resultaram na aprovação, em 22 de dezembro, do Projeto de Lei (PL) 246/2020, com emenda. Devido à pandemia, as discussões sobre a Reforma Tributária RS, a qual previa profundas mudanças nos três tributos estaduais, foram adiadas, e o Executivo encaminhou ao Plenário uma nova proposta.



O projeto atual foi enviado com dois objetivos principais:

- implementar um conjunto de alterações estruturais para melhorar a tributação do Estado, gerando, conseqüentemente, maior simplificação e desenvolvimento;
- apresentar medidas para evitar uma brusca queda da arrecadação atual, fundamental para a continuidade do processo de ajuste fiscal do Estado, sem comprometer também o caixa das prefeituras neste momento.

Os deputados aprovaram a manutenção das medidas de estímulo à economia propostas pelo governo, mas a questão das alíquotas de ICMS foi modificada:

- alíquotas de ICMS sobre energia elétrica, gasolina, álcool e serviços de comunicação, atualmente em 30%, que pela proposta anterior seriam gradualmente reduzidas até 2024, permanecem no patamar atual apenas em 2021, a partir de 2022 retornando para 25%, índice aplicado antes da majoração de 2015;

- alíquota básica de ICMS, atualmente em 18%, reduz para 17,5% em 2021 e 17% a partir de 2022, igualando-se às menores alíquotas modais praticadas no país.

Somando-se a decretos que fazem parte da reforma tributária gaúcha, são atendidas demandas antigas dos setores produtivos gaúchos, como a redução da alíquota efetiva nas compras internas entre empresas para 12% e o fim da cobrança do diferencial de alíquotas (Difal) nas compras externas quando um produto de outro Estado tiver alíquota efetiva similar à do Rio Grande do Sul. Outro pilar da Lei 15.576/20 é relacionado ao combate à informalidade e aos incentivos à cidadania fiscal. O Receita Certa garantirá a devolução de parte do ICMS arrecadado no varejo aos cidadãos inscritos na Nota Fiscal Gaúcha (NFG), e haverá aumento de 50% nas premiações para as entidades parceiras do programa, como as de assistência social e defesa dos animais.

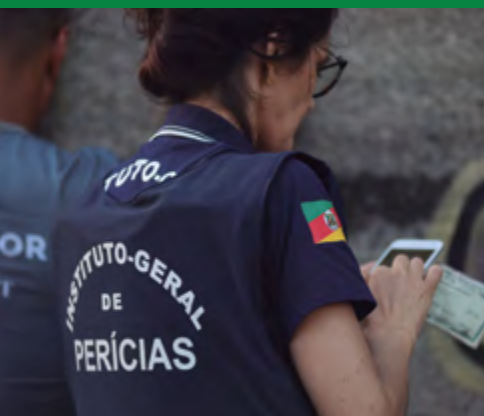


SALÁRIOS EM DIA

Depois de 57 meses de atrasos e parcelamentos, o governo quitou em dia todos os salários referentes à folha de novembro do Poder Executivo. Em dezembro, o pagamento ocorreu em dia novamente.

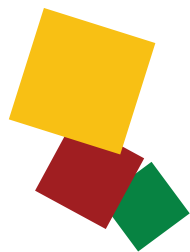
Isso foi possível devido a:

- gestão do fluxo de caixa e do controle rígido das despesas do Estado;
- efeitos positivos das reformas administrativa e previdenciária de 2019;
- suporte da União para compensar as perdas de ICMS durante o período mais crítico da pandemia;
- melhora da arrecadação de impostos estaduais, reflexo dos esforços da Receita Estadual e da retomada na atividade econômica verificada nos últimos meses.



RS SEGURO





QUEDA HISTÓRICA NOS INDICADORES CRIMINAIS

Mesmo diante dos menores índices de criminalidade da última década, alcançados em 2019, o Rio Grande do Sul, por meio do trabalho realizado no âmbito do RS Seguro – Programa Transversal e Estruturante de Segurança Pública, aprofundou as reduções ao longo de 2020.

Ao final de dezembro, o acumulado de vítimas de assassinato no ano foi de 1.694, ou seja, 6,5% menos do que as 1.811 de 2019 e o menor total desde 2007. Com o resultado, considerando a mais recente estimativa de população do Rio Grande do Sul, segundo o IBGE, a taxa caiu para 14,8 mortes a cada 100 mil habitantes – abaixo de 15 pela primeira vez em 11 anos. Comparado ao pior momento já vivido no Estado, em 2017, quando a taxa chegou a 26,4 homicídios por 100 mil habitantes, o dado atual equivale à queda de 44%.

A redução nos homicídios é ainda mais relevante diante do contexto da pandemia da Covid-19. Ao contrário dos crimes patrimoniais, a ocorrência de assassinatos não sofre influência positiva das medidas de distanciamento social.

Com cerca de 80% das mortes ligadas ao tráfico, a expectativa era, inclusive, de possível aumento, em razão do encolhimento no mercado ilegal de entorpecentes pela menor circulação de pessoas, mas a manutenção integral e ininterrupta do trabalho das forças de segurança assegurou a queda.

Nos crimes patrimoniais, as reduções registradas em 2020 também atingiram marcas históricas. O destaque é a queda nos roubos de veículos, que encerraram o ano com o menor acumulado desde o início da contabilização pela Secretaria da Segurança Pública (SSP), em 2002. Foram

7.877 ocorrências, menos da metade (-51,1%) do que no último ano da gestão estadual anterior – em 2018, o número foi de 16.122.

As restrições impostas pela pandemia do novo coronavírus certamente tiveram impacto importante no resultado, mas os dados de meses em que as atividades econômicas e a movimentação de pessoas já haviam sido retomadas comprovam o acerto das estratégias adotadas como fator principal para a sequência de reduções nos indicadores criminais. Em novembro, por exemplo, o número de roubo de veículos caiu de 832 em 2019 para 376 no ano passado (-54,8%) – o menor total para o período de um mês em toda a série histórica de contabilizações. No último mês de 2020, nova retração. O total de ocorrências ficou em 484, o que representa 41,5% menos do que as 827 do ano anterior.

INVESTIMENTO

Os resultados passam pela otimização dos recursos de custeio das forças de segurança, concretizando a premissa de investimento qualificado do Programa RS Seguro. A partir do acompanhamento mensal dos indicadores, realizado pela Gestão de Estatística em Segurança (GESeg), as polícias têm conseguido traçar ações cirúrgicas para o combate ao crime com foco territorial, intensificando as ofensivas nos locais que mais necessitam. Um exemplo é a Operação Angico, que antecipou o movimento de quadrilhas especializadas em ataques a banco, frustrando planos dos criminosos com táticas de pronta-resposta e cerco policial.

IMPACTO

6,5% menos assassinatos

- 1.694 em 2020 (menor total desde 2007, que teve 1.679 vítimas)
- 1.811 em 2019

21,6% menos feminicídios

- 76 em 2020 (menor total desde 2014, quando houve 75 mulheres mortas por motivo de gênero)
- 97 em 2019

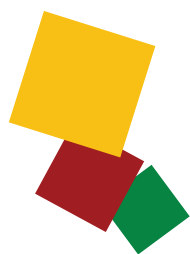
55,5% menos ataques a banco

- 49 ocorrências de furto ou roubo a instituições financeiras em 2020 (menor dado da série histórica)
- 110 ocorrências em 2019

29,2% menos roubos de veículo

- 7.877 roubos em 2020 (menor patamar desde que a contabilização foi iniciada, em 2002)
- 11.126 roubos em 2019

Observação: além de ampliar a segurança em todo o Estado, a redução do indicador se reflete em benefício econômico para os condutores. Estimativa do Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização (Sindisegr) aponta que a retração nos roubos de veículos no Rio Grande do Sul proporcionará queda média de 12% no preço dos seguros automotivos, uma vez que o peso da violência corresponde a cerca de metade da composição do valor final.



PISEG ATINGE

R\$ 19,4 MILHÕES

PARA INVESTIMENTO

O Programa de Incentivo ao Aparentamento da Segurança Pública (Piseg) possibilita a empresários destinar até 5% do saldo devido de ICMS para aquisição de equipamentos à área de segurança. Lançado em 2019, originalmente com cinco projetos de âmbito estadual, o programa se diversificou em 2020 e agora conta com 13 linhas de aplicação, a maioria voltada ao fortalecimento de unidades em determinadas

regiões do Rio Grande do Sul.

O avanço é resultado do diálogo entre o comitê executivo do Piseg e empresários de diversas partes do Estado. A troca de ideias permitiu construir projetos regionais, que asseguram a destinação dos valores repassados em benefício das comunidades às quais as empresas estão ligadas.

IMPACTO

No balanço de um ano, em setembro de 2020, o Piseg anunciou a compra, com parte dos R\$ 9,7 milhões arrecadados no período, de armamento e 24 veículos zero-quilômetro - incluindo dois ônibus - para a Polícia Civil e a Brigada Militar em 13 municípios, conforme a origem dos valores em cada região. Outros 47 municípios já tinham recursos em caixa e aguardavam completar a arrecadação necessária para aquisições.

Com os 10% de arrecadação destinados à prevenção, o Piseg também dará largada na implantação de duas ações voltadas a crianças e jovens no Rio Grande do Sul. Em parceria com a Secretaria da Educação (Seduc), o projeto Xadrez Escolar incluirá o

esporte como ferramenta de transformação social no projeto político-pedagógico de 195 escolas priorizadas pelo programa RS Seguro em locais de vulnerabilidade.

O Ospa Social nas Escolas, em parceria com a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, desenvolverá o ensino de música em escolas abrangidas pelo RS Seguro, com oficinas de canto, musicalização, instrumentos de orquestra e formação cidadã.

Com a ampliação do total arrecadado para R\$ 19,4 milhões até dezembro, também aumentará a previsão de investimento nas forças de segurança. O programa soma 747 cartas de habilitação para compensação do imposto em 108 municípios.

INVESTIMENTO

R\$ 19,4 milhões

(setembro de 2019 a dezembro de 2020)



RS SEGURO AMPLIADO DE 18 PARA 23 CIDADES

O RS Seguro ampliou seu foco territorial para o combate à criminalidade e a implantação de políticas sociais preventivas. O grupo de municípios priorizados no planejamento de ações, que até julho reunia os 18 onde se concentravam os maiores índices de criminalidade entre 2009 e 2018, agregou cinco outros: Bento Gonçalves, Cruz Alta, Farroupilha, Ijuí e Lajeado.

A partir dos resultados alcançados em 2019, que se encerrou com os menores indicadores criminais da década, o comitê executivo do RS Seguro qualificou os critérios técnicos para a escolha dos municípios a serem priorizados, de forma a refletir o cenário mais recente da criminalidade no Estado.

IMPACTO

Os 23 municípios priorizados pelo RS Seguro concentram:

- **49%** da população gaúcha;
- **72,2%** das mortes violentas no Estado;
- **91%** dos roubos de veículos;
- **quase 90%** dos roubos a pedestres.

As ações integradas contribuíram para aprofundar a redução nos indicadores de criminalidade. Em 2020, em comparação com o ano anterior, os crimes contra a vida reduziram significativamente nos 23 municípios priorizados pelo RS Seguro.

14,3% menos homicídios

- **1.156** vítimas em 2019
- **991** em 2020

29,6% menos roubos de veículos

- **10.025** casos em 2019
- **7.057** casos em 2020



MAIS 1.367 SERVIDORES

Ao longo do ano, o governo do Estado deu continuidade ao cronograma de chamamento de novos servidores para as instituições da Segurança Pública apresentado em novembro de 2019. Em 2020, foram formados 1.367 operadores das instituições vinculadas à Secretaria de Segurança Pública (SSP).

O cronograma de chamamento assegura a qualificação do efetivo das instituições da Segurança Pública para manter a redução nos índices de criminalidade e viabiliza as nomeações de forma programada e responsável, evitando a criação de uma defasagem de efetivo por conta de aposentadorias que resultasse na precarização de serviços e de chamamentos em massa.

O calendário é o resultado de trabalho de análise técnica e critérios de impacto financeiro feitos em conjunto com as secretarias da Fazenda e de Planejamento, Orçamento e Gestão, respeitando a situação fiscal do Estado, considerando a defasagem já existente nos quadros das instituições e as previsões de aposentadoria para os próximos anos. Está previsto para os próximos dois anos o ingresso de mais 3.187 novos servidores para as instituições da SSP e também para a Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), vinculada à Secretaria de Administração Penitenciária (Seapen).

IMPACTO

- **55 delegados**
- **257 inspetores e escrivães da Polícia Civil**
- **901 soldados da Brigada Militar**
- **70 profissionais do Instituto-Geral de Perícias**
(peritos criminais, peritos médicos-legistas e técnicos em perícia)
- **84 soldados do Corpo de Bombeiros Militar (CBMRS)**



ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Em 7 de agosto, quando a Lei Maria da Penha completou 14 anos, foi assinado o decreto que criou o Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Inserida nas estratégias do Programa RS Seguro, a iniciativa transversal já nasceu com uma tarefa estruturada, o Projeto Agregador, o qual reúne o trabalho dos três Poderes e de 16 instituições das esferas municipal e estadual, além de nove secretarias de Estado.

Com participação direta de todos os membros do comitê

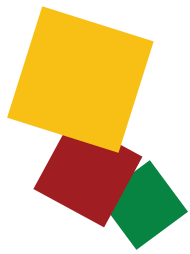
interinstitucional, sob coordenação da secretaria-executiva do RS Seguro, o Projeto Agregador identificou os desafios a serem enfrentados, validou as linhas de ação e propôs o desenvolvimento de 11 projetos. Cinco foram priorizados para início imediato, sendo o primeiro concretizado com a assinatura do decreto que instituiu o comitê. Os outros quatro estão voltados para:

- monitoramento do agressor;
- ações nas escolas;
- informar, prevenir e proteger;
- grupos reflexivos de gênero.

IMPACTO

- Fortalecer a rede de apoio às vítimas.
- Promover entre os gaúchos uma mudança de cultura, que valorize a proteção da mulher na sociedade em todas as suas formas, tendo como premissa a atuação integrada.
- Compromisso com a efetividade dos objetivos propostos ao estabelecer um cronograma para preparação e implantação das entregas pactuadas (maior parte ocorrerá até julho de 2021).





COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E MANUTENÇÃO DA ORDEM NO SISTEMA PRISIONAL

IMPÉRIO DA LEI 1

A megaoperação de transferência de 18 líderes de facções para presídios federais, em 3 de março, foi um marco na desarticulação de organizações criminosas no Rio Grande do Sul.

O planejamento aconteceu a partir de 17 de fevereiro, com várias reuniões, tendo à frente as secretarias da Segurança Pública (SSP) e da Administração Penitenciária (Seapen), com coordenação-geral do Programa RS Seguro, em articulação com instituições do sistema de Justiça Penal e o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O comitê executivo do Programa RS Seguro e as instituições envolvidas estudaram e selecionaram os alvos das operações por meio da análise de informações de inteligência. Baseados nesse trabalho, Ministério Público (MP) e Polícia Civil (PC) encaminharam representação conjunta, e o Judiciário deferiu a transferência.

No dia da operação, o trabalho começou às 2h, com a retirada dos presos que seriam transferidos da Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (Pasc) e da Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas (PMEC). A ação foi liderada

pelo Grupo de Ações Especiais (GAES), e veículos da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) conduziram os detentos.

Participaram do comboio até o Parque Adhemar de Souza Farias, no centro do município da Região Carbonífera, Brigada Militar (BM), Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul (CBMRS), Polícia Civil, Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Exército. Do Parcão, os presos foram transportados em seis helicópteros. Às 10h, a bordo de uma aeronave da PF, decolaram rumo aos presídios federais.

A operação seguiu com monitoramento do sistema penitenciário e intensificação do policiamento ostensivo, além do trabalho integrado de inteligência.

PARTICIPARAM DA OPERAÇÃO:

- 1,5 mil agentes de segurança
- 306 viaturas
- 6 helicópteros
- 1 aeronave
- 4 embarcações
- 15 órgãos estaduais e federais



Fotos: Gustavo Mansur



IMPÉRIO DA LEI 2

Na madrugada de 9 de novembro, ocorreu nova ofensiva para neutralizar o comando do crime no Rio Grande do Sul. Sob a coordenação da SSP e da Seapen, foi deflagrada a Operação Império da Lei 2, a qual transferiu para penitenciárias federais fora do Estado nove detentos de altíssima periculosidade e com posição de liderança nas principais organizações criminais gaúchas.

PARTICIPARAM DA OPERAÇÃO:

- 490 agentes
- 70 viaturas
- 1 aeronave
- 15 órgãos estaduais e federais



Foto: Rodrigo Ziebell



Foto: Gustavo Mansur

IMPACTO

- Combate e desarticulação do crime organizado no Estado.
- Transferência e isolamento das lideranças de organizações criminosas.
- Desestabilização das principais facções criminosas no Estado.
- Neutralização da cadeia de comando das facções.
- Caráter pedagógico, ao reforçar que a Segurança Pública atua diuturnamente na manutenção da ordem.



Foto: Rodrigo Ziebell



Foto: Robson Alves

ERS-118 DUPLICADA

**OBRA DO
GOVERNO
DO ESTADO**



ESTRADAS



DUPLICAÇÃO DA ERS-118 CONCLUÍDA

Principal obra rodoviária do governo do Estado, aguardada há mais de 20 anos pela sociedade, a duplicação da ERS-118 foi concluída em dezembro. A obra abrangeu 21,5 quilômetros entre a BR-116, em Sapucaia do Sul, e a BR-290 (Freeway), em Gravataí.

Iniciada há 14 anos, mas com diversas interrupções, a obra, composta por oito pistas (incluindo ruas laterais), sete viadutos e duas

pontes, foi retomada pela atual gestão em junho de 2019, após obter financiamento de R\$ 131 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para executar a fase final da rodovia sem novas suspensões. O Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) foi o responsável pela execução dos trabalhos.



IMPACTO

A obra representa um importante corredor entre a região metropolitana de Porto Alegre e o interior do Estado. Empresas de relevância nacional estão construindo centros de distribuição e galpões logísticos às margens da rodovia. Além de gerar empregos, a obra aumentou a segurança dos condutores que trafegam no local.

INVESTIMENTO

R\$ 131 milhões

(financiamento do BNDES)



CONCLUSÃO DO VIADUTO DA ERS-040

A conclusão da estrutura do viaduto da ERS-040, no entroncamento com a ERS-118, em Viamão, ocorreu em abril. A obra localiza-se em uma importante rota

entre a região metropolitana de Porto Alegre e o Litoral Norte. O tráfego de veículos já estava liberado desde dezembro de 2019.

IMPACTO

- **Deslocamento ágil de motoristas em direção ao Litoral.**
- **Alternativa para quem trafega pela ERS-118.**
- **Eliminação de congestionamentos no trecho, principalmente em época de veraneio.**

INVESTIMENTO

R\$ 20 milhões

(custo total da obra)



5 MIL QUILÔMETROS DE VICINAIS RECUPERADOS

CEDÊNCIA DE MAQUINÁRIO

A Secretaria de Obras e Habitação (SOP) atendeu a 17 municípios com cedência de escavadeira hidráulica ou caminhão-trator para recuperação e manutenção de estradas vicinais, bem como limpeza e desassoreamento de rios e riachos.

IMPACTO

- 4.628 quilômetros de estradas vicinais recuperados
- 256 metros cúbicos de rios desassoreados
- 10 mil famílias beneficiadas aproximadamente

Municípios atendidos ou em atendimento:

Alvorada, Arroio dos Ratos, Balneário Pinhal, Barros Cassal, Camaquã, Casca, Chuí, Farroupilha, Marau, Palmares do Sul, Pinheiro Machado, Santa Margarida do Sul, São Francisco de Paula, São José do Norte, São Lourenço do Sul, São Vendelino e Venâncio Aires





CONTRATAÇÃO DE HORAS-MÁQUINA

Em razão das fortes chuvas, enchentes e dos vendavais ocorridos em outubro e novembro de 2019, a SOP destinou R\$ 3 milhões a 12 municípios para contratação de horas-máquina para manutenção de estradas vicinais.

CONSULTA POPULAR

O governo repassou R\$ 95 mil para cinco municípios contratarem horas-máquina para recuperação e manutenção de estradas vicinais. A destinação dos recursos foi decidida na Consulta Popular.

Municípios em atendimento:

Arroio dos Ratos (5 mil famílias),
Butiá (180),
Cristal (312),
Mariana Pimentel (250) e
Sertão Santana (80)

IMPACTO

- 1.069 quilômetros de estradas vicinais recuperados
- 16 mil famílias beneficiadas aproximadamente

Municípios atendidos:
Arroio Grande,
Bagé, Barros Cassal,
Canguçu, Cristal, Dom
Pedrito, Hulha Negra,
Ibarama, Pedras Altas,
Progresso, Santana
do Livramento e São
Lourenço do Sul

INVESTIMENTO

R\$ 3 milhões



ACESSOS MUNICIPAIS

A Secretaria de Logística e Transportes (Selt) concluiu nove obras de pavimentação que ligam municípios do Interior a grandes corredores rodoviários.

Acessos concluídos em 2020:

- Boqueirão do Leão
- Cândido Godói
- Capitão
- Caraá
- Carlos Gomes
- Muliterno
- Santo Antônio do Palma
- São Jorge-Guabiju
- São José do Hortêncio

Seguem em obras:

- Coqueiro Baixo
- Ivorá
- Lagoa Bonita do Sul
- Palmitinho
- Pirapó
- Rolador
- Sérico
- Sertão Santana
- Ubiretama

IMPACTO

Aproximar regiões estratégicas
do Rio Grande do Sul

INVESTIMENTO

R\$ 30,9 milhões
(acessos já concluídos)



COMBATE À ESTIAGEM

Foto: Fernando Dias



AÇÕES PARA REDUZIR PERDAS

A safra de verão 2019/2020 foi atingida por uma grande estiagem que impactou a produção de grãos, como soja e milho. Em diálogo permanente com o setor produtivo e os municípios mais afetados, a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR) intensificou ações dos programas já existentes de irrigação e acesso à água.

Outras medidas para atenuar os efeitos da seca:

- lançamento do Programa Pró-Milho, que prevê capacitação de técnicos e produtores, incentivo à produção e intensificação da assistência técnica;
- criação da Câmara Temática da Irrigação;
- ampliação do prazo de pagamento das parcelas do Programa Sementes Forrageiras, passando de 28 de fevereiro para 30 de novembro de 2020;
- no Programa Troca-Troca, aumento no subsídio na safra 2019/2020 e anistia na safrinha 2019/2020;
- implantação de 20 estações meteorológicas do Projeto Simagro – Sistema de Monitoramento e Alertas Agroclimáticos para o Rio Grande do Sul.

IMPACTO

- **1.397 açudes** construídos em propriedades de agricultura familiar entre janeiro de 2019 e outubro de 2020.
- **106 poços** perfurados em comunidades no interior do Estado.
- **339 kits de irrigação** entregues a pequenos produtores.
- **Mais de 150 microaçudes** concluídos até dezembro.



PERFURAÇÃO DE POÇOS EM 79 MUNICÍPIOS

Para enfrentar a estiagem e mitigar os danos causados pelos meses de seca, entre o final de 2019 e o começo de 2020, a Secretaria de Obras e Habitação (SOP) anunciou R\$ 11.130.000 para a perfuração de poços e o pagamento de horas-máquina para recuperação de estradas.

Os poços serão abertos com recursos do Tesouro e do orçamento da Assembleia Legislativa. Um total de 79 municípios entregou a documentação para receber o repasse.

INVESTIMENTO
R\$ 11.130.000



CAIXAS D'ÁGUA CONTRA ESTIAGEM

Para ajudar municípios prejudicados pela estiagem, que atingiu várias regiões do Rio Grande do Sul, a Defesa Civil distribuiu 550 caixas d'água para 30 municípios. O custo total da compra de materiais foi de R\$ 76.281.

INVESTIMENTO
R\$ 76.281





RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS E DESASSOREAMENTO

A Secretaria de Obras e Habitação (SOP) destinou R\$ 6,5 milhões para a contratação de horas-máquina, com a finalidade de fazer recuperação e manutenção de estradas vicinais e desassoreamento de rios e riachos em 56 municípios que tiveram reconhecido pelo governo do Estado o decreto de emergência devido à estiagem.

Os recursos serão empenhados até o final de dezembro, e o repasse aos municípios ocorrerá até janeiro de 2021.

IMPACTO

30 mil
famílias
beneficiadas

INVESTIMENTO

R\$ 6,5 milhões
(R\$ 100 mil para cada município)



DESCOMPLICA RS



ATENDIMENTO SIMPLIFICADO PARA CIDADÃOS E EMPREENDEDORES

O Decreto da Política de Relacionamento do Estado com o Usuário, assinado em 12 de agosto, representa um marco regulatório da modernização da prestação dos serviços públicos no Estado. Ele faz parte do escopo do projeto Descomplica RS (www.descomplica.rs.gov.br). Sua premissa é criar uma regra geral de conduta para haver uma prestação de serviço mais uniforme e transparente.

ENTRE AS NOVIDADES, ESTÃO:

- necessidade de informar em atendimentos apenas o CPF, em substituição a outros documentos;
- diretriz para o agente público de presunção de boa-fé do usuário;
- emissão de documentos (CNH, RG e identidade funcional) preferencialmente em meio eletrônico;
- prestação digital de serviços em portal integrado com login único do cidadão;
- não exigência de cópia autenticada;
- não exigência de certidão de nascimento;
- não exigência de reconhecimento de firma.

IMPACTO

- **Desburocratização dos atendimentos.**
- **Mais agilidade.**
- **Foco em servir e facilitar a vida do cidadão que necessita dos serviços do Poder Executivo.**

PROGRAMA DE DESBUROCRATIZAÇÃO PARA ABRIR EMPRESAS

Um trabalho conjunto do governo do Estado e Sebrae/RS atingiu um número expressivo em dezembro. O incentivo para adesão dos municípios à Rede Simples, que facilita a abertura de empresas, alcançou 400 municípios gaúchos, beneficiando 96% das empresas no Rio Grande do Sul.

Com a adesão, os municípios fazem parte da rede criada com intuito de desburocratizar o processo de registro e licenciamento de negócios. A meta do governo é contar com todos os 497 municípios até 2022.

A Rede Simples está inserida em um projeto mais amplo, que é o Descomplica RS, um dos eixos de desburocratização da vida do cidadão e do empresário. Por meio dela, os órgãos que emitem permissões para a abertura de um negócio estão integrados (Junta Comercial, Receita Federal, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura e Secretaria da Fazenda), acelerando o processo, assim como evitando a presença física e aglomerações, pois todas as etapas são digitais.

IMPACTO

O programa beneficiou:

- **400 municípios**
- **96% das empresas do RS**

DESTAQUES

PANDEMIA

DISTANCIAMENTO CONTROLADO

Foto: Gustavo Mansur

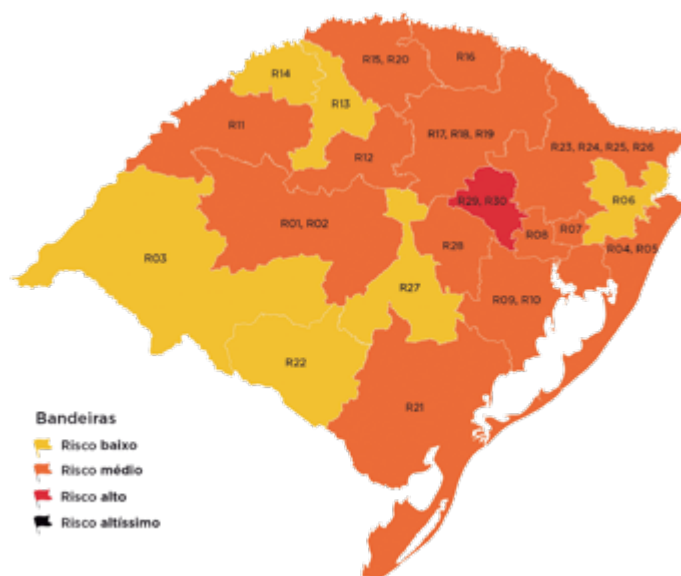
MODELO PIONEIRO PARA ENFRENTAR A PANDEMIA

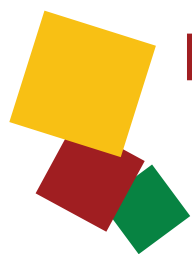
Em vigor desde o início de maio, o modelo de Distanciamento Controlado criado pelo governo serviu de inspiração para outros Estados e municípios brasileiros montarem seus planos de combate à Covid-19.

Com a participação de vários especialistas, o sistema inédito monitora 11 indicadores que acompanham, entre outros, o número de leitos de UTI ocupados, os casos de internação por Covid-19 e de outras doenças respiratórias graves, os novos diagnósticos da doença e a capacidade instalada em cada região e macrorregião do Estado.

Com base em dados e priorizando a vida, o modelo é aprimorado constantemente, sempre dialogando com municípios, entidades, empresas

e população. Ele garantiu que o Rio Grande do Sul se mantivesse com uma das menores taxas de óbito por Covid-19 do país para cada grupo de 100 mil habitantes desde o começo da pandemia.





PESQUISA VIRA EXEMPLO PARA O BRASIL

Inédita e com uma abrangência sem similar em outros estudos desta natureza, a pesquisa de prevalência da Covid-19, que o governo do Estado realizou em conjunto com a Universidade Federal de Pelotas (UFPeI), trouxe importantes insumos para o enfrentamento da pandemia ao longo de suas oito etapas, realizadas entre os meses de abril e setembro.

Uma iniciativa do governo do Estado possibilitou que se estimassem, com base científica, o percentual da população gaúcha infectada pela Covid-19 e o ritmo de avanço da pandemia no Rio Grande do Sul. O estudo permitiu identificar a prevalência da doença por regiões e o contingente de pessoas atingidas pelo novo coronavírus, bem como projetar a incidência de casos mais graves.

Nos meses iniciais da pandemia, esse estudo foi uma ferramenta importante para que o governo monitorasse a proliferação do vírus no território gaúcho, servindo de apoio para a tomada de decisões de caráter preventivo.



A coordenação ficou a cargo da UFPeI. O projeto contou com a participação de outras 12 universidades. Seu financiamento foi viabilizado por meio de uma parceria com Unimed Porto Alegre, Instituto Cultural Floresta e Instituto Serrapilheira, além do Bannisul, quando da primeira prorrogação do convênio. O Ministério da Saúde apoiou com a cedência dos kits de testes.



DECISÕES BASEADAS EM CIÊNCIA

O Comitê Científico do governo do Estado de apoio ao enfrentamento da pandemia foi instituído pelo Decreto 55.129, de 19 de março de 2020, com o propósito de prestar suporte às atividades do Gabinete de Crise e do Conselho de Crise para o combate à Covid-19.

O grupo, organizado pela Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia (SICT), é formado por pesquisadores de universidades gaúchas e autoridades científicas de diversas áreas do conhecimento.

IMPACTO

- Apoio às atividades do Gabinete de Crise e do Conselho de Crise para o enfrentamento da pandemia da Covid-19.
- 20 documentos (cartas, notas, informes e pareceres baseados em evidências científicas) para informar a sociedade.



REGRAS DURANTE A CALAMIDADE PÚBLICA

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) atuou, desde o decreto de calamidade pública publicado em março em função do coronavírus, na estruturação e na manutenção das regras que buscam diminuir os impactos da pandemia e garantir a segurança sanitária no Rio Grande do Sul.

Em ações judiciais ou por meio de representações no Ministério Público, a PGE assegurou que os municípios cumprissem os protocolos estabelecidos pelo Distanciamento Controlado, de acordo com as bandeiras semanais vigentes.

Em outras frentes, a PGE garantiu ao Estado a gestão administrativa de distribuição de medicamentos e de fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs), atuou na aquisição de novos leitos para tratamento da Covid-19 e possibilitou a retomada de voos internacionais ao Rio Grande do Sul.



APOIO AOS MUNICÍPIOS

A Secretaria de Articulação e Apoio aos Municípios (SAAM), desde o início da pandemia, apoiou os municípios no combate à Covid-19. Algumas ações:

- Recebimento, encaminhamento e retorno aos municípios dos pedidos de reconsideração das bandeiras no modelo de Distanciamento Controlado.
- Implementação, orientação e acompanhamento do Modelo de Cogestão junto a municípios e associações de municípios.
- Articulação com municípios, associações de municípios, Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), Ministério Público e órgãos do governo do Estado para a volta do ensino presencial nas redes pública e privada.

IMPACTO

- **Agilidade nas decisões e ações de combate à pandemia.**
- **Coesão entre Estado e municípios visando a diminuir a proliferação do vírus.**

AÇÕES ESTRATÉGICAS

CENTRO DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIAS

O Centro de Operações de Emergências (COE-RS) foi instituído no final de janeiro com atribuições de investigar, manejar e notificar casos suspeitos e confirmados de infecção pelo novo coronavírus. Comandado pela Secretaria da Saúde (SES) e formado por diversas secretarias, órgãos e entidades, o COE é o centro das discussões técnicas e da tomada de decisões para o enfrentamento da pandemia.

PLANO PARA ENFRENTAMENTO

A SES divulgou, em 3 de fevereiro, o Plano de Ação e Contingência do Estado para o enfrentamento da pandemia da Covid-19. Em consonância com as orientações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde, o plano foi o balizador para as medidas sanitárias adotadas nos diferentes cenários previstos.

100% DE TRANSPARÊNCIA

No dia 30 de janeiro, a Secretaria da Saúde passou a contar no site com sua primeira página específica sobre o novo coronavírus. A página evoluiu, virou um hot site com informações, mapas, gráficos, legislação, taxa de ocupação hospitalar, testagens, casos por município, evolução da doença, óbitos, etc. Esse trabalho conquistou o primeiro lugar no ranking nacional de transparência da Open Knowledge Brasil, entidade que avalia as informações prestadas por todos os Estados, capitais e pelo governo federal.

PLANEJAMENTO PARA IMUNIZAÇÃO

A SES elaborou um plano de vacinação que prevê o fluxo desde o laboratório produtor até a sala de vacinas, incluindo armazenamento e distribuição. A imunização será destinada a populações prioritárias definidas pelo Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde.

OPERAÇÃO RS VERÃO TOTAL 2020/2021

As ações do governo durante a Operação RS Verão Total 2020/2021 serão focadas na prevenção à Covid-19, com protocolos sanitários específicos para as atividades nos municípios do Litoral Norte, Sul e Costa Doce.

Com abertura em 19 de dezembro, em Capão da Canoa, e encerramento em 28 de fevereiro de 2021, na Praia do Cassino, em Rio Grande, a Operação RS Verão Total é coordenada pelo Gabinete do Vice-Governador.

Dentro das ações na área da saúde, houve repasse de R\$ 5,9 milhões a 46 municípios dos litorais Norte e Sul, da Serra e da Fronteira para reforçar o enfrentamento da Covid-19.

ACORDO SANITÁRIO COM O URUGUAI

O Rio Grande do Sul protagonizou, em junho, um acordo sanitário inédito entre países latino-americanos para o enfrentamento do coronavírus.

O acordo prevê ações envolvendo os planos sanitário e epidemiológico na área de abrangência da fronteira entre os municípios de Santana do Livramento e Rivera e de Quarai e Barra do Quarai.

PLANOS DE CONTINGÊNCIA PARA HOSPITAL

Em março, foi elaborado um plano de contingência hospitalar que definiu a estrutura hospitalar do Estado para dar resposta à pandemia, indicando os números de leitos disponíveis para a população. Também foram aplicadas todas as medidas de contenção da disseminação do vírus nos hospitais geridos diretamente pelo Estado (Hospital Psiquiátrico São Pedro, Hospital Colônia Itapuã e Sanatório Partenon). Destacam-se entre as medidas a diminuição da circulação de pessoas, vigilância nos pontos de entrada, distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs), condutas de isolamento, capacitação continuada das equipes, testagem, monitoramento e higienização dos espaços. Em cada um dos hospitais, a SES criou um espaço separado para fazer triagem e assistência das pessoas que apresentaram sintomas ou foram confirmadas com Covid-19.

APORTES DO IPE SAÚDE

O IPE Saúde garantiu em 2020 aportes extraordinários de R\$ 245 milhões, além de um incremento nos pagamentos destinados à assistência na ordem de R\$ 13 milhões mensais. Em 2019, as cotas orçamentárias foram de R\$ 172 milhões mensais.

Com ajustes e construções institucionais, foi possível chegar à liberação de R\$ 185 milhões. Em relação aos aportes extraordinários, em março e abril, a autarquia reforçou os pagamentos em R\$ 95 milhões aos hospitais em virtude do início da pandemia. De outubro a dezembro, o aporte extra foi de R\$ 150 milhões aos prestadores, totalizando, apenas no último trimestre do ano, R\$ 674 milhões em pagamentos.

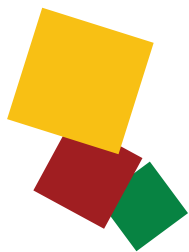
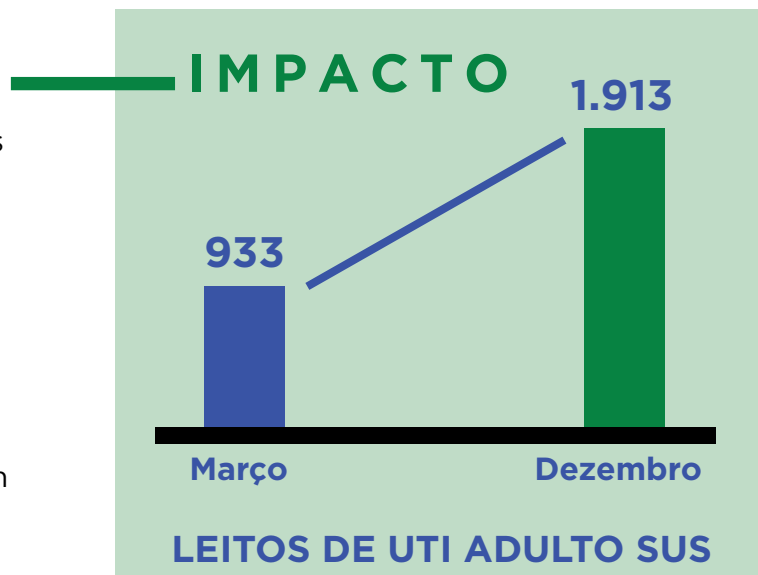
LEITOS





VAGAS EM UTI AUMENTAM 106%

Desde o começo da pandemia de Covid-19, o Rio Grande do Sul ampliou em 106% o número de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) para pacientes adultos atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Esse aumento fez com que em nenhum momento, desde março, a taxa de ocupação das UTIs chegasse a 85% dos leitos SUS. A medida garantiu acesso a leitos para todos os gaúchos que necessitassem de atendimento em UTI.



HOSPITAL REGIONAL DE SANTA MARIA

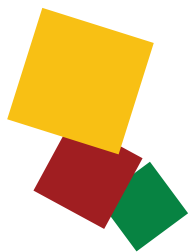
A rede hospitalar gaúcha ganhou, em 27 de abril, um reforço importante para o enfrentamento do coronavírus no Estado. No Hospital Regional de Santa Maria, houve abertura de dez novos leitos de UTI para tratamento de Covid-19 e de 30 leitos de internação clínica. Em dezembro, foram abertos, ainda, mais 20 leitos de UTI e dez leitos clínicos exclusivos para tratamento da Covid-19. A meta é chegar a 168 leitos, os quais serão utilizados para tratamentos gerais no período pós-pandemia.

O hospital estava pronto desde 2016, e a abertura de leitos era uma demanda antiga da comunidade, pois, desde 2018, funcionava apenas como ambulatório para doentes crônicos. Em 2019, implantou um ambulatório de cardiologia, tendo à frente da gestão o Instituto de Cardiologia.



IMPACTO

- 30 leitos de UTI
- 40 leitos clínicos



HOSPITAL BERÇO FARROUPILHA

O Hospital Berço Farroupilha, de Guaíba, foi aberto em julho com dez novos leitos de UTI e uma ala com 30 leitos clínicos, todos destinados ao atendimento de pacientes com Covid-19. Até então, a instituição funcionava apenas como pronto atendimento. O novo hospital é 100% SUS e oferece serviços de baixa e média complexidade.

IMPACTO

- 10 leitos de UTI
- 30 leitos clínicos



HOSPITAL VILA NOVA

Importante referência no atendimento pelo SUS em Porto Alegre, o Hospital Vila Nova ampliou, em novembro, o serviço de emergência e entregou 20 leitos de UTI. Para a construção dos espaços, foram investidos R\$ 6 milhões (R\$ 3 milhões provenientes do governo do Estado, via SES, e R\$ 3 milhões de emendas da bancada federal). Além dos recursos financeiros, a SES destinou 20 respiradores e 20 monitores.



Foto: Gustavo Mansur

IMPACTO

- 20 leitos de UTI
- 20 respiradores
- 20 monitores

HOSPITAL DE TAQUARA

Dentro do processo de qualificação estrutural dos hospitais gaúchos para o atendimento a pacientes de Covid-19, foi reaberto, no dia 16 de abril, o Hospital Nosso Senhor Bom Jesus, de Taquara, priorizando o funcionamento

imediate de dez leitos de UTI e 20 leitos de internação clínica. O hospital estava fechado desde 10 de março devido a problemas com a gestão anterior e reabriu administrado pela Associação Hospitalar Vila Nova.



Foto: Maicon Hinrichsen

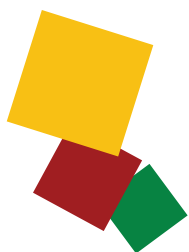
IMPACTO

- 10 leitos de UTI
- 20 leitos clínicos

HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

O Hospital São Vicente de Paulo, de Osório, recebeu equipamentos para a abertura de mais dez leitos de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) adulto no reforço ao combate à pandemia da Covid-19. A oferta

do serviço ocorreu por meio do SUS para reforçar a capacidade de leitos no Litoral durante o verão 2020/2021. Foram cedidos temporariamente 20 bombas de infusão, dez respiradores de beira de leito e dez monitores.



865 RESPIRADORES

Por meio de pregão eletrônico, o governo comprou 230 conjuntos de respiradores e monitores a fim de equipar leitos de UTI adulto para atendimento de pacientes com Covid-19 pelo SUS. A compra foi concretizada no valor de R\$ 17,06 milhões, inferior ao valor de referência que constava no edital, gerando uma economia de R\$ 5 milhões ao Tesouro.

Foi a maior aquisição deste tipo de equipamento feita pelo Estado, que, historicamente, loca os aparelhos. Em paralelo a essa compra, o governo obteve

com o Ministério da Saúde 635 novos respiradores, que foram distribuídos para hospitais gaúchos, garantindo atendimento para pacientes do SUS.

IMPACTO

- 230 respiradores comprados pelo governo do Estado
- 635 fornecidos pelo Ministério da Saúde





EQUIPAMENTOS PARA HOSPITAIS

Cinco hospitais gaúchos receberam, em 15 de dezembro, 40 camas de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) para atendimento de pacientes com Covid-19 pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A Secretaria da Saúde comprou os equipamentos por meio de pregão eletrônico, quando também adquiriu respiradores e monitores.

A compra foi efetuada com verbas de convênio com o Ministério Público Estadual (MPRS), que disponibilizou o repasse oriundo do Fundo de Reconstituição de Bens Lesados (FRBL).

IMPACTO

40 camas de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs)



ESTRUTURA E EQUIPE



MAIS DE 21 MILHÕES DE EPIS DISTRIBUÍDOS

Desde o início da pandemia, a Secretaria da Saúde distribuiu mais de 21 milhões de equipamentos de proteção individual (EPIs), incluindo doações do Ministério da Saúde, de instituições parceiras, da sociedade e de compras efetuadas com orçamento próprio. Uma parte significativa foi entregue a hospitais e serviços próprios do governo, principalmente na área da saúde.

R\$ 32,4 MILHÕES PARA CENTROS DE TRIAGEM

O governo do Estado destinou R\$ 32,4 milhões recebidos do Ministério da Saúde para os municípios organizarem centros de triagem de pessoas com suspeita de Covid-19, a fim de evitar contato direto com outros pacientes. Os valores foram transferidos às prefeituras para que montassem as estruturas necessárias, garantindo a segurança dos usuários do sistema de saúde.

ANESTÉSICOS PARA UTIS

Diante da escassez e do risco de desabastecimento de sedativos para uso em pacientes de UTIs da rede hospitalar do Rio Grande do Sul, em julho a Secretaria da Saúde se mobilizou com o Ministério da Saúde e o Exército para compra e distribuição dos remédios no Estado. O ministério comprou lotes de remédios no Uruguai, a SES fez o levantamento de estoque nos hospitais e organizou a distribuição, e o Exército executou a entrega. A medida garantiu que não faltassem sedativos do chamado kit intubação no Estado. Foram três entregas, totalizando cerca de 150 mil unidades de medicamentos.

TELE UTI-RS GARANTE EXCELÊNCIA

Para ajudar profissionais expostos a inúmeros desafios diários no enfrentamento da pandemia, o governo do Estado lançou o projeto Tele UTI-RS. Vinculado ao Ministério da Saúde, o programa oferece apoio de hospitais que são referência no Brasil no tratamento da Covid-19, como o Hospital do Coração (HCor) e o Sírio-Libanês, de São Paulo, e o Hospital Moinhos de Vento, em Porto Alegre. Os profissionais do Rio Grande do Sul têm à disposição equipes para discutir os casos de seus pacientes e obter informações sob demanda e adaptadas à realidade local.

EQUIPAMENTO PARA SEQUENCIAMENTO GENÉTICO

O Estado adquiriu, em novembro, um equipamento de última geração para sequenciamento genético. Isso permite que as vigilâncias ambiental, epidemiológica e sanitária sequenciem o genoma total de vírus e bactérias para estudar o comportamento e a circulação deles em diversas situações, como pandemias e surtos, entre outros eventos de saúde.

CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE PROFISSIONAIS

No dia 24 de março, a SES abriu inscrições para contratação emergencial de biólogos, farmacêuticos, enfermeiros e médicos para trabalharem no enfrentamento da epidemia de Covid-19. Foram nomeados 17 profissionais. Também houve continuidade do chamamento de técnicos de enfermagem, sendo designados nove para o Centro Estadual de Vigilância em Saúde em diferentes fases da testagem de amostras de casos suspeitos da Covid-19. Na área de Regulação de Leitos do Estado, ocorreu chamamento de 22 médicos reguladores.

CADASTRO DE VOLUNTÁRIOS

A Secretaria da Saúde abriu um canal para cadastro de voluntários em atividades de enfrentamento da pandemia, envolvendo profissionais da saúde e de outras categorias. Os voluntários atuaram na atenção e no cuidado à saúde da população atingida pelo coronavírus. Foram mais de 3,5 mil inscritos até julho, sendo 1.979 da área da saúde.



TESTES



DISTRIBUIÇÃO DE EXAMES RÁPIDOS

No início de abril, o governo começou a distribuição do primeiro lote com 25 mil testes rápidos sorológicos enviados pelo Ministério da Saúde para identificação de novos casos de coronavírus no Rio Grande do Sul. Os 497 municípios gaúchos receberam testes, em quantidade definida por critérios como população, casos confirmados, etc. Até novembro, o Estado já havia distribuído para os municípios 467.620 testes rápidos.

IMPACTO

467.620 testes rápidos enviados para os 497 municípios gaúchos.



LACEN É PIONEIRO NA DESCENTRALIZAÇÃO

O Laboratório Central do Estado (Lacen/RS) foi o primeiro integrante da Rede Nacional a ter o diagnóstico de Covid-19 descentralizado fora do Laboratório de Referência Nacional (Fiocruz/RJ). A escolha foi feita pelo Ministério da Saúde em março, antes mesmo de o Rio Grande do Sul ter seu primeiro caso confirmado, devido à condição técnica diferenciada que o Lacen/RS apresentava.

Antes disso, os casos suspeitos eram encaminhados para exames na Fiocruz, e o resultado demorava em torno de dez dias para chegar. A Secretaria da Saúde reforçou as condições de trabalho no laboratório, e os exames passaram a ser feitos em até 48 horas, inclusive em feriados e fins de semana. Até 31 de dezembro, o Lacen realizou 111.480 exames do tipo RT-PCR. A SES adquiriu dois equipamentos de extração de RNA/DNA automatizados para o incremento

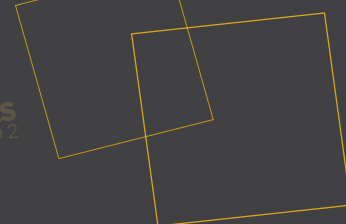
do número de análises diárias, um investimento de R\$ 630 mil.

A aquisição possibilitou o aumento da capacidade diária de 400 para 800 amostras analisadas pelo método de biologia molecular RT-PCR. O Lacen/RS recebeu ainda um aporte do terceiro equipamento em regime de comodato pelo Ministério da Saúde. O extrator é utilizado nas etapas iniciais da testagem das amostras das secreções de vias aéreas de casos suspeitos. O material biológico é preparado e levado ao aparelho para extração do material genético (RNA) do vírus. Essas amostras são encaminhadas para um segundo equipamento, chamado de termociclador em tempo real (RT-PCR), o qual faz a detecção e identificação do vírus Sars-CoV-2, causador da Covid-19. A SES ampliou a capacidade técnica do Lacen com a aquisição, em dezembro, de três novos equipamentos que fazem a amplificação do RNA do vírus.



Foto: Felipe Dalla Valle





PROGRAMA TESTAR RS

No mês de julho, o governo lançou o Programa Testar RS, que aumentou a capacidade de testagem diária por RT-PCR, o exame que identifica o coronavírus no período em que está ativo no organismo. Até então, a capacidade de testagem do Lacen/RS era de mil exames/dia.

O novo programa criou seis centrais de triagem no Interior (Caxias do Sul, Erechim, Passo Fundo, Pelotas, Santa Cruz do Sul e Santa Maria) e organizou o envio das amostras. Até 31 de dezembro, 197.171 amostras foram enviadas para testagem fora do Estado.

VACINAS E AUXÍLIOS

vacina influenza trivalente
(fragmentada e inativada)
virus influenza
fragmentado e inativado
15 µg de hemaglutinina/
cepo/0,5 mL

SUSPENSÃO INATIVADA
VIA INTRAMUSCULAR
USO ADULTO E PEDIÁTRICO
MSD SCS

Foto: Breno Esaki | Agência Saúde

VACINA DA GRIPE EM FARMÁCIAS PRIVADAS

Uma portaria da SES autorizou que farmácias privadas aplicassem doses da vacina contra a Influenza a partir de 23 de março. A medida excepcional foi em decorrência da pandemia da Covid-19, a fim de evitar aglomerações em postos de saúde.

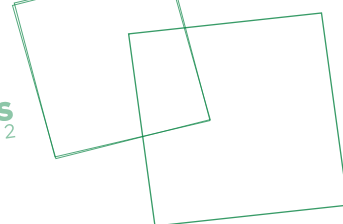
ALDEIAS INDÍGENAS

Para conter a disseminação do coronavírus nas 145 aldeias e nos acampamentos indígenas do Rio Grande do Sul, a Secretaria da Saúde destinou recursos para compra de água, alimentos e produtos de higiene.

O objetivo foi manter os índios nas aldeias instaladas em 67 municípios. Também foram enviados equipamentos de proteção individual (EPIs) e cestas básicas aos 24.399 índios aldeados das etnias Guarani, Kaingang e Charrua.



APOIO PARA O ENSINO



AULAS REMOTAS E FERRAMENTAS EDUCACIONAIS

Diante das restrições impostas pela pandemia, a Rede Estadual de Educação precisou adequar seu método de ensino. O governo adotou o modelo de Ensino Híbrido, o qual envolve aulas remotas e presenciais, a fim de que estudantes, professores e servidores continuassem as atividades em segurança. Para que isso fosse possível, escolheu-se a plataforma gratuita Google Sala de Aula para a realização das atividades remotas.

Os professores da Rede receberam capacitação por meio do Letramento Digital - lives realizadas pelo canal da Secretaria da Educação (Seduc) no YouTube, com o objetivo de instrumentalizar os docentes ao uso das plataformas digitais e outras ferramentas, além de apresentar possibilidades de atividades com emprego de metodologias ativas.

Uma parceria entre o Executivo e a Assembleia Legislativa garantiu internet patrocinada para estudantes e professores da Rede.

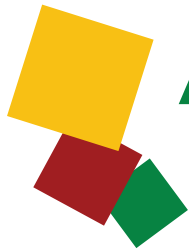
IMPACTO

- **700 mil alunos ativaram suas contas educacionais na plataforma Google Sala de Aula.**
- **Mais de 70 horas de conteúdo de capacitação docente, em 58 encontros exibidos pelo canal TV Seduc RS, no YouTube.**

INVESTIMENTO

R\$ 8,5 milhões

(para internet patrocinada)



AULAS PRESENCIAIS COM SEGURANÇA

Para a retomada das aulas presenciais, o Estado realizou um investimento extra para aquisição de equipamentos de proteção individual (EPIs) e materiais de higienização utilizados por alunos e professores, garantindo um retorno seguro às escolas.

IMPACTO

Foram atendidos:

- **800 mil estudantes**
- **60 mil professores**

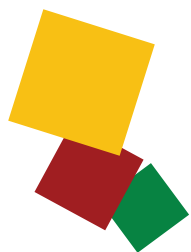
INVESTIMENTO

R\$ 270 milhões
aplicados em:

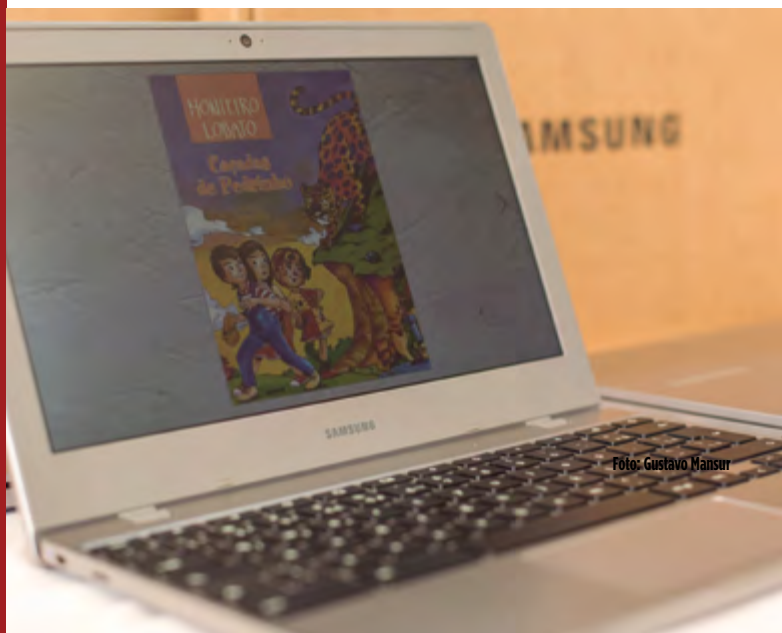
- **aprendizagem;**
- **capacitação;**
- **aquisição de equipamentos de proteção individual (EPIs);**
- **aquisição de materiais de desinfecção;**
- **contratação de professores e profissionais de apoio (serventes e merendeiras).**







50 MIL COMPUTADORES PARA PROFESSORES



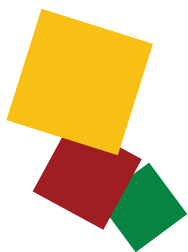
Está em andamento a entrega de 50 mil Chromebooks para professores regentes de classe e coordenadores pedagógicos das 2,4 mil escolas da Rede Estadual de Ensino. Para 2021, está prevista a aquisição de mais 70 mil unidades para uso compartilhado dos alunos.

IMPACTO

Docentes da Rede Estadual de Ensino poderão usar os equipamentos para elaborar e realizar aulas remotas e presenciais.

INVESTIMENTO

R\$ 83,6 milhões
em 2020



ALIMENTAÇÃO PARA ALUNOS

A Secretaria da Educação entregou kits de alimentação escolar para estudantes de todo o Rio Grande do Sul. Foram distribuídas 185 mil cestas básicas, cada uma contendo 24 quilos de gêneros alimentícios, totalizando mais de 4,5 mil toneladas de alimentos para pais e responsáveis pelos alunos.

Os recursos foram provenientes do governo do Estado (R\$ 9 milhões) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (R\$ 12,7 milhões).

A medida beneficiou as famílias dos estudantes que deixaram de comparecer às escolas a partir da suspensão das aulas como medida de enfrentamento da Covid-19.

IMPACTO

4,5 mil toneladas de alimentos distribuídos para pais e responsáveis pelos alunos.

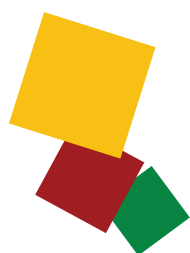
INVESTIMENTO

R\$ 21,7 milhões
em 2020



Fotos: Lucas Nugare





TVE EXIBE AULAS PREPARATÓRIAS PARA O ENEM

O projeto Pré-Enem Seduc RS apresentou, pela TVE-RS, desde o início de maio, aulas preparatórias para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A iniciativa do governo, promovida pela Secretaria da Educação (Seduc), em parceria com a Secretaria de Comunicação (Secom), veiculou os programas diariamente até dezembro. Os alunos ainda podem acessar as aulas no canal da Seduc no YouTube, que já registrou milhões de visualizações.

IMPACTO

464 horas
de preparação para
todos os componentes
curriculares (20 horas/
aula semanais)





CReS EQUIPADAS

A Seduc encaminhou para todas as Coordenadorias Regionais de Educação (CReS) kits compostos por:

- smart TV de 55 polegadas;
- duas webcams (uma para a CRE e outra para o Núcleo de Tecnologia Educacional);
- notebook.

IMPACTO

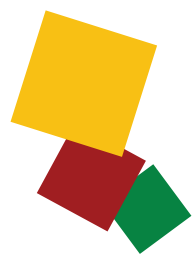
Reforço da estrutura das CReS para realização de atividades virtuais durante a pandemia.

INVESTIMENTO R\$ 236 mil



APOIO SOCIOEMOCIONAL PARA PROFESSORES

A Seduc, em parceria com o Instituto Península, disponibilizou uma ferramenta de apoio socioemocional para os educadores da Rede Estadual de Ensino. A Plataforma Vivescer é online, gratuita e oferece quatro cursos certificados, com 32 horas cada. A iniciativa fomenta reflexões sobre a importância do cuidado da mente, do corpo, do propósito e das emoções dos educadores.



FERRAMENTAS PARA INCENTIVO À LEITURA

A Seduc implantou, em novembro, duas novas ferramentas que disponibilizam um acervo literário totalmente digital para alunos e professores nas aulas remotas. O acesso ocorre por meio da plataforma Google Sala de Aula.

Com foco nos anos iniciais do Ensino Fundamental,

a plataforma Elefante Letrado oferece livros, jogos educativos e relatórios de acompanhamento pedagógico dos 250 mil alunos da Rede Estadual de Ensino. Para os 550 mil estudantes dos anos finais dos ensinos Fundamental e Médio, a plataforma Árvore dispõe de um acervo literário com mais de 30 mil obras.

IMPACTO

800 mil alunos da Rede Estadual de Ensino e professores com acesso às plataformas de leitura.

home das plataformas:

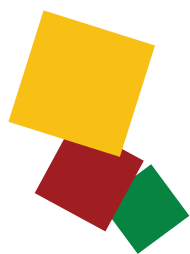
www.elefanteletrado.com.br

www.arvore.com.br/rio-grande-do-sul

INVESTIMENTO

R\$ 32,5 milhões

(Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE)



CONEXÃO DA COMUNIDADE

Por meio do programa Educação Gaúcha Conectada, em outubro foram entregues equipamentos para escolas de Cachoeira do Sul e Santa Maria. A iniciativa, realizada em parceria com o Ministério da Educação e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tem o intuito de oferecer conteúdos digitais de qualidade, internet de alta velocidade e mais de 200 horas de formação para professores e gestores,

além de equipamentos novos que reforcem a infraestrutura tecnológica e o acompanhamento por parte dos estudantes das aulas remotas da Rede Estadual de Ensino.

A proposta do projeto Educação Gaúcha Conectada é qualificar o processo de construção do conhecimento dos estudantes a partir de metodologias que privilegiem o uso de tecnologias no processo pedagógico.

IMPACTO

Foram beneficiados:

- **32 mil estudantes;**
- **3 mil professores;**
- **75 escolas em Cachoeira do Sul e Santa Maria (todas as estaduais e metade dos estabelecimentos de ensino das redes municipais).**

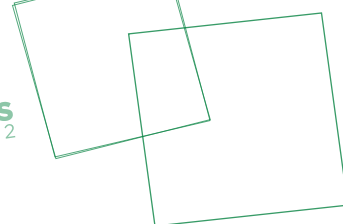
INVESTIMENTO

R\$ 2,7 milhões em equipamentos:

- **823 notebooks;**
- **80 kits de robótica;**
- **72 kits makers (conjunto de ferramentas e acessórios para construção de diversos projetos, entre eles os de robótica).**

LEI ALDIR BLANC





AÇÕES EMERGENCIAIS

A Secretaria da Cultura (Sedac) atuou decisivamente na implementação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc - Lei Federal 14.017, de 29 de junho, a qual dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural e à economia criativa durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia. No Estado, a secretaria coordenou a aplicação dos benefícios. O plano de ação envolveu pagamento de renda emergencial a trabalhadores da cultura e realização de editais públicos para seleção de projetos culturais e premiação de agentes culturais com trajetória reconhecida.

IMPACTO

- **Trabalhadores da cultura contemplados com a renda emergencial de cinco parcelas de R\$ 600 pagas em cota única (até 31 de dezembro). Investimento de R\$ 2 milhões.**
- **R\$ 25,4 milhões destinados aos editais (já finalizados) de Produções Culturais e Artísticas e de Aquisição de Bens e Materiais.**
- **Estão programados para 2021 outros três editais que serão executados por entidades selecionadas por meio de chamadas públicas. O investimento é de R\$ 46 milhões:**
 - **Prêmio Trajetórias Culturais**
 - **Criação e Formação**
 - **Ações Culturais nas Comunidades.**

INVESTIMENTO

R\$ 74,4 milhões de recursos federais destinados ao governo gaúcho investidos em renda emergencial e aplicados em cinco editais de fomento ao setor cultural.

SOCIEDADE MOBILIZADA

BANCADA



ELETRÔNICA

GENERAL MOTORS



RESPIRADORES CONSERTADOS

O governo mobilizou empresas e organizações da iniciativa privada para colaborar no conserto de respiradores que estavam estragados em hospitais gaúchos.

A iniciativa da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) começou em março e mapeou cerca de 250 equipamentos com problemas. Desses, 168 receberam manutenção e estão em pleno funcionamento para recuperação de pacientes com Covid-19.

Os respiradores foram localizados por meio de contato dos hospitais ou de outras fontes que identificassem equipamentos estragados e, também, por um trabalho de busca realizado pela equipe da SPGG e parceiros.

Os aparelhos danificados passaram por higienização, diagnóstico, manutenção mecânica e eletrônica e substituição de peças. Depois de calibrados e com certificação de funcionamento emitida, eram devolvidos para a instituição de origem.

O conserto de respiradores contou com apoio e suporte de General Motors, Instituto Cultural Floresta, Capacità Eventos, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Brothers in Arms e Rede Gaúcha de Ambientes de Inovação (Reginp).

IMPACTO

**168 respiradores
consertados e
devolvidos para
hospitais**

INVESTIMENTO

**R\$ 785 mil
(R\$ 4.672 em média
para conserto de
cada aparelho)**



CRÉDITOS ADICIONAIS PARA COMBATER A PANDEMIA

A Assembleia Legislativa aprovou, em 21 de maio, a alteração da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício 2020 a fim de combater a Covid-19. Isso permitiu a inclusão da abertura de créditos adicionais para executar despesas referentes ao enfrentamento da pandemia. O montante de R\$ 38,5 milhões foi remanejado de emendas

individuais para enfrentar a pandemia (o valor se somou aos demais recursos de emendas estaduais já dotados para a área de saúde, totalizando R\$ 52 milhões). Os deputados estaduais solicitaram a criação desse instrumento.

INVESTIMENTO
R\$ 38,5 milhões



DOAÇÕES

O Comitê de Logística e Abastecimento da Defesa Civil para enfrentamento da Covid-19 recebeu doações para combater a pandemia:

- 1.592.732 equipamentos de proteção individual (EPI)
- 44,5 mil litros de álcool (gel e líquido)

INVESTIMENTO
PRIVADO
R\$ 3.668.631



CESTAS BÁSICAS

POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

A Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos distribuiu 10 mil cestas básicas para populações vulneráveis durante a pandemia, com recursos provenientes do Tesouro e do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (Fecon).

IMPACTO

QUILOMBOLAS - 3.580 CESTAS

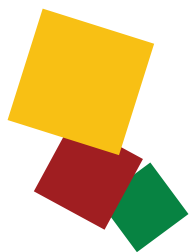
- Regional Emater Porto Alegre (11 municípios)
 - Regional Emater Bagé (9 municípios)
 - Regional Emater Frederico Westphalen (2 municípios)
 - Regional Emater Erechim (2 municípios)
 - Regional Emater Ijuí (4 municípios)
 - Regional Emater Lajeado (2 municípios)
 - Regional Emater Caxias do Sul (1 município)
 - Regional Emater Pelotas (14 municípios)
 - Regional Emater Santa Maria (6 municípios)
 - Regional Emater Soledade (7 municípios).
- Total: 58 municípios**

INDÍGENAS - 6.525 CESTAS

- Polo Base Sesai - Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) Porto Alegre (19 municípios)
 - Polo Base Sesai Barra do Ribeiro (4 municípios)
 - Polo Base Sesai Osório (6 municípios)
 - Polo Base Sesai Viamão (4 municípios)
 - Polo Base Sesai Guarita (5 municípios)
 - Polo Base Sesai Passo Fundo (31 municípios)
- Total: 69 municípios**

INVESTIMENTO

R\$ 1,315 milhão



IDOSOS

CESTAS BÁSICAS

Desde 16 de abril, 60 idosos em situação de vulnerabilidade e risco social que estão cadastrados no Programa de Assistência Alimentar das Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (Ceasa/RS) estão recebendo cestas básicas em suas casas. A ação é realizada pela Secretaria de Trabalho e Assistência Social (STAS), em conjunto com a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR), por meio da Ceasa/RS. É uma ação relacionada ao enfrentamento da pandemia.

IMPACTO

Os idosos, que estão em isolamento social, recebem as cestas básicas em suas casas enquanto durar a pandemia.

INVESTIMENTO

A STAS disponibiliza dois carros e motoristas para entrega das cestas na casa dos idosos que residem em Canoas, Gravataí, Porto Alegre e Viamão.

RECURSOS

Cerca de 22 mil idosos de 70 municípios receberam recursos para mitigar os impactos da pandemia. A execução do plano de trabalho coube às prefeituras, de acordo com cada realidade e necessidade, mas a maioria utilizou o recurso para aquisição e distribuição de cestas básicas, materiais e itens de higiene de proteção e para contratação de profissionais da saúde.

A partir do diagnóstico realizado pelo Comitê de Dados, foi identificada uma quantidade considerável de idosos rurais necessitados do auxílio. O recurso também serviu para acompanhamento dos idosos por um período de um a seis meses.

IMPACTO

22 mil idosos beneficiados em 70 municípios

INVESTIMENTO

R\$ 3 milhões
(Fundo Estadual da Pessoa Idosa - Funepi)





MUNICÍPIOS EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

A Defesa Civil distribuiu 2.470 cestas básicas (65 toneladas) para famílias em situação de vulnerabilidade social. Os alimentos não perecíveis foram enviados para municípios em situação de emergência em razão da estiagem e da pandemia.

INVESTIMENTO

R\$ 276.590





LIVE GRENAL DA SOLIDARIEDADE

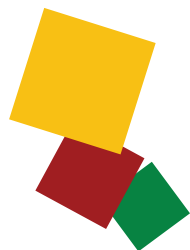
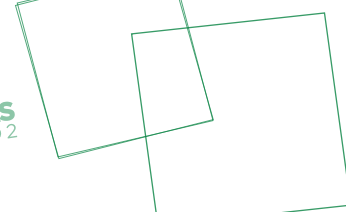
Para ajudar famílias em vulnerabilidade social, com muitos casos agravados pela pandemia, a Secretaria do Esporte e Lazer (SEL) realizou a Live Grenal da Solidariedade em 27 de maio, na Arena do Grêmio. Na execução do projeto, não foram usados recursos públicos, apenas verba de patrocinadores.

A atividade contou com a participação dos cantores Rafa Machado, representando o Grêmio, e Rafael Malenotti, o Internacional. O evento arrecadou 3.477 quilos de

alimentos não perecíveis, os quais foram doados à Defesa Civil.

Em resposta ao chamado da campanha, a população doou aproximadamente 600 quilos de alimentos não perecíveis e 200 peças de roupas nas 30 lojas da rede de supermercados Asun e Leve Mais. As roupas foram repassadas para a Campanha do Agasalho. O projeto contou com apoio de Unimed Porto Alegre, Rio Grande Seguros, Asun Supermercados, Atacado Leve Mais e Sadia.





PROJETO PopRua RS

O PopRua RS é o programa lançado pelo governo para atender à população de rua ao longo de três meses nos municípios de Caxias do Sul, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande e Santa Cruz do Sul. A iniciativa foi implementada pela Secretaria de Trabalho e Assistência Social (STAS) a partir do agravamento das situações de desamparo dessa população, sobretudo durante a pandemia do coronavírus, articulando políticas para garantir seus direitos, dignidade e proteção. Serão contempladas a população de jovens, adultos e famílias em situação de rua e as diversidades LGBTQI+.

IMPACTO

Acolhimento institucional, envolvendo, entre outras ações, entrega de quentinhas e EPIs, higienização e informações sobre trabalho.

INVESTIMENTO

R\$ 1,7 milhão

(Fundo Estadual de Apoio à Inclusão Produtiva - FEAIP)



Foto: Felipe Farias



CAMPANHA #PODPelaVida

A campanha #PODPelaVida, do Programa de Oportunidades e Direitos (POD), da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, mobilizou os jovens atendidos nos Centros da Juventude (CJ) durante a pandemia. Eles passaram a ter um papel ativo e ressignificaram os centros, transformando os locais em referência nas comunidades.

IMPACTO

Atenuar efeitos da pandemia nas comunidades do POD (Alvorada, Cruzeiro, Restinga, Rubem Berta, Lomba do Pinheiro e Viamão).

INVESTIMENTO

R\$ 3.248

PIT STOP COVID-19

Centros de triagem instalados em oito postos da Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) para caminhoneiros fazerem exames, a fim de saber se apresentam sintomas compatíveis à Covid-19. Nos locais, os motoristas também recebem álcool gel e são orientados para prevenir a disseminação do vírus.

TRANSPORTE DE KITS ANTICOVID PARA DML

Uma parceria entre o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) e o Departamento Médico-Legal (DML) garantiu que ônibus intermunicipais levassem kits anticovid (luvas, máscaras e macacões de proteção) para postos de perícia do interior do Estado.



Foto: Maurício Paz

OSPA

Entre maio e dezembro, houve 34 apresentações do Ospa Live, projeto online que conciliou isolamento social com cultura durante a pandemia. Aos sábados, às 17h, músicos da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Ospa) e convidados fizeram apresentações em grupos reduzidos, diretamente da Sala Sinfônica, na Casa da Ospa. As exhibições foram transmitidas ao vivo, por meio do canal da orquestra no YouTube.

PROGRAMAÇÃO CULTURAL

Museus, cinemas e demais centros culturais pertencentes ao governo do Estado permaneceram fechados na maior parte do ano, em razão da pandemia, oferecendo ao público uma intensa programação de atividades em meio virtual. Foram realizadas lives e transmissões ao vivo com apresentações de artistas.

THEATRO SÃO PEDRO

Também foram realizadas lives no Theatro São Pedro. Entre os destaques, estão a programação da Semana Farroupilha, três edições do Sarau do Solar (em parceria com a Assembleia Legislativa) e um recital em homenagem a Marta Grazziotin. Em dezembro, o espetáculo de encerramento da programação 2020 contou com a apresentação virtual da ONG Sol Maior.

UERGS DESENVOLVE MAIS DE 200 AÇÕES DE EXTENSÃO

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) ultrapassou a marca de 200 ações de Extensão, desenvolvidas em diversas regiões do Estado, oferecendo apoio e informações para que pessoas da comunidade externa tivessem melhores condições de passar pelo isolamento social, em função da pandemia de Covid-19.

À frente das iniciativas, estiveram estudantes, professores, técnicos e apoio administrativo que, desde março, quando as atividades presenciais na universidade foram suspensas, concentram forças em ações de prevenção e de enfrentamento dos efeitos da pandemia.

Algumas das ações realizadas:

- arrecadação e doação de itens;
- produção de sabão;
- confecção de máscaras;
- cursos online;
- iniciativas de apoio a produtores e empresas locais;
- lives em que professores e estudantes conversam com especialistas e apresentam os resultados de suas pesquisas, como forma de conscientização e de colocar o conhecimento produzido na universidade à disposição de todas as pessoas.

IMPACTO

- 222 ações propostas
- 112 já foram encerradas
- 244 mil pessoas beneficiadas até o início de novembro

ABERTURA DE NEGÓCIOS MAIS EM CONTA

O governo dispensou a cobrança de taxa de serviços para a criação de novas empresas no Estado a partir de outubro, por um prazo de 90 dias. Os valores se referem ao ato de constituição das empresas, os quais variam entre R\$ 89,95 e R\$ 155,77. A medida ocorreu por meio da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul (JucisRS), em parceria com a Sedetur.

IMPACTO

- 4.393 empreendedores beneficiados com a isenção da taxa (entre 26/10 e 30/11)
- Desenvolvimento econômico
- Geração de emprego e renda

EDITAIS PARA INOVAÇÃO

EDITAL PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19

Em decorrência do impacto do novo coronavírus na economia e na sociedade, e levando em conta os esforços da comunidade científica para conter a pandemia, a Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia (SICT) investiu R\$ 1,2 milhão no edital lançado em 28 de abril dentro do programa Inova RS, para enfrentamento da Covid-19. Os projetos selecionados são baseados em tecnologias ofertadas nos ambientes de inovação estaduais das regiões do Inova RS.

IMPACTO

- Promoção e fomento de soluções tecnológicas inovadoras para o desenvolvimento de produtos, serviços ou processos que auxiliem no combate à pandemia.
- Apoio para até oito iniciativas, uma para cada região do programa Inova RS, no valor de até R\$ 150 mil por projeto.

Foram selecionadas três iniciativas:

■ **Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo**

Rede colaborativa para o desenvolvimento de ventiladores para atendimento de pacientes com Covid-19.

■ **Universidade de Caxias do Sul**

Criação de um modelo de inteligência artificial para previsão e identificação de infecções por Sars-CoV-2, considerando testes RT-PCR e sorologia IGG e IGM.

■ **Universidade do Vale do Taquari**

Uso de uma ferramenta tecnológica no auxílio diagnóstico para a Covid-19, Transtornos do Afeto Negativo e comportamento suicida na região com maiores índices de suicídio no Brasil e ensaio clínico de técnicas de psicoterapia breve, voltado à sintomatologia psiquiátrica em tempos de pandemia.

INVESTIMENTO

R\$ 1,2 milhão

EDITAL EMERGENCIAL

Editais lançados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs) para apoiar projetos de pesquisa científica a serem executados em 12 meses, relacionados aos seguintes temas:

- desenvolvimento de testes diagnósticos rápidos e de custo competitivo para a Covid-19;
- estudos epidemiológicos capazes de acompanhar a evolução da doença e de indicar estratégias para o fim do distanciamento social;
- desenvolvimento de produtos antivirais candidatos terapêuticos para a Covid-19;
- desenvolvimento, melhoria, simplificação e aceleração da produção de equipamentos de proteção individual (EPI);
- desenvolvimento de serviços remotos de saúde;
- criação de soluções digitais para controle, monitoramento e previsão da disseminação do vírus;
- uso de inteligência artificial e de tecnologias digitais para referenciamento de pacientes e para melhoria da gestão do sistema de saúde;
- desenvolvimento e avaliação de técnicas de desinfecção e segurança sanitária;
- avaliação de impactos na saúde mental dos profissionais da área de saúde e da população em geral, bem como de impactos socioeconômicos e de mitigação de efeitos.

IMPACTO

36 projetos de pesquisa selecionados para o combate à Covid-19.

INVESTIMENTO

R\$ 5 milhões, podendo haver suplementação em qualquer fase, caso seja conveniente e haja disponibilidade de recursos.



EDITAL TECNOVA 2

A primeira etapa do edital Tecnova 2 é voltada para o enfrentamento da pandemia de Covid-19. O prazo de execução dos projetos é de dez meses.

Temas priorizados:

- Agronegócio
- Mobilidade Urbana
- Segurança
- Energia
- Logística e transporte
- TIC
- Meio ambiente
- Saúde
- Educação

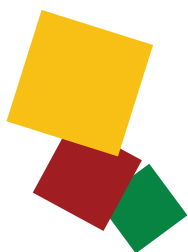
IMPACTO

Quatro empresas selecionadas para o desenvolvimento de soluções rápidas aplicáveis ao combate à Covid-19 como:

- **produção em escala industrial de dispositivo de ultrabaixo custo para qualificar o tempo de coagulação sanguínea, de forma a simplificar e agilizar o acompanhamento de pacientes com Covid-19;**
- **desenvolvimento de um substrato têxtil lavável para uso como insumo na confecção de equipamentos de proteção individual destinados a profissionais de saúde, revestido com um material hidrofóbico e contendo, impregnadas, nanopartículas de prata e cobre;**
- **desenvolvimento de produtos e processos de fabricação para o Diagnóstico Molecular de Sars-CoV-2 (Covid-19) e desospitalização eficiente.**

INVESTIMENTO

Valor solicitado como subvenção econômica enquadra-se entre **R\$ 100 mil e R\$ 300 mil**



STARTUPS CONTRA A COVID-19

A campanha Startups contra a Covid-19 foi lançada em 26 de março para conectar agentes do ecossistema de inovação em prol do mesmo objetivo: ajudar no combate ao novo coronavírus. As redes sociais da SICT divulgaram as startups que oferecem soluções, serviços, softwares e plataformas com potencial de auxiliar nessa luta, seja para prevenção, diagnóstico, tratamento, monitoramento ou conscientização, entre outros. A finalidade foi integrar pessoas que tivessem interesse no trabalho divulgado ou que pudessem oferecer recursos ou apoio para as startups.

OBSERVATÓRIO COVID-19

www.inova.rs.gov.br/observatorio-covid-19

O Observatório Covid-19, o qual integra o projeto Observatório da Inovação, foi lançado em 14 de abril pela SICT. A página centraliza as principais informações divulgadas e mapeadas pela secretaria em relação ao novo coronavírus:

- cartas do Comitê Científico gaúcho;
- lives da secretaria com especialistas;
- editais;
- financiamentos;
- linhas de crédito em andamento para incentivo ao combate à Covid-19;
- mapeamentos de iniciativas em universidades, ambientes de inovação e startups;
- plataforma de projetos do Inova RS.

IMPACTO

**Mapeamento
de 87 startups
no país**

PLATAFORMA DE AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DA COVID-19

O programa Inova RS, da Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia, em parceria com a startup uBegin, lançou, em 7 de abril, uma plataforma de colaboração estadual com o objetivo de reunir as ações que estão sendo desenvolvidas no combate ao novo coronavírus.

O propósito é auxiliar ecossistemas de inovação gaúchos a organizar informações de suas iniciativas de forma sistemática e dinâmica, conectar atores e apresentar as demandas de cada projeto para que todos possam contribuir. A ferramenta foi baseada nas principais linhas de atuação levantadas pelos Comitês Estratégico e Técnico dos oito ecossistemas regionais de inovação do Rio Grande do Sul.

CURSO GRATUITO

A SICT, por meio de seu programa Educar para Inovar, promoveu o curso “Saúde, meio ambiente, inovação e prevenção em tempos de Covid-19”, em parceria com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs). A formação era gratuita, voltada para professores da Educação Básica e estudantes do Ensino Médio, mas foi aberta à comunidade em geral.

IMPACTO

- Mais de 3,5 mil pessoas de todo o Brasil inscritas
- Cerca de 2 mil certificados emitidos



SISTEMA PRISIONAL

GRUPO INTERINSTITUCIONAL DA JUSTIÇA

A estratégia do Plano de Contingência para o Sistema Prisional, apresentado em 20 de abril pela Secretaria da Administração Penitenciária (Seapen), passou, primeiramente, pela criação de um grupo interinstitucional de combate à Covid-19, que reuniu todos os órgãos do sistema de Justiça.

ÁREAS DE TRIAGEM

Uma das consequências da criação do grupo interinstitucional foi a constituição de uma barreira sanitária. Todos os ingressantes do sistema passavam por uma quarentena de 14 dias em duas centrais de triagem na região metropolitana de Porto Alegre. Primeiramente na Penitenciária de Canoas, com a criação de mais de 700 vagas, e depois na recém-inaugurada Penitenciária de Sapucaia do Sul, com 600 vagas, a qual se tornou a primeira unidade exclusivamente voltada a esse fim em todo o país.

TESTAGEM DE TODOS OS INGRESSANTES

Em parceria com a Secretaria da Saúde (SES), houve testagem de todos os ingressantes no sistema penitenciário, evitando a propagação intramuros da pandemia. Os cuidados foram estendidos aos servidores responsáveis pela guarda dos detentos, com a vacinação contra o vírus H1N1. Outro fato a se destacar foi a criação de vagas de UTI específicas para o sistema.

EPIS

A busca de recursos com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), o Instituto Cultural Floresta, o Poder Judiciário e o Ministério Público para produção de equipamentos de proteção individual (EPIs) foi acrescida de uma política de trabalho prisional que garantiu a produção de máscaras em 13 oficinas, totalizando 550 mil unidades. Isso permitiu a fixação de uma ordem de serviço interna estabelecendo o uso obrigatório de máscara para todos servidores e apenas a partir de 10 de maio. A medida ainda possibilitou a doação para parceiros estratégicos da Seapen, como Brigada Militar e Polícia Civil.

VIRTUALIZAÇÃO DO SISTEMA

O sistema de comunicação da rede prisional foi atualizado e modernizado. Isso possibilitou a implantação, a partir de abril, da modalidade das visitas virtuais – objetivando a manutenção do vínculo social da pessoa presa – e a realização de videoaudiências, propiciando o acesso à Justiça. Ao final de 2020, 80% dos estabelecimentos das 10 regiões penitenciárias do Estado já contavam com esses serviços.

OUTRAS AÇÕES

Foto: Fernando Dias

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Agricultura e pecuária são consideradas serviços essenciais, motivo pelo qual a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR) não parou as atividades de fiscalização e inspeção durante a pandemia.

A secretaria tomou as seguintes medidas para proteger a saúde dos servidores e do público em geral:

- confecção de 500 cartazes de orientação;
- aquisição e distribuição de 415 litros de álcool gel, 300 litros de álcool líquido,

260 máscaras de tecido, 800 litros de alvejante/desinfetante e 4,3 mil pares de luvas descartáveis para as inspetorias e escritórios de defesa agropecuária;

- possibilidade de o público enviar e solicitar documentos às inspetorias e escritórios de defesa agropecuária por canais digitais, como e-mail e WhatsApp;
- realização de mais de 2 mil testes rápidos durante a Expointer, em parceria com a Secretaria de Saúde de Esteio.



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

DEVOLUÇÃO DE AUXÍLIO EMERGENCIAL RECEBIDO IRREGULARMENTE

O governo identificou cerca de 3,5 mil vínculos, entre servidores, aposentados e pensionistas civis e militares do Estado, que receberam irregularmente o auxílio emergencial.

A partir de informações da Controladoria-Geral da União, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) encaminhou ofícios às secretarias e órgãos solicitando abertura de procedimento para que os servidores devolvam aos cofres da União os valores recebidos indevidamente.

O auxílio emergencial foi criado pelo governo federal e destinado a trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados diante da crise causada pelo distanciamento social necessário para o enfrentamento do coronavírus.

Também foi aprovado projeto de lei na Assembleia Legislativa para que o valor do benefício depositado irregularmente seja descontado em folha.



SECRETARIA DA FAZENDA

- A Receita Estadual suspendeu prazos e prorrogou a apresentação de garantias para parcelamentos e de obrigações dos produtores rurais. Também ampliou a rede de arrecadação do ICMS (Banco do Brasil e Sicredi, além do Banrisul).
- Em articulação com outros Estados e a Receita Federal, foi postergado o vencimento do ICMS do Simples Nacional por 90 dias.
- A Receita Estadual disponibilizou uma forma alternativa de tributação ao segmento de bares, restaurantes e estabelecimentos similares.
- Foram publicados mais de 25 boletins de emissão de documentos fiscais com impacto da crise de coronavírus, os quais ofereceram um monitoramento permanente dos efeitos nos diferentes setores.
- Em virtude da crise da Covid-19 e atendendo ao pedido dos segmentos econômicos, o governo flexibilizou a regra que prevê a revogação do parcelamento de débitos em caso de inadimplemento das empresas que aderiram ao Refaz 2019 e ao Compensa-RS.
- A Receita Estadual facilitou condições para que os contribuintes com débitos de ICMS referentes ao período entre abril e setembro de 2020 possam regularizar sua situação.
- Provas de vida de aposentados e pensionistas foram suspensas.
- O Sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE) teve melhorias no módulo de Administração de Materiais, por exemplo, o que permitiu a eficiente distribuição de produtos adquiridos pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) para o combate à Covid-19.
- Atuação da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage) para orientar os gestores, reforçando o atendimento aos órgãos e a atuação das 17 seccionais, respondendo às demandas decorrentes do período de calamidade pública.

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

ADEQUAÇÕES EM ÔNIBUS INTERMUNICIPAIS

Conforme a região do Estado e as bandeiras de Distanciamento Controlado, os ônibus que realizam viagens intermunicipais passaram por adequações

quanto à ocupação, de modo a garantir uma viagem segura para todos. Foram observados os protocolos de higienização e prevenção à Covid-19.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

A Secretaria da Segurança Pública (SSP) criou um grupo de trabalho (GT) para viabilizar e adquirir equipamentos e insumos necessários para o combate ao coronavírus e a proteção dos servidores da pasta. Isso permitiu traçar estratégias para manter o serviço da Segurança Pública sem prejuízo à população gaúcha.

IMPACTO

AQUISIÇÃO DE,
ENTRE OUTROS ITENS:

- 62 mil máscaras N95;
- 23 mil máscaras cirúrgicas;
- 1.270 óculos de proteção.

INVESTIMENTO

R\$ 1.056.502

para atender às necessidades de todos os órgãos vinculados à SSP e do prédio-sede da secretaria.



AGENDAMENTO PARA CONFEÇÃO DE RG

Em razão das restrições impostas pela pandemia, que demandaram a paralisação no atendimento presencial por ordem de chegada nos Postos de Identificação do Instituto-Geral de Perícias (IGP), foi implantado o sistema de agendamento por telefone e WhatsApp para solicitação da carteira de identidade nos casos em que a emissão do documento fosse urgente.

IMPACTO

- Continuidade do serviço de confecção de carteira de identidade em casos essenciais, de forma organizada e respeitando os protocolos sanitários de prevenção à Covid-19.
- Redução na circulação de pessoas no momento mais crítico da pandemia.



AULAS TEÓRICAS REMOTAS PARA A PRIMEIRA HABILITAÇÃO

Desde maio, candidatos a motorista que realizarem sua primeira habilitação podem ter aulas teóricas de forma remota. Essa foi uma das medidas de segurança adotadas pelo DetranRS para possibilitar a retomada dos serviços nos Centros de Formação de Condutores (CFC) após a adoção do Distanciamento Controlado pelo governo.

IMPACTO

- Minimizar riscos de disseminação do novo coronavírus.
- Praticidade para os candidatos darem andamento no processo de obtenção da CNH sem sair de casa.

CURSOS GRATUITOS NA ESCOLA PÚBLICA DE TRÂNSITO ONLINE

Em julho, o DetranRS lançou a Escola Pública de Trânsito Online, com uma série de cursos gratuitos e abertos à população. A criação da escola foi anunciada em setembro de 2019 com o objetivo de ser um espaço físico completo. Em função da pandemia e das medidas de distanciamento social, a autarquia lançou a versão online, que pode ser acessada em escola.detran.rs.gov.br.

IMPACTO

Oferta gratuita de cursos relacionados à educação para o trânsito.

LEILÕES VIRTUAIS DE VEÍCULOS E SUCATAS

A modalidade de leilão virtual para veículos e sucatas de depósitos do DetranRS foi implantada em março, de maneira a dar continuidade ao serviço, com o cumprimento dos protocolos de distanciamento social contra a Covid-19.

O modo de realização é bem parecido com o presencial. Em um auditório, o leiloeiro faz o apregoamento dos lotes, que é transmitido em vídeo. Os arrematantes dão lances de forma online. Vence quem fizer a maior oferta aceita pelo leiloeiro. Não são válidos lances efetuados após o encerramento do apregoamento do lote. Na modalidade também existe a opção de realização do pré-lance online, em que o interessado faz lances prévios, ou seja, antes da abertura do leilão virtual.

IMPACTO

- Manter agenda de leilões de veículos e sucatas automotivas durante a pandemia.
- Evitar acúmulo nos depósitos do DetranRS.
- Minimizar riscos de disseminação do novo coronavírus.
- Agregar praticidade aos interessados.



ATENDIMENTO À IMPRENSA ADAPTADO

Para acompanhar as medidas do governo do Estado no combate à propagação do coronavírus e garantir acesso à informação, a Secretaria de Comunicação (Secom) adotou um modelo de atendimento à imprensa que evitasse o contato presencial. Em razão da necessidade de restringir aglomerações, divulgações e anúncios realizados pelo governador passaram a ser transmitidos em lives diárias no perfil do governo do Estado no Facebook e no canal no YouTube.

Para garantir interatividade com a mídia nas transmissões ao vivo, foi criado um grupo no WhatsApp com jornalistas de veículos de comunicação do Estado e do país. Perguntas ao governador e a secretários sobre as estratégias no combate à Covid-19 eram enviadas pelo aplicativo e respondidas durante a live. Além disso, o grupo serve como canal de comunicação direto com a assessoria

de imprensa do governador, que faz esclarecimentos conforme demandada pelos jornalistas. A partir de março, foram organizadas entrevistas coletivas virtuais – as videoconferências. Jornalistas de todo o país, interessados em fazer perguntas, se inscreviam com antecedência e recebiam um link para falar com o governador ou secretários durante a transmissão ao vivo pela internet.

As videoconferências asseguraram a manutenção da transparência nas ações do governo e proporcionaram agilidade no atendimento à mídia, resultando em rápida propagação das informações por meio de veículos de comunicação. Devido à repercussão positiva pela ampliação do acesso de jornalistas de todo o Estado e do centro do país ao governo, as videoconferências foram utilizadas para outros anúncios e lançamentos de projetos do Executivo estadual.

GOVERNADOR CONVERSA COM POPULAÇÃO EM PROGRAMAS DE RÁDIO

Para as orientações do governo do Estado sobre a Covid-19 estarem nas mais diferentes plataformas de comunicação, a Secom começou, em abril, a distribuir para emissoras de rádio um programa diário, de cinco minutos de duração, contendo entrevistas com o governador.

Secretários e técnicos do governo

também foram entrevistados, apresentando atualizações com relação ao combate ao coronavírus. A fim de manter a interatividade com a audiência, ouvintes em qualquer região do Estado tinham um número de WhatsApp à disposição para enviar perguntas em áudio.

SÉRIE SOBRE DISTANCIAMENTO CONTROLADO ALCANÇA RECORDE DE VISUALIZAÇÕES

A Secom produziu materiais para informar a estratégia do governo no combate à Covid-19 e, também, orientar acerca dos cuidados necessários para evitar o contágio ou mesmo passar o vírus adiante. Uma das ações foi a série de vídeos do Distanciamento Controlado – modelo desenvolvido para atualizar, semanalmente, sobre o avanço do contágio em 21 regiões no Rio Grande do Sul usando bandeiras nas cores

amarela, laranja, preta e vermelha. A série chegou em dezembro com 14 episódios produzidos.

Em junho, quando o Distanciamento Controlado apontou risco elevado para a doença no Estado, foi ao ar o episódio “O que muda nas regiões em bandeira vermelha”, com recorde de visualizações no canal do governo no YouTube, somando quase 51 mil no fim de dezembro.

IMPACTO

- Aumento da transparência na divulgação das ações do governo no enfrentamento da pandemia.
- Informações abalizadas por especialistas sobre como a população deve agir para evitar o avanço da doença.

JORNALISMO EM NÚMEROS 2020

- **9,9 milhões** de visualizações no portal de notícias do governo.
 - Crescimento de 58,29% em relação a 2019.
- **3.951** notícias publicadas no portal.
- **862** reportagens produzidas pela Radioweb.
 - **78.911** aproveitamentos, média de 91 rádios por matéria. Governador foi fonte em 272 matérias de rádio.
- **324** dessas 862 reportagens trataram das ações contra a Covid-19.
 - **36.567** aproveitamentos, média de 110 rádios por matéria.
- **1.668** emissoras de rádio em **1.225** municípios reproduziram conteúdos sobre o Rio Grande do Sul.
- **49** arquivos de áudio distribuídos por mês.
- **247** vídeos publicados no YouTube.
- **20** episódios do podcast Diálogos RS.



PODCAST AMPLIA CONTATO COM OS GAÚCHOS

Arquivo de áudio na internet que pode ser acessado a qualquer momento, o podcast passou a ser um novo canal de comunicação do governo com os gaúchos. O primeiro episódio estreou em agosto. Com o nome Diálogo RS, tem 15 minutos de duração, usando linguagem e abordagem mais leves e didáticas para tratar dos assuntos.

Produzido pela Secom, o Diálogo RS é disponibilizado às quintas-feiras no portal de notícias e no canal do governo no YouTube, além de estar nas plataformas Spotify e Radioweb. Emissoras de rádio começaram a reproduzir o conteúdo em sua

programação.

Os episódios abordam, entre outros assuntos, projetos de governo, enfrentamento do coronavírus, recuperação da economia, entrega e andamento de obras e ações no esporte, na educação, na cultura e na inovação.

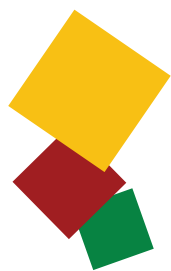
Além dessa pauta, o governador responde a dúvidas enviadas pelos ouvintes por meio de um número de WhatsApp.

De agosto a dezembro, foram veiculados 19 episódios, dos quais quatro são sobre a Reforma Tributária e três sobre o coronavírus e temas relacionados ao enfrentamento da pandemia.

NEWSLETTER CORONAVÍRUS

Dentro da estratégia de informar a mídia não apenas sobre as ações de combate ao coronavírus, mas também enviar orientações para serem divulgadas à população durante a pandemia, a Secom lançou uma newsletter diária. Distribuída no fim da tarde por e-mail, reunia todas as notícias sobre a Covid-19 publicadas no portal de notícias do governo do Estado durante o dia. Dessa forma, a Newsletter Coronavírus facilitava a busca por informações relativas à questão. Além da mídia, assessorias de comunicação de hospitais também estavam inscritas no mailing da publicação.



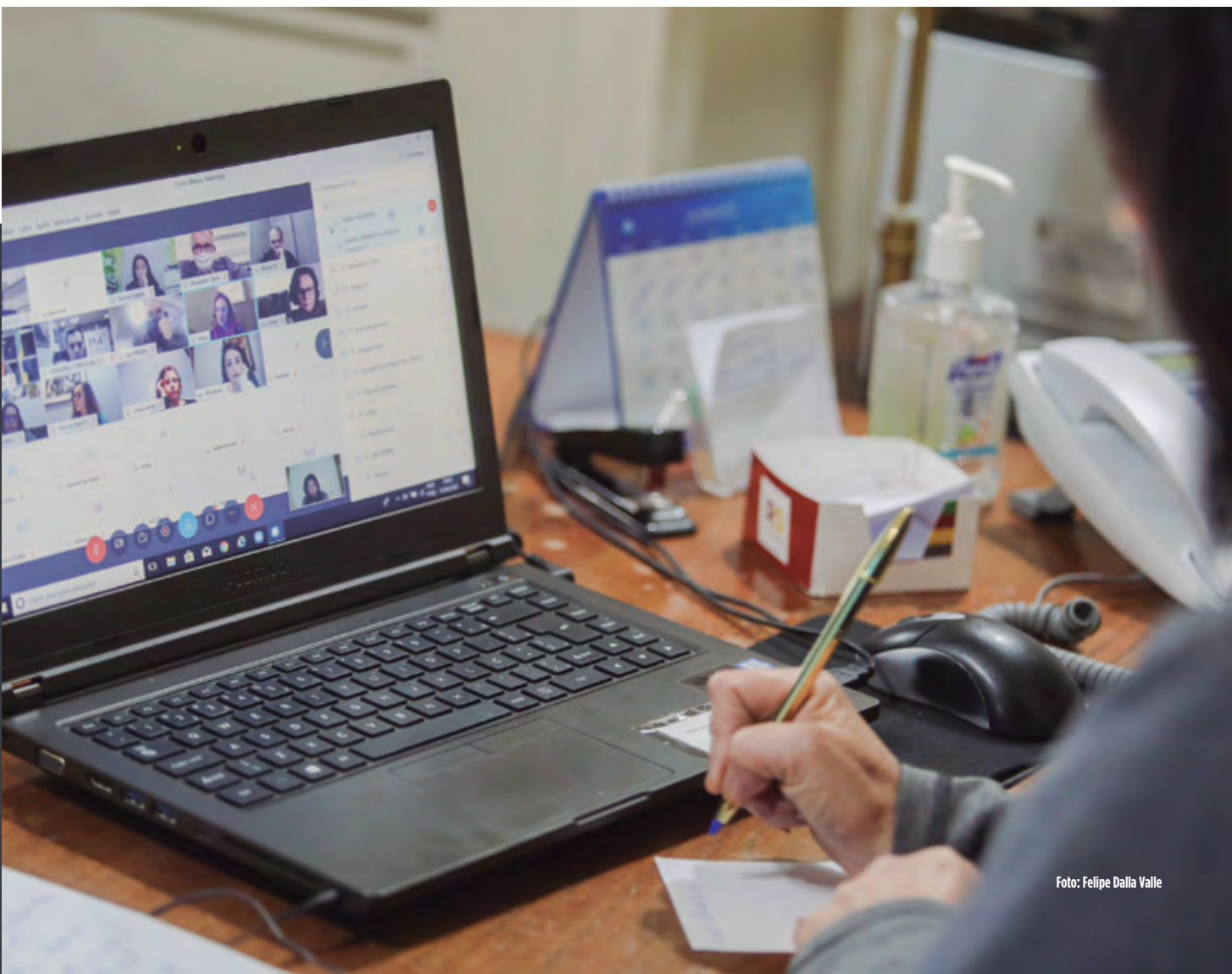


OFICINA SOBRE DISTANCIAMENTO CONTROLADO

A Secom promoveu uma oficina com jornalistas de veículos de comunicação para explicar o modelo de Distanciamento Controlado. Com duração de duas horas e realizada em junho por videoconferência, contou com integrantes do primeiro escalão do governo, que ficaram à disposição para responder às perguntas.

A atividade foi promovida para sanar

dúvidas e esclarecer o funcionamento do modelo, de modo a ampliar o entendimento sobre o Distanciamento Controlado. Assessores de comunicação de todas as secretarias do governo também puderam participar da atividade, no sentido de alinhar o entendimento a respeito do modelo implementado.



DESTAQUES

**GOVERNO
DIGITAL**



rs.gov.br

GOVERNO NA PALMA DA MÃO

Investir na relação com o cidadão, apresentando-se perante cada um da forma mais eficiente e conveniente possível, é o propósito principal do projeto de transformação digital do governo do Estado.

Desde a elaboração do Mapa Estratégico, no início de 2019, colocar o governo na palma da mão de todo gaúcho é uma meta tratada como prioridade.

Conforme estabelece a Estratégia Digital rs.gov.br, isso contribui para:

- melhoria do ambiente de negócios;
- redução de custos;
- modernização e agilidade da atuação pública.

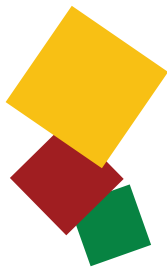
Em 2020, o projeto de transformação digital do governo ganhou ainda mais importância, em um contexto no qual foi vital

oferecer serviços aos cidadãos sem necessidade de deslocamento até os órgãos públicos.

O rs.gov.br é liderado pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), com apoio do Escritório de Desenvolvimento de Projetos (EDP) e da Procergs - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado.

IMPACTO

- **Mais de 230 serviços estaduais totalmente digitais (de um total de 424 serviços disponíveis no portal)**
- **55% de digitalização**
- **3,21 milhões de acessos/mês**



SISTEMAS DE LICENCIAMENTO

PPCI

O governo iniciou em fevereiro a implantação de um sistema que agrega praticidade e amplia a agilidade do serviço de segurança contra incêndios pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado (CBMRS). O Sistema Online de Licenciamento (SOL-CBMRS) é uma ferramenta que digitaliza todos os tipos de licenciamentos realizados pela corporação, inclusive o encaminhamento dos Planos de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCIs) na modalidade completa.

O SOL-CBMRS traz vantagens para os empreendedores e responsáveis técnicos (engenheiros e arquitetos) pela elaboração de PPCIs completos.

A criação da ferramenta integra o escopo do projeto Descomplica RS, lançado em agosto de 2019 e coordenado pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), com a finalidade de facilitar a vida dos cidadãos e empresários no Estado, evitando o excesso de burocracia no poder público.

FEPAM

Lançada em maio pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), a juntada eletrônica de documentos de processos físicos iniciados antes de 2018 – portanto, não integrantes do Sistema Online de Licenciamento – é uma ferramenta que beneficia empreendedores, promovendo agilidade e economia. A implementação já era prevista, porém foi antecipada em razão da pandemia.

IMPACTO

- **Desburocratização da emissão de liberação do PPCI.**
- **Mais agilidade no processo, mantendo segurança.**
- **Sistema torna totalmente eletrônica a tramitação e permite o protocolo dos processos 24 horas por dia, a qualquer dia da semana, e a partir de qualquer lugar por meio da internet.**
- **Eliminação das filas de atendimento e da necessidade de deslocamentos até as unidades do CBMRS, o que, em alguns casos, demandava percorrer centenas de quilômetros.**
- **Economia aos empreendedores ao eliminar a necessidade de impressão de plantas baixas.**
- **Transparência da tramitação, pois os proprietários e responsáveis técnicos pelos prédios poderão acompanhar as etapas do licenciamento dos PPCIs a qualquer momento.**



FARMÁCIA DIGITAL

Com a implantação do projeto da Farmácia Digital, a Secretaria da Saúde (SES) vem facilitando o acesso de usuários do SUS a medicamentos nas Farmácias do Estado. As ações têm evitado aglomerações e estimulado o distanciamento social, principalmente das pessoas que pertencem aos grupos de risco da Covid-19, como idosos e doentes crônicos.

Entre as principais ações, estão:

- solicitação digital de medicamentos;
- prazos de validade de receitas médicas estendidos;
- dispensação para mais de um mês;
- flexibilização da retirada por terceiros;
- renovação automática da continuidade de tratamento;
- agendamento de entrega de documentos, receitas e formulários com assinatura digital;
- Telecuidado Farmacêutico (serviço de acompanhamento ao paciente de forma remota).

RECEITUÁRIOS AZUL E AMARELO

A disponibilização de uma ferramenta digital para a prescrição de medicamentos dos receituários azul e amarelo no Rio Grande do Sul foi uma proposta debatida em dezembro. O processo de implementação será desenvolvido pelas secretarias da Saúde e do Planejamento, Governança e Gestão, em conjunto com o Conselho Regional de Medicina, o Conselho Regional de Farmácia e a Procergs.



GERCON E GERINT

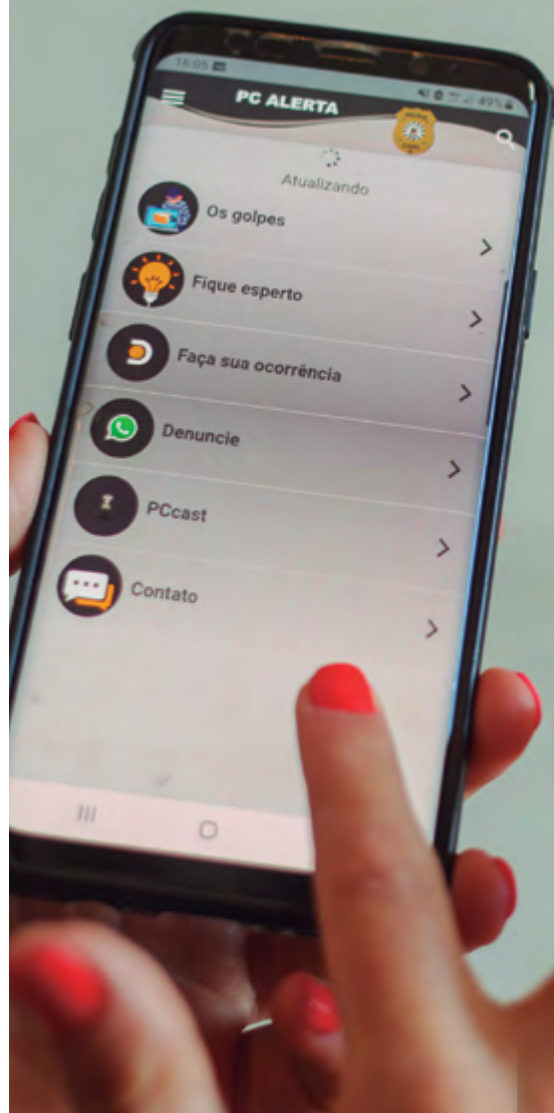
Os sistemas de regulação ambulatorial e de regulação das internações no Estado, Gercon e Gerint, foram implantados para agilizar e dar mais transparência às filas de espera para consultas com especialistas e internações por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

Os sistemas de gerenciamento estão em funcionamento em Porto Alegre e foram criados pela Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre (Procempa). A expectativa é implantá-los em todo território gaúcho nos próximos meses.

APLICATIVOS

PC ALERTA!

Usuários do sistema Android podem fazer download para o celular do aplicativo desenvolvido pela Polícia Civil, o PC Alerta!. Ele é baseado na cartilha sobre golpes virtuais, lançada pela Divisão de Comunicação Social (DCS) da instituição em junho. O app detalha 16 tipos de golpes preferidos pelos estelionatários, apresenta orientações gerais sobre como proteger dados pessoais e ainda um link para o site da Delegacia Online (www.delegaciaonline.rs.gov.br). A iniciativa faz parte das ações para reverter a alta nos estelionatos verificada em 2020 e se encaixa no terceiro eixo do RS Seguro, de qualificação do atendimento ao cidadão.



MENOR PREÇO NOTA GAÚCHA

O aplicativo disponibilizou consulta de preços de produtos para prevenção à Covid-19, como máscara, luvas e álcool gel, e preços de testes na rede privada. Passou a ser oferecido para outras unidades da federação, se transformando no Menor Preço Brasil.



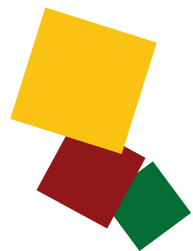
FPE MOBILE

O Tesouro do Estado e a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage), em parceria com a Procergs, lançaram o aplicativo do sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE), que permite gerenciamento, controle e execução orçamentária e financeira da despesa pública do Estado. Entre os benefícios da versão mobile, destaque para a redução de custos operacionais, a agilidade e o aumento de eficiência e produtividade, além de maior transparência na gestão dos recursos.



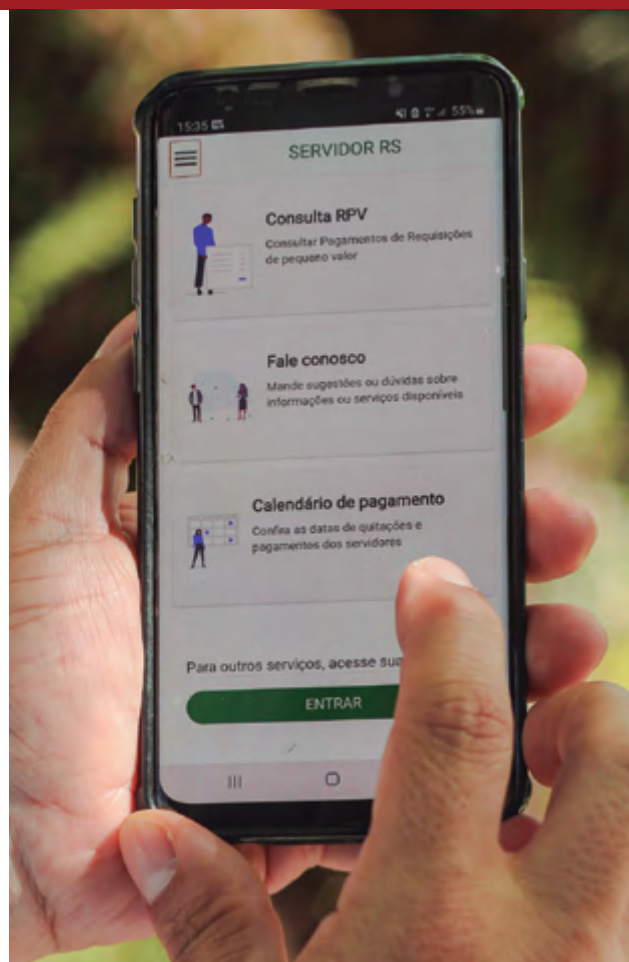
NOTA FISCAL FÁCIL

O aplicativo Nota Fiscal Fácil (NFF) foi lançado em 2 de setembro como uma solução móvel que visa a simplificar ao máximo a emissão de documentos fiscais eletrônicos no Brasil. Inicialmente, o projeto engloba os Transportadores Autônomos de Cargas, que agora podem solicitar a emissão dos documentos fiscais relativos às prestações de serviços de transporte rodoviário de cargas em dispositivos móveis, de forma simples, intuitiva e ágil.



SERVIDOR RS

Mais de 8,5 mil servidores ativos, inativos e pensionistas já utilizam o aplicativo Servidor RS, o qual garante acesso a informações de interesse dos servidores e pensionistas.





DOCUMENTOS

SEGUNDA VIA ONLINE DA IDENTIDADE

A segunda via online da carteira de identidade é um novo serviço disponibilizado pelo Instituto-Geral de Perícias. O cidadão pode solicitar a segunda via do documento pela internet, sem necessitar comparecer a um Posto de Identificação para apresentar documentos e capturar foto, assinatura e impressões digitais.

Isso é possível porque são utilizados dados biográficos e biométricos cadastrados no

Sistema de Identificação quando da última atualização da carteira de identidade encaminhada presencialmente e expedida pelo Estado do Rio Grande do Sul. A foto, a assinatura, a impressão digital (biometria) e todos os dados pessoais (biográficos) serão exatamente os mesmos da carteira anterior, se ela foi expedida nos últimos cinco anos.

LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

O Rio Grande do Sul imprimiu o último documento de licenciamento de veículo em papel-moeda em 31 de julho. O proprietário passou a ter independência para baixar a versão digital no celular ou, se quiser, imprimir o próprio documento em casa. Além de não precisar esperar a entrega do papel de cor verde pelos Correios, o motorista pode

compartilhar o documento com todos que utilizam o veículo. A mudança foi prevista em regramento federal (Resolução 788/2019, do Contran) e acontece em todo o Brasil. O documento de propriedade do veículo (CRV, antigo DUT) também passou a ser apenas digital no início de 2021.

PORTAIS

AMPLIAÇÃO DA DELEGACIA ONLINE

A Delegacia Online da Polícia Civil ganhou, em março, uma ferramenta para registro geral de ocorrências. Além da novidade, permanecem disponíveis campos para registrar 29 fatos criminais específicos que já existiam na página.

IMPACTO

- Possibilidade de realizar qualquer tipo de registro sem a necessidade de deslocamento a uma Delegacia de Polícia.
- Minimiza a circulação e o contato de pessoas durante a pandemia.
- Agrega praticidade ao permitir acesso por computador, notebook, smartphone ou tablet, além da possibilidade de salvar o preenchimento parcial do formulário para continuidade em outro momento.
- Em até duas horas após a finalização do registro, a solicitação é avaliada por um policial civil na central da instituição e, se validada, o cidadão pode acessar no site da Delegacia Online um PDF da ocorrência.

IPE SAÚDE

O lançamento do novo site do IPE Saúde (www.ipesaude.rs.gov.br) marcou uma nova etapa para a instituição que, em 2020, efetivou o atendimento 100% online aos usuários. Foram implantados serviços como

a renovação de dependente estudante, solicitação de segunda via do cartão e liberação de atendimento. Além disso, todas as soluções IPE Saúde também estão integradas ao Portal de Serviços Digitais do governo estadual (www.rs.gov.br).

PREÇO DE REFERÊNCIA NOTA FISCAL

O Preço de Referência Nota Fiscal Eletrônica é uma ferramenta que calcula os parâmetros de valores, a partir das informações contidas nas notas fiscais eletrônicas emitidas no Estado no período da pesquisa, produzindo uma média dos preços dos produtos

comercializados, excluindo-se as distorções (*outliers*). Com isso, além de orientar as compras públicas, também oferece aos órgãos de controle parâmetros para avaliar a correta aplicação dos recursos. O portal foi desenvolvido pelo Tesouro, com colaboração da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

e-CAC

Mais 12 serviços foram incluídos no protocolo eletrônico do Portal de Serviços da Receita Estadual (e-CAC). Por meio da ferramenta, os usuários já podem solicitar mais de 20 serviços.

PESSOA FÍSICA

A Receita Estadual lançou em novembro o novo Portal de Serviços para Pessoa Física. A primeira fase da medida abrange 27 serviços e eliminará quase por completo a necessidade de atendimentos presenciais, visto que os próprios cidadãos poderão fazer seu protocolo diretamente no portal.

RECEITA DADOS

O portal Receita Dados disponibilizou novos painéis informativos: um de emissão de notas fiscais com atualização em tempo real – sendo uma referência nacional – e outro sobre a atividade econômica dos principais setores da indústria, do atacado e varejo do Rio Grande do Sul.

DETRAN

APLICAÇÃO REMOTA DE EXAMES TEÓRICOS

Em agosto, o DetranRS publicou portaria que implementa e regulamenta a adesão dos Centros de Formação de Condutores (CFCs) ao projeto-piloto para aplicação remota de exames teóricos. Nessa modalidade, o candidato vai até um CFC e realiza a prova em computador instalado no local, fazendo a identificação por biometria. Toda a atividade efetuada no equipamento é supervisionada por um fiscal de prova do DetranRS que está em outro local, por meio da internet. Até o final do ano, 31 CFCs já haviam aderido. No futuro, quando a tecnologia estiver aprimorada, a intenção é que os candidatos possam realizar as provas de forma online a partir de casa ou outro local de sua escolha.

IMPACTO

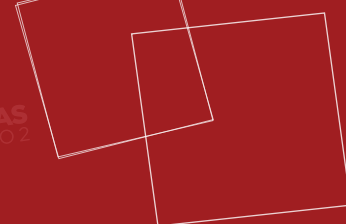
- **Aumento do número de vagas e opções de horário para exames, desafogando a demanda para realização nas salas próprias do DetranRS.**
- **Economia para o Estado, ao evitar o deslocamento de examinadores.**

DEFESA DE SUSPENSÃO OU CASSAÇÃO DA CNH

Desde o final de julho, condutores do Rio Grande do Sul com processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação podem apresentar defesa pela internet, por meio da Central de Serviços do DetranRS (servicos.detrans.rs.gov.br) ou pelo portal do governo do Estado (rs.gov.br). O encaminhamento é totalmente eletrônico, sem necessidade de envio de papéis via Correios ou de protocolo no Tudo Fácil, o que moderniza e acelera o processo. A iniciativa faz parte da estratégia do governo do Estado de oferecer serviços digitais, por meio do portal www.rs.gov.br, para permitir que a população tenha acesso às facilidades públicas sem precisar sair de casa.

IMPACTO

- **Agilidade e simplificação no processo.**
- **Condutor ou seu representante pode desistir de uma defesa já cadastrada, substituindo o documento de defesa anterior, seja por ter constatado um erro ou a falta de alguma informação.**



FASE

IMPLANTAÇÃO DE SALAS DE AUDIÊNCIA

A Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase) implantou salas de audiência para acompanhamento das sessões com a Justiça, por meio de videoconferência, em todos os seus centros. A iniciativa, viabilizada em parceria com o Poder Judiciário, possibilitou a realização de mais de 800 sessões desde março. Além de ser mais uma medida de contenção à propagação da Covid-19, preservando a integridade de todos os profissionais envolvidos, as audiências virtuais garantem outros progressos

à socioeducação. O Tribunal de Justiça disponibilizou o software para realização das audiências e doou 16 computadores. Além disso, outros equipamentos receberam manutenção e foram distribuídos para todas as unidades da Fase no Estado.

IMPACTO

Mais de 800 videoaudiências entre março e outubro



FUNDOPEM 4.0

O projeto Fundopem 4.0 está atualizando a legislação e desenvolvendo o Sistema Único de Fomento (SUF), uma plataforma online para que empresas acessem todas as etapas do processo de adesão. O objetivo é reduzir em 30% o tempo médio para concessão e utilização do benefício, além de tornar o programa 100% digital.

O Fundopem 4.0 significa menos burocracia e mais agilidade para que os investidores sejam estimulados a investir no Estado.

A expectativa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur) é que o acesso ao novo modelo esteja disponível no segundo semestre de 2021.

EIXOS ESTRATÉGICOS

**EIXO 1
ESTADO
SUSTENTÁVEL**



ORÇAMENTO

LDO CONGELA VALORES

A partir de um acordo inédito construído pelo Executivo com os demais Poderes e órgãos autônomos, o Projeto de Lei 110/2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício econômico-financeiro de 2021, foi aprovado de forma unânime pelos deputados estaduais em 15 de julho. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2021 fixou o duodécimo com fonte do Tesouro em R\$ 5,9 bilhões no ano, mantendo o mesmo patamar de abril de 2020.

IMPACTO

R\$ 410
milhões

de economia para os cofres públicos

PROPOSTA PARA 2021

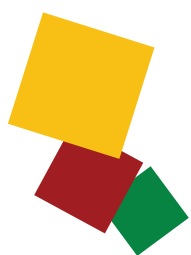
Um dos grandes desafios do processo de elaboração da proposta do Orçamento 2021 foi contemplar as metas estratégicas do governo, considerando o cenário atual.

Por problemas estruturais históricos, a capacidade de investimento cai ano a ano. No momento, o volume de recursos destinados para obras e novos projetos representa 2,3% da receita corrente líquida, algo ao redor de 0,2% do PIB gaúcho.

A proposta aprovada pela Assembleia Legislativa contempla 221 projetos estratégicos, o que representará gastos de investimento e custeio de quase R\$ 828 milhões em 2021, parte do valor proveniente do próprio Tesouro. Pelo segundo ano consecutivo, a proposta orçamentária estipula R\$ 55 milhões para emendas individuais de deputados. Cada parlamentar pode indicar a destinação de R\$ 1 milhão. Em 2020, o montante foi direcionado prioritariamente para ações de combate à Covid-19.

NÚMEROS REALISTAS

O governo encaminhou à Assembleia Legislativa, em 15 de setembro, a proposta do Orçamento 2021 com projeção de déficit de R\$ 8,093 bilhões. Esse número refletiu a queda prevista na arrecadação tributária, as restrições fiscais decorrentes de problemas estruturais das contas públicas e as incertezas dos impactos da pandemia do novo coronavírus na economia. Os deputados aprovaram a matéria em 2 de dezembro. Com a aprovação do conjunto de medidas do PL 246, no dia 22 de dezembro, o déficit deverá atenuar em 2021 em cerca de R\$ 1,8 bilhão; no entanto, não causa efeito imediato sobre a Lei Orçamentária 2021.



DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário do Rio Grande do Sul, embora negativo, está significativamente menor do que em 2019, reflexo de diferentes medidas de ajuste fiscal e de recomposição da receita. Os dados do quinto bimestre de 2020 mostram que o déficit total orçamentário foi de R\$ 1,15 bilhão, resultado melhor em R\$ 3,28 bilhões sobre os R\$ 4,43 bilhões de 2019.

Destaque-se que, dentro desse resultado orçamentário, consta o valor das despesas liquidadas de dívida com a União de R\$ 2,9 bilhões, que não é paga desde julho de 2017 em razão da liminar do Supremo Tribunal Federal (STF). Descontando esse montante, o resultado orçamentário total seria superavitário em R\$ 1,74 bilhão.

A receita total nos primeiros dez meses de 2020 apresentou elevação de R\$ 3,26 bilhões, comparado ao mesmo período de 2019, tendo passado de R\$ 47,3 bilhões para R\$ 50,6 bilhões. Essa variação representa crescimento nominal de 6,9%.

O resultado inclui os repasses federais da Lei Complementar 173 com o recebimento de R\$ 1,95 bilhão livre e R\$ 261,6 milhões para a saúde.

Esse montante inclui receitas de outras naturezas que tiveram crescimento, em especial a contribuição da previdência dos servidores e patronais, as quais aumentaram em R\$ 1,8 bilhão no Fundo Financeiro em relação a 2019 por conta da Reforma RS.

As despesas totais se mantiveram praticamente nos patamares do mesmo período de 2019. Porém, quando avaliadas as despesas de pessoal e o déficit previdenciário, houve queda expressiva, de R\$ 460,6 milhões e de R\$ 1,7 bilhão, respectivamente. Assim, o déficit total orçamentário foi de R\$ 1,15 bilhão.

IMPACTO

R\$ 1,15 bilhão de déficit total orçamentário até outubro (resultado melhor em R\$ 3,28 bilhões sobre os R\$ 4,43 bilhões de 2019)



MELHORA DO FLUXO DE CAIXA

Uma das principais frentes do processo de ajuste fiscal do governo do Estado, a reorganização do fluxo de caixa levou a resultados expressivos no fechamento do ano de 2020. Desde 2019, a dívida do caixa único (Siac), um dos símbolos de passivos acumulados ao longo do tempo pelos déficits do Estado, foi reduzida em quase R\$ 1,8 bilhão.

Essa gestão do fluxo de caixa contribuiu para que a folha salarial e os pagamentos de fornecedores da Tesouraria Central fossem regularizados no final de 2020.

ARRECADAÇÃO

A arrecadação de ICMS, principal tributo estadual, encerrou o ano de 2020 em 2,9% abaixo de 2019, computados em termos reais (valores atualizados pelo IPCA para dezembro de 2020). Após cinco

meses de variações negativas entre março e julho em razão da pandemia, os números mostraram forte recuperação entre agosto e dezembro.

Em 2020, a arrecadação acumulada de ICMS no ano é de R\$ 37,31 bilhões, uma queda de R\$ 141 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior (0,4 %), caso se expurgue o Refaz. Considerando a arrecadação efetiva de 2019 (com Refaz), a queda real é de 2,9% (menos R\$ 1,1 bilhão em termos reais).

Atento aos desdobramentos da crise em todo o mundo, o governo atuou firmemente para atender à demanda humanitária e garantir com a União e o Congresso Nacional mais de R\$ 2 bilhões para o caixa e para a saúde, por meio da Lei Complementar 173.

RESTOS A PAGAR

Até outubro, foram pagos R\$ 4,3 bilhões em despesas de exercícios anteriores, como salários, 13º salário e investimento.



PAUTAS FEDERATIVAS

LEI KANDIR

Acordo firmado no Supremo Tribunal Federal (STF) entre a União e o Fórum Nacional de Governadores, decorrente de análise de Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 25, prevê a transferência de recursos da União a Estados e municípios para compensar perdas de arrecadação relativas à Lei Kandir.

O acordo permitirá o repasse de R\$ 65,6 bilhões acumulados até 2037, sendo 75% para Estados e 25% para municípios. No caso dos Estados, a participação de cada um foi definida no projeto, cabendo 9,2% ao Rio Grande do Sul.

Em cada Estado, a divisão entre os municípios será pelo Índice de Participação dos Municípios (IPM) no ICMS. O acordo foi transformado em lei pelo Congresso Nacional, e os recursos já começaram a ser distribuídos no último dia de 2020, tendo o Tesouro Estadual recebido R\$ 276 milhões.

IMPACTO

R\$ 65,6 bilhões até 2037 de repasse relativo à Lei Kandir, cabendo ao RS 9,2% do valor

AUXÍLIO FEDERAL PARA ALIVIAR EFEITOS DA COVID-19

Desde março, quando a economia começou a apresentar os primeiros sinais de retração, o governo gaúcho esteve empenhado em dialogar com o governo federal e o Congresso Nacional para garantir a liberação de recursos que ajudassem Estados e municípios a enfrentar a pandemia e cumprir seus compromissos.

O Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), com representatividade de todos os Estados, também esteve à frente do pleito. A atuação da Secretaria da Fazenda (Sefaz) garantiu ao Rio Grande do Sul R\$ 1,95 bilhão para compensar perdas de arrecadação de ICMS. Os recursos foram oriundos da Lei Complementar 173, tendo sido divididos em quatro parcelas mensais.

IMPACTO

R\$ 1,95 bilhão para compensar perdas de arrecadação de ICMS

REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Um dos efeitos da pandemia foi o atraso na apreciação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 101, o qual altera as regras do Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Em 2020, o governo seguiu trabalhando pelo RRF, considerado uma das medidas mais importantes para a sustentabilidade fiscal. O Estado está mais próximo da adesão ao RRF com a aprovação do Projeto de Lei Complementar 101/2020. O Rio Grande do Sul participou ativamente do processo de aperfeiçoamento da legislação, atuando para que seja mais atrativa, auxiliando o Tesouro a pagar no longo prazo passivos acumulados no passado. Com a aprovação, o prazo do RRF aumenta de seis para até dez anos, sendo um para conclusão da negociação e mais nove anos após a homologação. O novo formato prevê a retomada gradual do pagamento de parcelas da dívida com a União já no segundo

ano, porém com prestações mais leves e aumentando linearmente o percentual de pagamento a cada ano, além de permitir incluir no conjunto de dívidas com pagamentos parcelados, após a adesão, os financiamentos garantidos pela União (como os existentes no BNDES, BID e Banco Mundial). Aderindo ao RRF no novo formato, o Rio Grande do Sul terá oportunidade de financiar os saldos da dívida não pagos sob a liminar (R\$ 11 bilhões), com encargos de adimplência em prestações ao longo de 30 anos, cujo pagamento se inicia no segundo mês subsequente à adesão ao regime. Manter os atuais patamares de receita é fundamental para sustentar um plano de ajuste de longo prazo, que é requisito para a homologação do RRF, tendo em vista que, durante a vigência do regime, é preciso equilibrar as contas públicas.



Fotos: Maicon Hinrichsen

RS PARCERIAS

DUPLICAÇÃO DA RSC-287

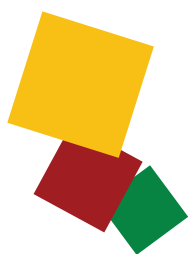
O governo concluiu, em 18 de dezembro, o leilão de concessão da RSC-287, rodovia que corta o Estado de leste a oeste, da Grande Porto Alegre até a região Central. Entre as quatro propostas concorrentes, o consórcio Via Central venceu a disputa na Bolsa de Valores B3, em São Paulo, ao apresentar a menor proposta de tarifa de pedágio, no valor de R\$ 3,36. A concessão de rodovias integra a agenda de desenvolvimento do Rio Grande do Sul. O valor da tarifa está 54,41% abaixo do teto estipulado na licitação, cujo valor era de R\$ 7,37, e surpreendeu positivamente os envolvidos desde o início na elaboração do projeto de concessão.

Atualmente, a tarifa nos pedágios da RSC-287, administrados pela Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR), é de R\$ 7. A publicação do edital para concessão da RSC-287 ocorreu em 22 de setembro. A medida permitirá a duplicação dos 204,5 quilômetros da rodovia, de Tabaí, passando por Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul, até Santa Maria, nos dois sentidos de circulação. As obras devem começar no segundo trimestre de 2021. Para custear a duplicação e as melhorias de segurança viária ao longo da rodovia, está prevista a instalação de mais três praças de pedágio (Km 47, em Tabáí; Km 168, em Paraíso do Sul; e Km 214, em Santa Maria), além das duas já existentes (Km 86, em Venâncio Aires; e Km 131, em Candelária).

INVESTIMENTO

R\$ 2,7 BILHÕES

pelo período de 30 anos por parte da concessionária, sendo **R\$ 1 BILHÃO** já nos primeiros dez anos.



PARCERIA COM BNDES PARA CONCESSÃO DE MIL QUILÔMETROS DE RODOVIAS ESTADUAIS

O primeiro contrato da atual gestão para estruturação da modelagem de concessão de estradas estaduais foi assinado em 17 de janeiro. A partir dele, cabe ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a execução dos estudos técnicos necessários para conceder à iniciativa privada mais de mil quilômetros de rodovias.

A maioria delas é administrada pela Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR). Este foi o sexto contrato assinado pelo governo com o banco público no âmbito do RS Parcerias. Anteriormente, formalizou acordos para modelagem da privatização das estatais CEEE-D, CEEE-GT, Sulgás e Companhia Rio-grandense de Mineração (CRM) e para a parceria público-privada (PPP) da Corsan.

RODOVIAS QUE FAZEM PARTE DO ESTUDO DE CONCESSÃO:

- | | |
|--|-----------|
| ■ ERS-239 | ■ ERS-115 |
| ■ ERS-122 | ■ ERS-235 |
| ■ ERS-240 | ■ ERS-466 |
| ■ RSC-287
(trecho que não consta na concessão em andamento) | ■ ERS-020 |
| | ■ ERS-130 |
| | ■ ERS-129 |
| | ■ RSC-453 |
| ■ ERS-474 | ■ ERS-128 |
| ■ ERS-040 | ■ RSC-135 |
| ■ ERS-784 | ■ ERS-446 |
| | ■ VRS-813 |

IMPACTO

- Obras de qualificação viárias
- Serviços de operação, conservação e manutenção
- Melhorias e ampliação da infraestrutura

INVESTIMENTO

Todo o investimento nas estradas será da iniciativa privada, que substituirá, por meio de concessões, a Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) na administração das rodovias e de pedágios.



PRIMEIRA PPP DE PRESÍDIO

O governo assinou, em 22 de setembro, o contrato para estruturar a primeira parceria público-privada (PPP) de um presídio gaúcho, no âmbito do programa RS Parcerias.

Os valores serão conhecidos após a conclusão do estudo de viabilidade pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), previsto no contrato para o segundo semestre de 2021.

IMPACTO

- O novo complexo substituirá uma unidade no centro de Erechim que está desatualizada e localizada em área densamente povoada.
- Capacidade de até 1.125 presos.
- Área de 100 mil metros quadrados (o equivalente a quase dez campos de futebol) em local a ser definido juntamente com a prefeitura de Erechim.



PRECATÓRIOS

MAIS DE R\$ 200 MILHÕES DE BAIXA EM DÍVIDAS

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) formalizou, até 27 de novembro, 1.524 acordos por meio da Câmara de Conciliação de Precatórios (CCP), correspondendo a uma baixa de R\$ 211.791.311,80 no estoque da dívida. Mediante esses acordos, foram pagos R\$ 127.165.660,91 em precatórios, o que gerou uma economia aos cofres públicos de R\$ 84.625.650,89.

Em 2020, a PGE abriu a maior rodada de negociações da CCP. A sétima rodada englobou dívidas inscritas até 2009, o que corresponde a cerca de R\$ 4,7 bilhões, relativos a 13.056 precatórios de aproximadamente 60 mil credores. Ao final do prazo de convocação, a PGE recebeu 12.892 manifestações de interesse em conciliação de precatórios e 8.730 formulários definitivos preenchidos. A câmara já analisou o crédito de 1.269 interessados, sendo que 700 foram considerados inaptos a receber a proposta, 562 aptos e sete pedidos estavam repetidos.

Em relação aos precatórios, em 2020 foram quitados cerca de R\$ 800 milhões, somando os pagamentos pecuniários e a compensação com débitos inscritos em dívida ativa até 25/3/2015. Pelo segundo ano consecutivo, também de forma inédita, os montantes quitados foram maiores do que as novas inscrições.

IMPACTO

R\$ 84.625.650

de economia ao dar baixa de
R\$ 211.791.311,80 no estoque da
dívida com precatórios

COMPENSA-RS LIQUIDA MAIS DE R\$ 193 MILHÕES

O Compensa-RS – programa que compensa débitos inscritos em dívida ativa até 25 de março de 2015 com precatórios vencidos do Estado, suas autarquias e fundações – registrou, até novembro de 2020, a liquidação de R\$ 193.819.080,71 em precatórios e a baixa de R\$ 147.751.026,07 em dívidas ativas, tributárias ou não, tanto judicializadas como em cobrança administrativa.

O programa registrou desde a sua implantação, em 2018, a baixa de R\$ 976.427.284,94 de dívidas ativas e de R\$ 1.168.895.674,34 de precatórios, relativos a 593 pedidos homologados, de um total de 665 pedidos apresentados, envolvendo um total de 3.887 precatórios, dando baixa a 7.480 débitos. O resultado é fruto do trabalho conjunto da Procuradoria-Geral do Estado, da Secretaria da Fazenda e do Tribunal de Justiça.

IMPACTO

R\$ 147.751.026

em baixa de dívidas ativas
judicializadas ou em cobrança
administrativa

R\$ 400 MILHÕES ARRECADADOS VIA COMPENSAÇÃO

Até novembro, a PGE arrecadou R\$ 400.622.941,14, sendo R\$ 287.370.425,86 em dinheiro e R\$ 113.252.515,28 via compensação com precatórios.

Também foram celebrados acordos extraordinários, superiores a R\$ 100 milhões, com o intuito de manter as atividades de contribuintes que passavam por dificuldades, situação agravada pelos efeitos da pandemia.

IMPACTO

Mais de
R\$ 400 milhões
arrecadados por meio de
acordos extraordinários

EIXOS ESTRATÉGICOS

EIXO 2 GOVERNANÇA E GESTÃO



ACORDO DE RESULTADOS DEFINE 219 PROJETOS ESTRATÉGICOS

Em evento virtual direcionado a secretários e servidores, em 17 de julho, o governo apresentou os 219 projetos estratégicos que constam no Acordo de Resultados 2020, que se trata do compromisso de gestão e entregas de maior impacto aos cidadãos.

A análise da equipe da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) envolveu todas as secretarias do Executivo e consolidou 42 projetos agregadores.

Eles são o conjunto de projetos com metas convergentes e que contemplam mais de uma pasta como responsável pela demanda, como RS Seguro, Receita 2030, RS Pessoas, Amplia RS e Combate à Estiagem, entre outros.

IMPACTO

- Melhores práticas administrativas
- Entregas que a população espera do poder público



QUALIFICA RS

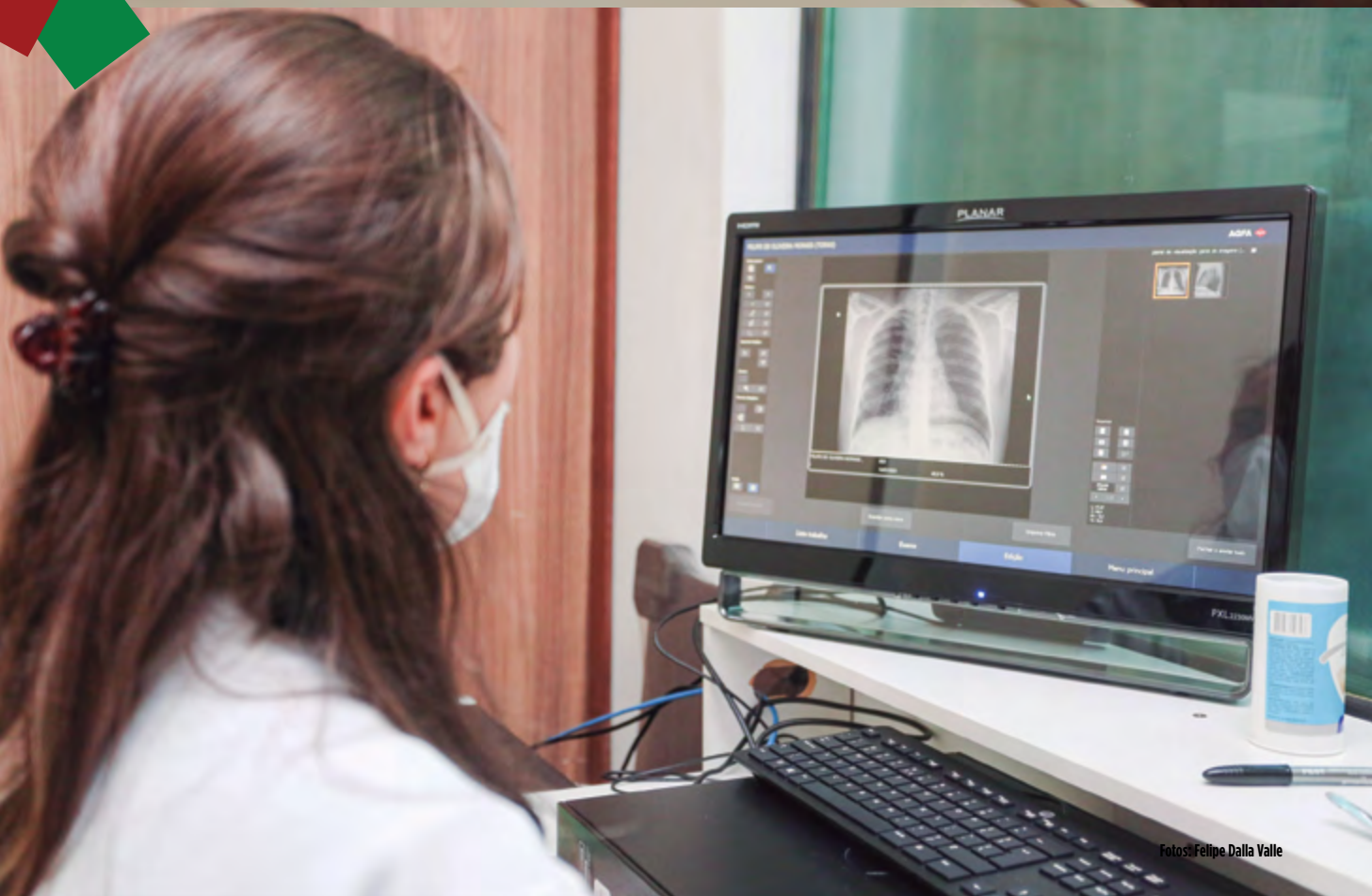


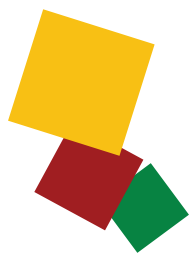
UM MARCO NA SELEÇÃO DE PROFISSIONAIS

Iniciativa pioneira na gestão estadual, o Qualifica RS seleciona talentos para posições estratégicas por análise de competências. São utilizadas metodologias de recrutamento para cargos comissionados e gratificados, com requisitos claros. É possibilitada a participação no processo de todos os profissionais interessados, de dentro e fora do governo.

Iniciado em 2019, o programa já recrutou mais de 40 profissionais para atuação nas secretarias de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), de Obras e Habitação (SOP) e da Educação (Seduc) e também para o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) - processo realizado em parceria com o governo de Minas Gerais.

PAGAMENTOS PARA HOSPITAIS E MUNICÍPIOS





DÍVIDA HISTÓRICA COM MUNICÍPIOS É PAGA

No mês de setembro, o governo pagou R\$ 13,5 milhões da 16ª parcela e quitou a dívida empenhada com os municípios gaúchos na área da saúde, herdada de gestões anteriores. O total de R\$ 216 milhões datava de 2014 a 2018 e era referente ao custeio mensal de programas municipais na área da saúde, como Estratégia da Saúde da Família (ESF), Política Estadual de Incentivo para Qualificação da Atenção Básica (Pies), Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), entre outros. Deste montante, R\$ 54 milhões eram devidos a hospitais municipais e de pequeno porte. O acordo do parcelamento da dívida em 16 parcelas foi realizado em maio de 2019.

IMPACTO

- R\$ 121,5 milhões pagos em 2020
- R\$ 216 milhões pagos no total

REGULARIDADE NOS PAGAMENTOS

Os repasses estaduais na área da saúde referentes à atual gestão foram realizados com regularidade desde o início de 2019 e durante 2020. Todos os meses, são destinados cerca de R\$ 43 milhões para programas municipais da área da saúde e R\$ 120 milhões aos hospitais que prestam serviços pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Estes repasses totalizaram quase R\$ 2 bilhões em 2020, evidenciando o compromisso da gestão em manter os pagamentos em dia.

DAÇÃO DE IMÓVEIS PARA QUITAR DÍVIDAS COM MUNICÍPIOS

Dívidas não empenhadas com municípios na área da saúde, entre 2014 e 2018, já podem ser quitadas pelo Estado com a dação de imóveis. É o que prevê a Lei 15.448/2020, sancionada em 13 de fevereiro. Esse programa, criado a partir de negociação com a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), o Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do RS (Cosems) e o Ministério Público, prevê quitar a parte da dívida não empenhada em gestões anteriores, no valor total de R\$ 478 milhões.



PLANO ESTRATÉGICO PARA GESTÃO PATRIMONIAL

Em mais um passo para reduzir o tamanho da máquina pública e resolver o problema fiscal do Rio Grande do Sul, em fevereiro foi assinado um acordo de cooperação técnica com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para estruturação de projetos de desestatização de imóveis do Estado. A parceria já vem dando certo com privatizações e concessões de estradas. O Rio Grande do Sul foi o primeiro Estado a assinar esse acordo no país.

Além de prever recursos provenientes de imóveis sem uso, o acordo inclui o projeto de revitalização do Cais Mauá. Em outubro, o BNDES abriu consulta pública para empresas de consultoria interessadas na elaboração dos estudos especializados relativos a esse projeto. A partir de critérios técnicos, será definido o

melhor uso para a área, situada às margens do Guaíba, entre a Estação Rodoviária e a Usina do Gasômetro, em Porto Alegre.

Responsável por administrar mais de 8,8 mil imóveis, alguns localizados fora do Estado, o governo contabilizou, nos últimos dois anos, a receita de R\$ 5,78 milhões com a alienação de 15 imóveis. Somando as vendas e o incremento na arrecadação por meio do uso oneroso de outras propriedades, a receita total alcançou R\$ 23 milhões, com 90 cessões de uso autorizadas em 81 municípios. Todas as receitas são destinadas ao Fundo Estadual de Gestão Patrimonial (Fegep) e utilizadas na manutenção e nas melhorias dos demais bens públicos.

IPE SAÚDE E IPE PREV

A Assembleia Legislativa aprovou, em 8 de abril, projetos que modificaram o quadro funcional do IPE Saúde e do IPE Prev. As duas autarquias surgiram em abril de 2018, a partir da cisão do antigo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (Ipergs).

IMPACTO

- Implementação de estrutura administrativa nas duas autarquias.
- Criação de mecanismos para fortalecer o equilíbrio atuarial dos serviços de saúde oferecidos aos segurados.

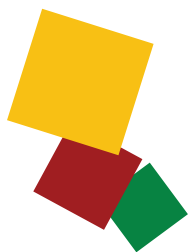
LEI ANTICORRUPÇÃO É REGULAMENTADA

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) elaborou, em parceria com a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage), o texto do decreto que regulamenta, no âmbito do Poder Executivo, a Lei 15.228/2018 (Lei Anticorrupção).

Entre os pontos fundamentais que se destacam na norma, estão o capítulo que define competência para instauração e julgamento de processo administrativo de responsabilização e de procedimento de investigação e o art. 64, o qual trata da competência do procurador-geral do Estado para celebrar acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo Estadual.

RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E COMBATE A FRAUDES FISCAIS

O Núcleo de Inteligência e Estratégia de Recuperação de Ativos e de Combate às Fraudes Fiscais da Procuradoria-Geral do Estado foi criado por meio da Resolução 168/2020, de 27 de agosto. O órgão tem o objetivo de planejar e executar estratégias para cobrança judicial da dívida ativa do Estado, aumentando a eficiência e a efetividade na recuperação de ativos e no combate à fraude fiscal. A atuação do núcleo está embasada na utilização de ferramentas tecnológicas de investigação e de instrumentos processuais que assegurem a satisfação das obrigações fiscais.



RELAÇÕES FEDERATIVAS E INTERNACIONAIS

A Secretaria Extraordinária de Relações Federativas e Internacionais (Serfi), com sede em Brasília, desenvolveu um conjunto de ações distribuídas em dois blocos.

RELAÇÕES FEDERATIVAS RECURSOS PARA SAÚDE

Ações com a bancada federal gaúcha a fim de viabilizar aporte de recursos para o combate à pandemia no Rio Grande do Sul. Foram repassados, via emendas, R\$ 174 milhões para a Secretaria da Saúde.

REPATRIAÇÃO

Repatriação de gaúchos e brasileiros isolados no exterior e gestões para repatriar turistas argentinos, em férias no Brasil, impedidos de retornar ao país durante a pandemia.

MEDICAMENTOS

Liberação de medicamentos importados ou doados para pacientes de Covid-19.

RESPIRADOR ARTIFICIAL

Registro pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de respirador artificial desenvolvido pela Universidade de Caxias do Sul.

PROFISCO 2

Liberação de operação de crédito externo, no valor de até 60 milhões de dólares, com ação na Casa Civil e no Senado, para financiamento parcial do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul (Profisco 2 - RS).

LEI KANDIR

Ação com senador Antonio Anastasia (MG), representantes dos Estados exportadores e governo federal para aprovação, no Senado, das compensações pela Lei Kandir.

INCLUSÃO SOCIAL

Lançamento do Projeto Rompendo Barreiras, articulação da Serfi com as secretarias de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH) e de Inovação, Ciência e Tecnologia (SICT) para inclusão digital de jovens com deficiência físico-motora (tecnologia assistida).

RELAÇÕES INTERNACIONAIS ACORDO BRASIL-URUGUAI

Primeiro acordo bilateral feito pelo Brasil para o combate à Covid-19 e acordo de relacionamento de fronteira com impacto direto no Rio Grande do Sul.

AÇÕES DIPLOMÁTICAS

Visita do presidente do Uruguai, Luis Lacalle Pou, ao Rio Grande do Sul.

NEGÓCIOS NOS ESTADOS UNIDOS

Articulação com as secretarias de Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur) e de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) para seminário virtual com o Grupo Oxford, da Flórida (EUA), examinando perspectivas de negócios e comércio.

EXPOINTER

Liberação da entrada de ginetes uruguaios para participar das provas do Freio de Ouro da Expointer 2020.

EXPORTAÇÃO

Ações com a Embaixada do Brasil na Argentina para tratar da exportação de ônibus.

SETOR AEROPORTUÁRIO

Apoio ao setor aeroportuário e free shops na liberação de voos internacionais, em articulação com a Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

EMBAIXADAS

Contatos com embaixadas para assuntos de interesse do Rio Grande do Sul.

EIXOS ESTRATÉGICOS

EIXO 3 DESENVOLVIMENTO EMPREENDEDOR

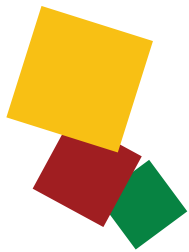


Foto: Felipe Dalla Valle

APOSTA NO CAMPO



Foto: Fernando Dias



EXPOINTER

DIGITAL 2020

Em uma edição especial que já ficou para a história, a Expointer Digital 2020 teve um formato híbrido, em parte presencial, com provas e julgamentos sem público, e em parte virtual. Os canais da feira transmitiram todos os eventos ao vivo durante os nove dias de atividades.

- 187 mil visualizações no site oficial.
- Mais de 70 mil acessos de 38 países e de todo o Brasil à plataforma de negócios Expointer Digital Máquinas Agrícolas, organizada pelo Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas do Rio Grande do Sul (Simers).
- Cerca de 2 mil carros passaram pelo drive-thru da agricultura familiar

durante a feira, segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS).

- Mais de 300 horas de conteúdo audiovisual nos quatro canais da Expointer, que exibiram ao vivo 47 eventos, entre julgamentos, provas, seminários e lançamentos.
- 35 transmissões cobrindo todas as etapas de provas e julgamentos.
- 60 apresentações de artistas na agenda cultural, uma tradição da Expointer.
- Para celebrar os 50 anos do Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, ocorreram eventos comemorativos, descerramento de placa alusiva ao aniversário e promoção de concurso de pintura e escultura.

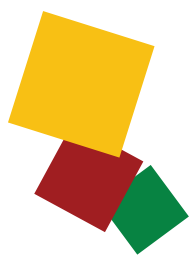


Foto: Gustavo Mansur



FEBRE AFTOSA

Foto: Fernando Dias



MAIS UM PASSO PARA EVOLUÇÃO DO STATUS SANITÁRIO

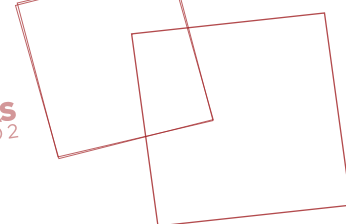
Atendendo ao cronograma do Plano Estratégico do Programa de Febre Aftosa, que visa ao avanço da condição sanitária no Rio Grande do Sul, a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR) realizou uma etapa de vacinação em março, envolvendo todo o rebanho bovino e bubalino. A partir de 1º de maio, ficou proibida a vacinação contra febre aftosa no Estado.

O Rio Grande do Sul é reconhecido internacionalmente como zona livre

de aftosa com vacinação desde 1998, e, em 14 de agosto de 2020, encaminhou pleito para evoluir esse reconhecimento para zona livre de febre aftosa sem vacinação. O reconhecimento nacional, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi obtido em setembro. A aprovação da retirada da vacinação contra febre aftosa será decidida por assembleia geral da Organização Internacional de Saúde Animal (OIE), em maio de 2021.

IMPACTO

- **Potencial de abertura de mercados como Canadá, Chile, China (carne com osso), Coreia do Sul, Estados Unidos, Filipinas, Japão e México, alcançando até 70% dos mercados mundiais disponíveis.**
- **R\$ 600 milhões anuais de incremento em exportação no setor dos suínos (expectativa).**
- **R\$ 214 milhões de economia por ano para os produtores, levando-se em conta custos de doses, logística de distribuição, mão de obra e perda de peso dos animais por reação à vacina.**



INVESTIMENTO NAS INSPETORIAS E NOS ESCRITÓRIOS

Preparando-se para a retirada da vacinação contra a febre aftosa, a SEAPDR está concluindo a aquisição de cem novos veículos e contratou 150 auxiliares administrativos, por meio de uma empresa terceirizada, para apoiar as 123 inspetorias e escritórios.



IMPACTO

- Aprimoramento das ações de fiscalização nas inspetorias e nos escritórios de defesa agropecuária.
- Maior dedicação dos fiscais agropecuários estaduais às atividades de campo.


NOVO REGIME DE CONTRATAÇÃO DA EMATER

O regime de contratação da Emater/RS-Ascar, impasse que durava muitos anos, foi resolvido em julho.

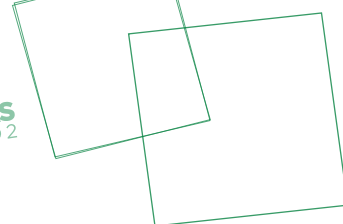
A partir deste ano, a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR) passou a contratar a Emater por meio de dispensa de licitação, seguindo parecer da Procuradoria-Geral do Estado (PGE). O total do contrato com a Emater, de julho de 2020 até julho de 2021, é de R\$ 185 milhões.

IMPACTO

250 mil famílias atendidas com a manutenção dos serviços prestados pela Emater nos 497 municípios do Rio Grande do Sul, a partir de ações de extensão rural que garantem capilaridade às políticas públicas delineadas pela SEAPDR.

A hand is shown holding a glowing blue, semi-transparent geometric pattern that resembles a network or a complex mesh. The pattern is held over a laptop keyboard, which is partially visible in the background. The overall scene is set on a wooden desk with a white sheet of paper in the foreground. The lighting is soft and focused on the hand and the glowing pattern.

INOVAÇÃO E PESQUISA



BOLSAS INOVA RS

A Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia (SICT), em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), investiu R\$ 2,6 milhões no Programa Institucional de Bolsas de Gestão da Inovação e Tecnologia – Inova RS. Lançada em 17 de março, a iniciativa foi destinada aos membros dos comitês locais dos oito Ecossistemas Regionais de Inovação (ERIs) definidos pelo Inova RS, principal programa da SICT, que visa a incluir o Estado no mapa global da inovação.

O edital selecionou propostas para concessão de bolsas de Gestão da Inovação e Tecnologia (GIT) a profissionais com experiência em

gestão de projetos de inovação, ciência e tecnologia, para atuar nas atividades de suporte aos comitês locais e de gerenciamento de projetos estratégicos nos ecossistemas regionais de inovação.

IMPACTO

24 bolsas concedidas, atendendo às oito regiões dos Ecossistemas Regionais de Inovação

INVESTIMENTO

R\$ 2,6 milhões

EDITAL TECHFUTURO

O Edital Techfuturo destina-se às iniciativas voltadas à tecnologia portadora de futuro. O Techfuturo é um programa da SICT que financia – em parceria com a Fapergs e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Sul (Sebrae/RS) – o desenvolvimento de soluções inovadoras para empresas gaúchas, estimulando os setores estratégicos da economia do Estado.

Essas inovações devem promover o aumento da produtividade e competitividade, aproximando as instituições científicas e tecnológicas

(ICTs) que desenvolvem pesquisas aplicadas nas tecnologias portadoras de futuro com as empresas que têm interesse econômico na sua aplicação comercial.

IMPACTO

37 projetos contemplados de empresas gaúchas, estimulando soluções inovadoras.

INVESTIMENTO

R\$ 5,6 milhões

PROGRAMAS GAMERS, PRODUTOS PREMIUM E STARTUP LAB

O programa GameRS foi lançado em 9 de julho. A coordenação é da SICT, em parceria com as secretarias da Cultura (Sedac), da Educação (Seduc) e de Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur). O programa Produtos Premium iniciou-se em 30 de setembro. E a instituição do Programa Startup Lab ocorreu em setembro com o Decreto 55.475, e o lançamento oficial foi em 18 de novembro na 29ª Mercopar – Feira de Inovação Industrial, em Caxias do Sul.

IMPACTO

■ GameRS – contribuir para o desenvolvimento do setor de jogos digitais no Estado. Busca

fortalecimento econômico e social, por meio de ações que estimulem a cadeia de valor, a capacidade competitiva e a inovação das empresas.

■ Produtos Premium – estimular e valorizar a estratégia de agregação de valor aos produtos, como alternativa de diferenciação, incentivando a incorporação de inovação e do conhecimento nas cadeias produtivas tradicionais do Estado.

■ Startup Lab – com foco na inovação aberta e intensiva em conhecimento, quer promover a conexão entre grandes empresas e startups gaúchas, fomentando o crescimento econômico e a geração de emprego e renda.

LEI GAÚCHA DE INOVAÇÃO

O projeto que estabelece a Lei Gaúcha de Inovação foi protocolado na Assembleia Legislativa em 19 de novembro. Seguindo as diretrizes determinadas pelo Marco Legal Federal de Ciência, Tecnologia e Inovação, regulamentado em 2018, a nova lei coloca a inovação no centro

da estratégia de desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul. Para isso, incorpora em suas normas a priorização da pesquisa científica básica e aplicada no Estado, com a finalidade de contribuir para o progresso da ciência e evolução tecnológica e para o crescimento sustentável.

AVALIAÇÃO E RECONHECIMENTO DO INOVA RS

Com o objetivo de analisar e reconhecer o trabalho feito pelas oito regiões do Programa Inova RS em prol do desenvolvimento do Estado, um evento realizado em 1º de dezembro reuniu atores da quádrupla hélice (sociedade civil organizada, universidades, empresas e governos), painelistas internacionais e integrantes da SICT.

IMPACTO

- Compartilhamento de experiências.
- Formação de parcerias estratégicas.
- Fortalecimento da cultura de inovação nas regiões.
- Qualificação do aprendizado, estimulando a conexão entre os integrantes e fomentando o planejamento das ações futuras no âmbito do Inova RS.
- Capacitação dos gestores de inovação do programa.

INVESTIMENTO
R\$ 50 mil

PROGRAMA PESQUISADOR GAÚCHO

O Programa Pesquisador Gaúcho (PqG) é destinado a pesquisadores de todas as áreas do conhecimento de instituições de ensino e pesquisa de todo o Rio Grande do Sul.

IMPACTO

358 projetos de pesquisa desenvolvidos em todo o Estado

INVESTIMENTO
R\$ 7,5 milhões

EDITAL TECNOVA 2

O propósito do Edital de Subvenção Tecnova 2 é apoiar, por meio da concessão de recursos de subvenção econômica (não reembolsáveis), o desenvolvimento de produtos (bens ou serviços) ou processos inovadores, promovendo um aumento das atividades de inovação e incremento da competitividade das empresas do Rio Grande do Sul. Os parceiros do programa são Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Sul (Sebrae/RS), Badesul, SICT e Rede Gaúcha de Ambientes de Inovação (Reginp).

IMPACTO

Incentivo para 29 empresas gaúchas promoverem o desenvolvimento dos setores econômicos considerados estratégicos nas políticas públicas federais e aderentes à política pública de inovação do Estado.

INVESTIMENTO

O valor solicitado como subvenção econômica na proposta enquadra-se entre R\$ 100 mil e R\$ 300 mil.

EDITAL DOUTOR EMPREENDEDOR

O Programa Doutor Empreendedor é resultado de uma parceria entre Fapergs, Sebrae/RS e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) destinado a doutores empreendedores, proprietários ou sócios de microempresa ou empresa de pequeno porte (MPE) para a apresentação de propostas de inovação com a obtenção de apoio financeiro.

A finalidade é fomentar projetos de pesquisa e desenvolvimento de produtos ou processos inovadores, realizados por doutores apoiados por instituições científicas, tecnológicas

e de inovação (ICT), públicas ou privadas, sem fins lucrativos, com sede no Rio Grande do Sul.

IMPACTO

20 novos empreendimentos constituídos por doutores empreendedores que levarão o conhecimento acadêmico até o mercado.

INVESTIMENTO

R\$ 3,5 milhões
distribuídos em 20 bolsas com duração máxima de 24 meses e valor mensal de R\$ 4,1 mil, sendo dez pagas pelo CNPq e dez pela Fapergs

ENTREPOSTO EXPORTA-RS

Lançado em outubro, o Entrepósito Exporta-RS é um projeto pioneiro que visa a aproximar micro, pequenas e médias empresas da Serra aos mercados internacionais. A viabilização decorre de uma parceria entre Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur), Associação das Empresas de Pequeno Porte da Região Nordeste do RS (Microempa) e prefeitura de Caxias do Sul.

A iniciativa é uma expansão do programa Exporta-RS, que, desde 2016, auxiliou mais de 500 empresas gaúchas na prospecção de novos mercados internacionais. Por meio do programa, as empresas interessadas recebem, sem custo, um estudo de mercado destacando destinos potenciais para

seus produtos, bem como uma lista de importadores.

O Entrepósito tem dois postos de atendimento em Caxias do Sul: o principal, localizado na Microempa, e outro na Sala do Empreendedor, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município. A expectativa é de que cerca de 60 empresas sejam atendidas em um ano.

IMPACTO

- Aproximação do governo do Estado com a região da Serra.
- Ampliação de empresas gaúchas no mercado internacional, em especial micro, pequenos e médios empreendimentos.
- Auxílio para empreendedores durante a crise causada pela pandemia.

FUNDOPEM

Principal programa de atração de investimentos do governo, o Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (Fundopem) auxilia no desenvolvimento e na competitividade de diferentes segmentos da economia. Tendo por objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico, integrado e sustentável do Estado, o apoio é oferecido por intermédio do financiamento parcial do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido e

gerado pelas empresas. O benefício é concedido a empresas com projetos focados na implantação ou na expansão de unidades industriais, gerando empregos e riqueza.

IMPACTO

- Impacto econômico e social
- 667 novos postos de trabalho

INVESTIMENTO

R\$ 303.285.997

investidos em 43 projetos aprovados

JORNADAS DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

Lançado em 2004, o Programa de Regionalização do Turismo trabalha a convergência e a interação de todas as ações desempenhadas pelo Ministério do Turismo com Estados e municípios brasileiros. Seu propósito é apoiar a estruturação dos destinos, a administração e a promoção do turismo no país. Nesse sentido, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur) realizou quatro encontros entre setembro e novembro, permitindo a troca de informações entre as diferentes regiões turísticas do Rio Grande do Sul. Foram as Jornadas de Regionalização do Turismo. Os temas selecionados para os encontros foram:

- modelos de regionalização; protocolos de segurança no Rio Grande do Sul - experiências bem-sucedidas no segmento de turismo;
- projetos para a retomada do turismo em 2021;
- regiões turísticas do Rio Grande do Sul - preparação dos municípios para a atualização do mapa brasileiro do turismo.

IMPACTO

Mais de 400 pessoas participaram das jornadas para apresentar seus projetos, trocar experiências e adquirir conhecimento.

FUNDO GERAL DE TURISMO

O Fundo Geral de Turismo (Fungetur) é um mecanismo de crédito essencial ao fomento do turismo como negócio e estratégia para o desenvolvimento social e econômico - geração de emprego e renda, inclusão social e melhoria da qualidade de vida. O Badesul e o BRDE, agências de fomento ligadas à Sedetur, disponibilizaram um fundo de crédito exclusivo para empresas da cadeia produtiva do turismo gaúcho. Por meio do Fungetur, os empresários puderam buscar recursos para investimentos em seus negócios.

IMPACTO

3.039 empregos diretos com projetos na Serra, Capital e Fronteira (hotelaria, parques temáticos, restaurantes e demais atividades do turismo gaúcho).

INVESTIMENTO

R\$ 234 milhões
(total do fundo)

R\$ 64 milhões
contratados em 2020, em 22 projetos finalizados



AMPLIAÇÃO DO AEROPORTO DE PASSO FUNDO

As obras de ampliação e modernização do Aeroporto de Passo Fundo foram autorizadas pelo governo e começaram em 6 de novembro. Entre as melhorias, estão previstas a reforma da pista de pouso e decolagem e a construção de um novo terminal de passageiros e pátio para aeronaves.

IMPACTO

Conclusão da obra impulsionará turismo e negócios na região Norte e no Estado.

INVESTIMENTO

R\$ 45 milhões

BARRAGEM DO ARROIO JAGUARI

O governo do Estado confirmou, em 15 de setembro, o repasse de R\$ 25,8 milhões do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) para a continuidade das obras da barragem do Arroio Jaguari, em São Gabriel. O investimento beneficia municípios da Região da Campanha, os quais são afetados sistematicamente pela estiagem e pelas enchentes.



IMPACTO

- 240 mil habitantes integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria beneficiados com o abastecimento.
- 117 mil hectares da várzea do Rio Jaguari irrigados.

Etapas da obra:

- 1ª fase - 93% concluída
- 2ª fase - 24% de execução
- No total, 63% da obra já foi concluída.

PERFURAÇÃO DE POÇOS BENEFICIA 2 MIL FAMÍLIAS

A Secretaria de Obras e Habitação (SOP) firmou convênio de cooperação técnica para a perfuração de 48 poços artesianos em 25 municípios que não contam com concessionárias terceirizadas. Os serviços serão realizados pela Corsan, contemplando 42 localidades. Os convênios valem até novembro de 2022, data para conclusão da execução dos serviços.

IMPACTO

2 mil famílias beneficiadas

INVESTIMENTO

R\$ 2 milhões

NOVO CALADO DO PORTO DO RIO GRANDE

No final de outubro, ocorreu a homologação do novo calado do Porto do Rio Grande, mudando de patamar a operação de embarcações da autarquia. A profundidade do canal interno foi ampliada, aumentando a capacidade de navegação e movimentação de cargas no complexo, um dos grandes pontos de parada do país e da América Latina, responsável por escoar mais de 25% do PIB gaúcho.

IMPACTO

- Porto poderá receber os maiores navios do mundo, com até 366 metros de comprimento.
- Aumento da competitividade no mercado internacional.
- Impulsionamento da economia do Estado.
- Melhoria na logística do Estado, especialmente da Região Sul.
- Redução de custos para quem utiliza o porto.
- Dragagem no Porto do Rio Grande passará a ser permanente.

INVESTIMENTO

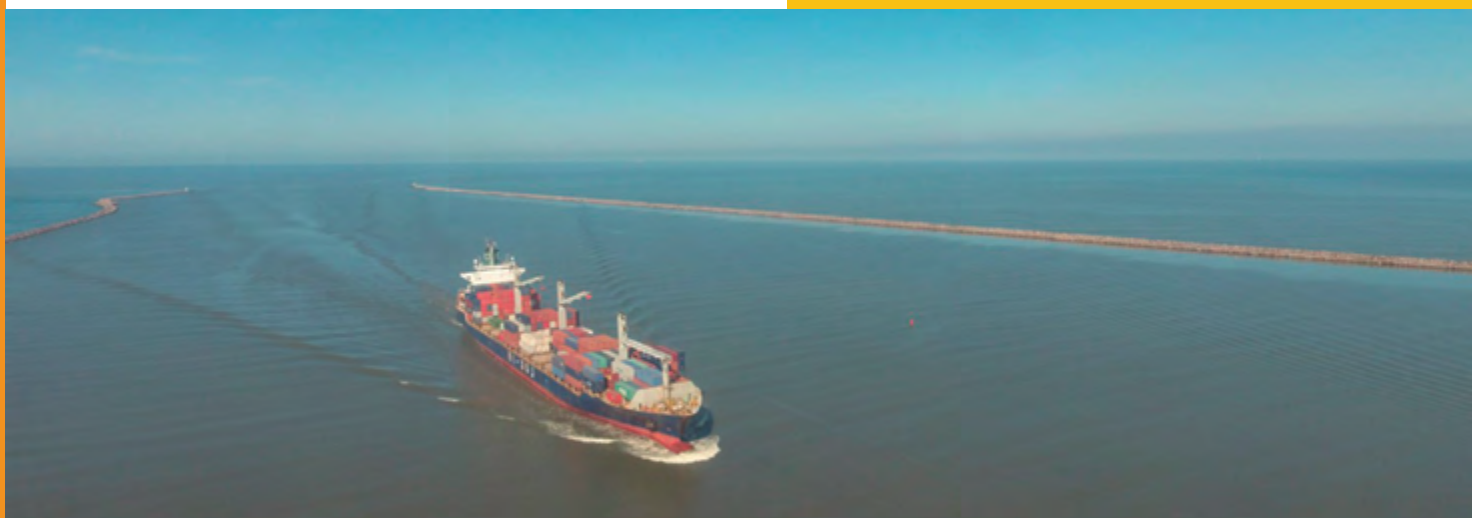
R\$ 500 milhões
(investimento federal)

CAMPOS DO SUL

O objetivo do programa Campos do Sul, lançado em julho, é garantir a conservação dos campos nativos dos biomas Pampa e Mata Atlântica. Baseado na oferta da assistência técnica especializada, visa a incentivar proprietários rurais a adotarem boas práticas ambientais e de manejo, garantindo a proteção dos serviços funcionais e ecossistêmicos dos ambientes campestres e da sua diversidade biológica.

A partir da análise do cadastro, o produtor recebe um certificado de adesão e de conformidade emitido pela Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (Sema).

As propriedades poderão se enquadrar nos níveis básico, intermediário ou avançado, dependendo das práticas de manejo e de conservação adotadas.



ENERGIA FORTE NO CAMPO

O programa Energia Forte no Campo prevê a qualificação das redes de distribuição de energia elétrica para pequenos produtores rurais. O decreto que o instituiu foi assinado em 7 de outubro. O programa estabelece uma linha de crédito para pequenos produtores que já tenham em sua propriedade rede de energia monofásica ou bifásica, que limita a capacidade de produção.

Produtores rurais, por meio de cooperativas, podem acessar crédito para investir na complementação de fases elétricas, substituição de postes de madeira por de concreto, instalação de transformadores, modernização de sistemas e adequação dos níveis de tensão.

IMPACTO

Na primeira fase do programa, estão previstos investimentos para:

- 364 quilômetros de rede de distribuição transformada em trifásica
- 1.120 pequenos produtores beneficiados

INVESTIMENTO R\$ 20 milhões

- R\$ 11 milhões por meio de financiamento com o BRDE, com carência de até dois e dez anos para quitar o financiamento
- R\$ 4 milhões do governo do Estado
- R\$ 3 milhões de cooperativas
- R\$ 2 milhões de prefeituras

REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

O Rio Grande do Sul passou a integrar o Plano Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). A Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura está à frente do programa estadual, que prevê ações de preservação, conservação e recuperação do ambiente. O objetivo é reverter ou reduzir os impactos ambientais ocorridos nas bacias dos rios Gravataí e dos Sinos por meio da integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental na busca de segurança hídrica para a região. A informação de que o Estado passou a integrar o plano ocorreu em julho, e o MDR empenhou o recurso em dezembro de 2020.

IMPACTO

- Promoção da segurança hídrica nas bacias hidrográficas.
- Recuperação de áreas de preservação permanente.
- Recomposição da cobertura vegetal.
- Elaboração de diagnósticos ambientais.
- Recuperação e controle de processos erosivos e de áreas degradadas.
- Conservação e recuperação de áreas de recarga de aquífero.
- Adequação de atividades produtivas.
- Conservação da biodiversidade.
- Promoção de educação ambiental, mobilização e capacitação socioambiental.

INVESTIMENTO
R\$ 4,5 MILHÕES,
com 10% de contrapartida
do governo gaúcho

MONITORAMENTO DE PROJETOS ESTRUTURANTES

Principais licenças emitidas pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam)

EMPREENDIMENTOS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

A Fepam emitiu, em 14 de agosto, duas licenças para empresas que iniciarão projetos de energias renováveis no Estado. Uma delas, de Operação (LO), é para uma pequena central hidrelétrica (PCH), e a outra, Prévia (LP), para uma usina solar.

Um dos documentos foi entregue para a empresa catarinense Quevedos Energéticas S.A. e possibilita a operação

de uma PCH no Rio Toropi, gerando 22,36 megawatts (MW) de potência com instalação nos municípios de Júlio de Castilhos e Quevedos.

A LP da empresa mineira Solargrid Autogeração Solar LTDA é o primeiro documento emitido para usina fotovoltaica com potência total de 5 MW, em uma área de cerca de 12 hectares em Uruguiana.

PCH FORQUILHA IV

A Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Forquilha IV recebeu a Licença de Operação em 18 de novembro. O documento autoriza o início da atividade no Rio Forquilha, prevendo a geração de 13 megawatts (MW) de energia. Localizada nos municípios de Machadinho e Maximiliano de Almeida, a hidrelétrica é de responsabilidade da Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento (Creal) e contou com um investimento de R\$ 75 milhões. Durante os dois anos de construção e efetivação da PCH, cerca de cem empregos locais foram gerados.

CAMPANHA E CENTRO DO RS CONECTADOS

Em novembro, foi emitida a Licença de Instalação (LI) para Linhas de Transmissão (LTs) de dois empreendimentos da área de energia: Neenergia e Sant'Ana. As LTs conectarão as regiões da Campanha e Central, com extensão de aproximadamente 225 quilômetros e tensão de 230 kV cada, com investimento total de R\$ 360 milhões. As obras preenchem uma importante lacuna na transmissão, permitindo o escoamento de projetos de geração de energia da Fronteira Oeste até o centro do Estado. Melhorarão a qualidade e a quantidade da transmissão de energia, viabilizando empreendimentos da fronteira impossibilitados de serem conectados ao Sistema Interligado Nacional. Os dois projetos, que formam um circuito duplo, abrangem os mesmos municípios: Santa Maria, Dilermando de Aguiar, São Gabriel, Cacequi, Santana do Livramento e Rosário do Sul.

PCH MORRO GRANDE

A Licença de Operação (LO) para atividade de geração de hidroeletricidade na Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Morro Grande, localizada no Rio Ituim, no município de Muitos Capões, foi emitida em 9 de outubro, por meio de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). As atividades da hidrelétrica iniciaram-se em 15 de outubro, após a liberação da operação comercial pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A previsão de geração de energia é de 9,8 megawatts (MW). Até o momento, durante todo o processo de estudo, instalação e implantação da Morro Grande, foram gerados mais de 1,5 mil empregos. A LO também dispõe sobre questões como preservação e conservação ambiental da área do empreendimento, manejo da fauna local e supervisão ambiental.

RODOVIAS DO DAER

A primeira Licença de Operação (LO) para núcleos ou conjunto de rodovias regionalizadas do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) foi emitida em 24 de setembro, possibilitando a operação e manutenção de um conjunto de rodovias pavimentadas e não pavimentadas, localizadas em 34 municípios gaúchos. O documento foi o primeiro deste tipo liberado para o Daer após a Resolução 372/2018, do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema).

AEROPORTO REGIONAL DA SERRA GAÚCHA

A Licença Prévia (LP) do Aeroporto Regional da Serra Gaúcha, que será construído em Caxias do Sul, foi emitida em 27 de outubro. Após a emissão da LP, o empreendedor deve solicitar a Licença de Instalação (LI) e, depois das obras, a Licença de Operação (LO). Esse último documento permite o funcionamento do aeroporto. O orçamento previsto foi de R\$ 200 milhões, com contrapartida do governo federal. O empreendimento ocupará uma área de 445,53 hectares no distrito de Vila Oliva, em Caxias do Sul, próximo às cidades de Canela, Gramado e Nova Petrópolis.

GÁS NATURAL

A Sulgás construiu 76 quilômetros de rede canalizada de distribuição de gás natural na Região Metropolitana, no Vale do Sinos e na Serra. Um dos destaques é a implantação da rede na Região das Hortênsias, com 10 quilômetros de rede construídos até o fim do ano. O projeto avançará em 2021 até a chegada à região urbana de Gramado, onde serão atendidos clientes do ramo hoteleiro, além de restaurantes, chocolaterias e demais indústrias. Dos 42 municípios atendidos pela empresa, 18 receberam novas obras para ampliar o acesso a uma energia mais limpa, segura e eficiente:

- Alvorada
- Cachoeirinha
- Campo Bom
- Canela
- Canoas
- Caxias do Sul
- Esteio
- Farroupilha
- Gravataí
- Guaíba
- Lajeado
- Novo Hamburgo
- Porto Alegre
- São Leopoldo
- Sapiranga
- Três Coroas
- Triunfo
- Viamão

IMPACTO

Benefícios para diversos setores da economia, desde a construção civil aos segmentos industrial, automotivo, residencial, termoeletrico, comercial e de serviços, entre eles a rede hospitalar.

INVESTIMENTO R\$ 40 milhões



EIXOS ESTRATÉGICOS

EIXO 4 SOCIEDADE COM QUALIDADE DE VIDA



QUALIDADE EM SAÚDE

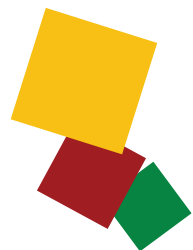
SAMU EM 100% DOS MUNICÍPIOS

Um projeto inovador na área de regulação das urgências e emergências, Chamar 192, foi lançado em 25 de junho, prevendo ampliar a estrutura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) aos 216 municípios gaúchos que ainda não tinham cobertura pelo telefone 192.

Até dezembro, 49 municípios já aderiram ao projeto, ampliando a cobertura do Samu no Estado de 91% para 94%. A expectativa da Secretaria da Saúde (SES) é chegar a 100%, com a

adesão voluntária dos municípios que ainda não prestam o serviço. Na maioria dos casos, são municípios pequenos, de 2 mil a 3 mil habitantes.

Ao aderirem ao Chamar 192, os municípios devem manter uma equipe com, no mínimo, um motorista e um técnico de enfermagem ou socorrista por pelo menos 12 horas ao dia. Em contrapartida, a SES oferece regulação médica primária e secundária aos municípios, com orientação médica às equipes.



REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA

O Rio Grande do Sul apresentou redução do indicador de mortalidade materna ao longo dos últimos cinco anos, conforme o Boletim Epidemiológico Mortalidade Materna e Infantil do RS, lançado em maio pela Secretaria da Saúde. Em 2014, houve 59 óbitos maternos em um total de 143.178 nascimentos (razão de 41,2 a cada 100 mil nascimentos). Em 2018, foram 51 óbitos maternos, em um universo de 139.849 nascimentos (36,5 a cada 100 mil nascimentos). Os dados preliminares

de 2019 apontam 49 óbitos maternos em um total de 134.399 nascimentos, o que indica uma razão de 36,5 a cada 100 mil nascimentos.

O Boletim Epidemiológico da Mortalidade Materna e Infantil terá divulgação periódica, a fim de disponibilizar dados e análises que contribuam para o enfrentamento da mortalidade materna e infantil e a qualificação da assistência integral à saúde das mulheres e crianças no Estado.



ALERTA PARA DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNYA

A Secretaria da Saúde colocou no ar, em janeiro, uma campanha de mídia alertando sobre os perigos da dengue, zika e chikungunya. A mensagem foi veiculada em rádios, TV, portais de internet e redes sociais

com a finalidade de sensibilizar a população quanto à prevenção e ao combate ao mosquito transmissor, o *Aedes aegypti*, que em 2019 provocou 1,4 mil casos de dengue, zika e chikungunya no Estado.

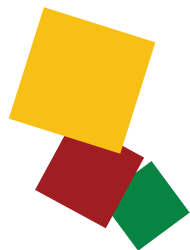




MENOS JUDICIALIZAÇÃO

Com o objetivo de diminuir a judicialização na área da saúde, em 27 de fevereiro foi firmada uma parceria entre governo do Estado, Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Sul (Cosems/RS) e Defensoria Pública. O

Projeto SER Saúde – Soluções Extrajudiciais Resolutivas prevê a adoção de novas práticas extrajudiciais para obtenção de medicamentos, um dos principais itens judicializados. A medida permite a redução de custos com os processos, que, em 2019, representaram despesa de R\$ 649 milhões para a saúde.



PARCERIA COM HOSPITAL SÍRIO-LIBANÊS

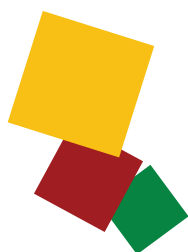
O Hospital Psiquiátrico São Pedro, em Porto Alegre, e o Hospital de Tramandaí são beneficiados por um projeto de consultoria em gestão do Hospital Sírio-Libanês, de São Paulo. A parceria com a Secretaria da Saúde é feita por meio do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (Proadi), do Ministério da Saúde. O trabalho resultou em um plano de ação com metas a curto, longo e médio prazos, com o propósito de transformar os recursos públicos em entregas concretas aos cidadãos.



CONTROLE DE IST/AIDS

A Secretaria da Saúde e a Unesco no Brasil lançaram, em 10 de fevereiro, um projeto para prevenção a infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e aids em jovens.

Previsto para ser executado durante quatro anos em 21 municípios, o projeto integra o Programa RS Seguro. Entre as ações, está a produção de materiais informativos e educativos, além de intervenções interativas.



QUALIFICAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ÀS PESSOAS COM HIV

Para tentar diminuir as taxas de mortalidade por infecção por HIV na Região Metropolitana, a Secretaria da Saúde, a Aids Healthcare Foundation (AHF) no Brasil e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) formaram uma parceria em julho para a implantação de quatro Ambulatórios de Vinculação e Retenção para

peças vivendo com HIV. Os novos serviços estão em funcionamento, três em Porto Alegre e um em Viamão. O objetivo é tratar precocemente as pessoas que recebem o diagnóstico de HIV positivo, preservar o vínculo do paciente com o serviço e manter as taxas de carga viral indetectáveis, bem como resgatar usuários em abandono.



SEMANA ESTADUAL DE PREVENÇÃO À GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Para informar e sensibilizar a sociedade sobre a importância da redução de casos de gravidez precoce no Rio Grande do Sul, foi lançada, em novembro, a Semana Estadual de Prevenção à Gravidez na Adolescência. O evento passa a integrar o eixo de políticas sociais, preventivas e transversais do programa RS Seguro e será realizado anualmente, na semana que inclui o dia 9 de novembro, com ações a serem desenvolvidas de forma conjunta e integrada pelo poder público, como palestras, seminários e atividades lúdicas.

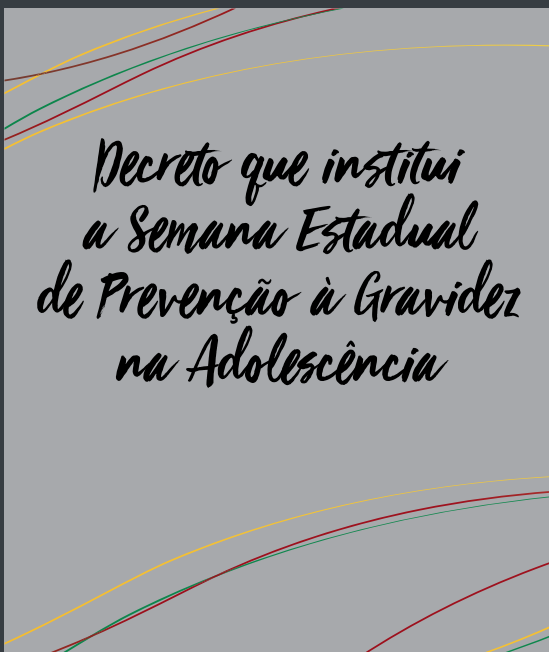
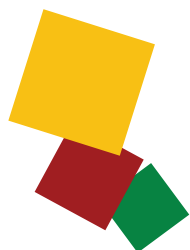




Foto: Gustavo Mansueto

BOMBEIROS



NOVOS EQUIPAMENTOS E VIATURAS

O ano foi de importantes investimentos no reaparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul (CBMRS). As unidades por todo o Estado receberam uma série de novos equipamentos e viaturas, que melhoram a qualidade dos serviços prestados à população e as condições de trabalho para os homens e as mulheres que se dedicam à missão do CBMRS.

Com recursos próprios do Estado, repasses da bancada federal gaúcha no Congresso Nacional e outros convênios com parceiros públicos e privados, foi possível a aquisição de 22 veículos, entre os quais cinco caminhões autobomba-tanque, de R\$ 633.500 cada, no total de R\$ 3,1 milhões.

Outro destaque foi o investimento de quase R\$ 2 milhões em um caminhão auto-hidroquímico para a Companhia Especial de Busca e Salvamento (CEBS). O veículo especial é dotado de agentes extintores e supressores, além de materiais capazes de conter danos ambientais. O caminhão também qualifica o serviço de pronta-resposta a emergências com produtos perigosos, que ainda recebeu reforço com a entrega de roupas especiais de proteção, para uso pelo efetivo da CEBS e das Forças de Resposta Rápida (FR2).

Diversos Batalhões de Bombeiros Militares receberam uma série de equipamentos de proteção individual e instrumentos para resgates e combate ao fogo por meio de aquisições realizadas com recursos dos Fundos Municipais de Reequipamento de

Bombeiros (Funrebom) de vários municípios. Em Cachoeira do Sul, por exemplo, o Funrebom aplicou R\$ 122 mil na aquisição de capacetes, machados, capas e calças de proteção contra fogo, mosquetões de diversos níveis e cintas para salvamento.

IMPACTO

- 1 ônibus
- 1 caminhão auto-hidroquímico para a Companhia Especial de Busca e Salvamento (CEBS)
- 5 caminhões autobomba-tanque (4 para Porto Alegre e 1 para São Pedro do Sul)
- 1 encarroçamento de autobomba-tanque (Taquara)
- 2 micro-ônibus
- 3 camionetas Hilux
- 2 Spin
- 3 camionetas Mitsubishi
- 4 desencarceradores (distribuídos entre Comando-Geral e Academia de Bombeiro Militar, em Porto Alegre, e unidades em outras dez cidades com cobertura de sete Batalhões de Bombeiros Militar – 3º, 6º, 7º, 8º, 9º, 11º e 12º)
- 5 ambulâncias para resgate e ações de Defesa Civil (53 municípios e 460 mil gaúchos beneficiados)

INVESTIMENTO R\$ 13 milhões

(aplicações diretas de recursos do Estado, valores destinados pela Consulta Popular e convênios com Empresa Gaúcha de Rodovias, Defesa Civil e empresa Fraport; não estão incluídos repasses feitos pelo Funrebom).

ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIAS COM PRODUTOS QUÍMICOS PERIGOSOS

A Defesa Civil Estadual entregou equipamentos para o Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul (CBMRS) aperfeiçoar e ampliar o atendimento de emergências com produtos químicos perigosos.

IMPACTO

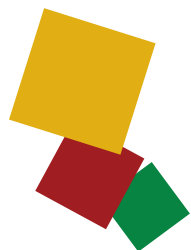
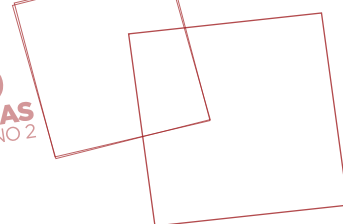
- Entrega de drones e equipamentos de proteção individual (EPIs) modernos para os bombeiros.

INVESTIMENTO

R\$ 247 mil



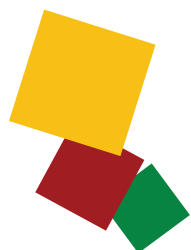
RECURSOS PARA CULTURA



QUALIFICAÇÃO DE INSTITUIÇÕES

A Secretaria da Cultura (Sedac) investiu na qualificação de instituições culturais pertencentes ao Estado com recursos

captados por meio de emendas parlamentares (quatro federais e três estaduais), editais públicos e patrocínios.



R\$ 4,8 MILHÕES PARA O MARGS

As obras de modernização do sistema de climatização e de restauro do terraço e dos quatro torreões da cobertura do Museu de Arte do Rio Grande do Sul (Margs), no valor de R\$ 4,8 milhões, iniciaram-se em 1º de

dezembro. Também começou a implementação do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI). O financiamento provém do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.



R\$ 4,69 MILHÕES PARA A CASA DA OSPA

A Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Ospa) conquistou um novo capítulo de sua trajetória em 2016, quando começou a construção de suas novas instalações no Centro Administrativo Fernando Ferrari: uma sala de ensaios e a Sala Sinfônica, com capacidade para 1,1 mil lugares.

Em 2020, houve avanços nas obras do complexo cultural-educativo, entre elas a instalação do sistema de ar-condicionado e a finalização dos sanitários. Ainda neste ano, a Fundação Ospa

venceu o edital do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, do Ministério Público do Rio Grande do Sul, e garantiu R\$ 4,69 milhões para a realização de dois grandes projetos. Um deles é a edificação da sala de recitais, a qual está parcialmente pronta e conta com o valor para concluí-la e arquitetar as demais áreas. Outro projeto é a elaboração do programa Ospa Social, que ampliará vagas na Escola da Ospa – Conservatório Pablo Komlós a partir da compra de instrumentos musicais.



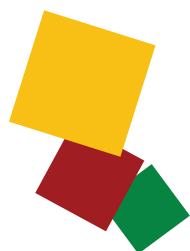
Foto: Mariana Moraes



R\$ 1,5 MILHÃO PARA A CASA DE CULTURA

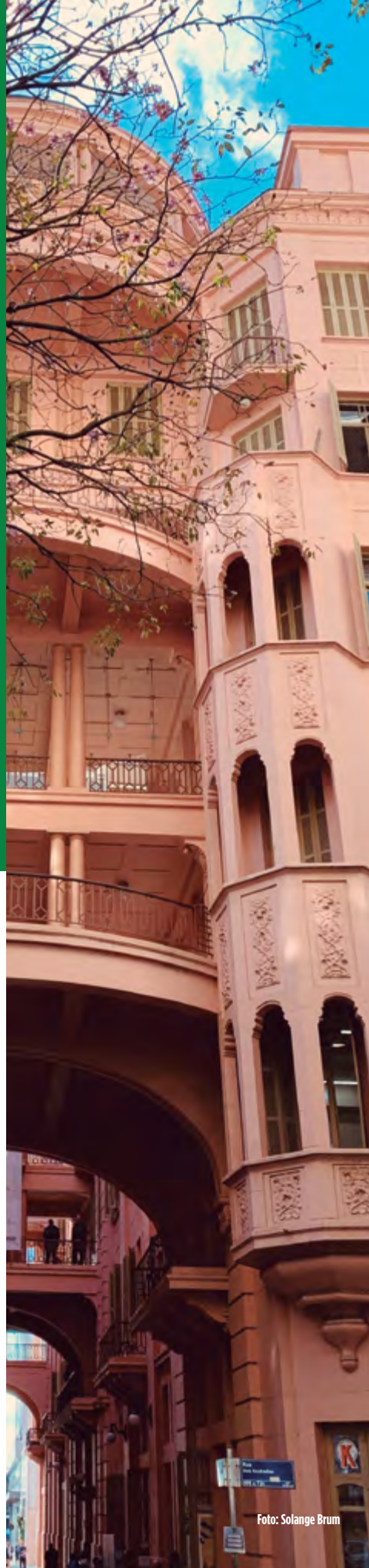
Um patrocínio de R\$ 1,5 milhão do Barrisul para a Casa de Cultura Mario Quintana permitiu o início das adequações ao Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI).

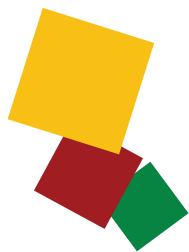
Estão previstas novas instalações elétricas e hidráulicas, substituição de extintores de incêndio e renovação de toda a sinalização de emergência.



R\$ 165 MIL PARA A DISCOTECA PÚBLICA NATHO HENN

A Discoteca Pública Natho Henn, que funciona na Casa de Cultura Mario Quintana, investirá R\$ 165 mil na aquisição de equipamentos de sonorização e mobiliário, acondicionamento e informatização do acervo discográfico e bibliográfico, por meio de recursos do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, do Ministério Público do Rio Grande do Sul.





R\$ 100 MIL PARA O MUSEU HISTÓRICO FARROUPILHA

O investimento de R\$ 100 mil proveniente de uma emenda parlamentar foi direcionado para o Museu Histórico Farroupilha, no município de Piratini, adquirir mobiliário expositivo, instalar sistema de segurança, revisar rede elétrica e eliminar infiltrações.



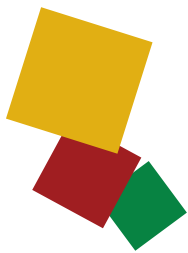
MACRS

A região conhecida como 4º Distrito de Porto Alegre, onde se concentram empreendimentos da economia criativa, abriga a nova sede do Museu de Arte Contemporânea (MACRS), que, mesmo não inaugurada oficialmente, já realiza atividades abertas ao público.

As reformas arquitetônicas do MAC 4º Distrito já começaram e foi restabelecida a política de aquisições do museu, contabilizando mais de 80 obras doadas desde o início de 2019. A

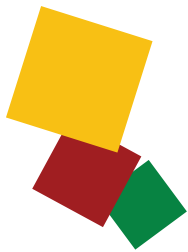
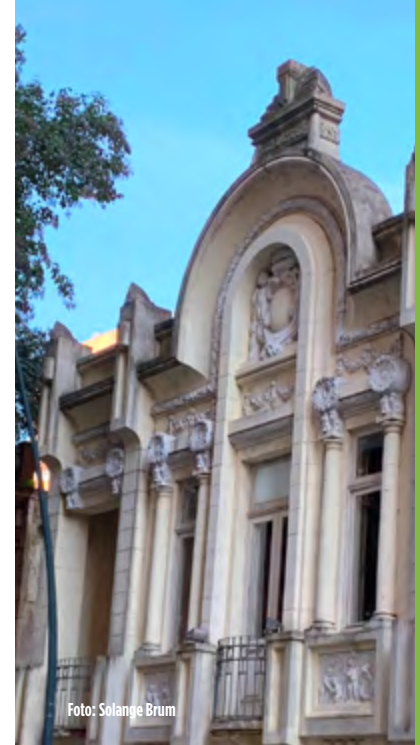
instituição ainda ganhou da Polícia Civil dois bondes elétricos que pertenciam à Carris. Os veículos serão restaurados e abertos à visitação ou utilizados como espaço educativo.

Com a nova sede, o MACRS altera o seu perfil para o conceito de museu-bairro, em que a interação entre instituição, artistas e visitantes se intensifica por meio de exposições, cursos, intervenções e outros meios, especialmente no que se refere aos moradores da região.



R\$ 60 MIL PARA O MUSEU JULIO DE CASTILHOS

No Museu Julio de Castilhos, o mais antigo do Estado, uma parceria com o Tribunal de Justiça possibilitou melhorias no prédio tombado e aquisição de novo mobiliário expositivo, com suportes para esculturas e vitrines para vestuário, totalizando R\$ 60 mil em investimentos.



5ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA

A 5ª Conferência Estadual de Cultura foi dedicada à aplicação da Lei Aldir Blanc no Rio Grande do Sul, tendo por premissas fazer uma escuta ampla e descentralizada da sociedade civil, mapear trabalhadores e instituições direcionados à cultura no Estado e sensibilizar as prefeituras a fazerem uso dos recursos destinados aos municípios.

Os dois primeiros ciclos da conferência, em um total de 17 encontros online (lives), foram voltados à articulação, pactuação e deliberação sobre a aplicação da lei, com expressiva participação da sociedade, de todas as regiões do Estado, e conferencistas convidados.

No primeiro ciclo, mais de 80 mil pessoas foram alcançadas por

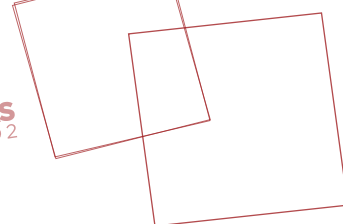
meio das transmissões; no segundo, aproximadamente 78 mil pessoas. Para ampliar o alcance dos debates, as sessões do primeiro ciclo foram também transmitidas pela TVE e pela rádio FM Cultura. O terceiro e último ciclo, em data a ser definida para ocorrer em 2021, abordará os resultados e indicadores da aplicação da Lei Aldir Blanc no Rio Grande do Sul.

IMPACTO

Amadurecimento do Sistema Estadual de Cultura (Lei 14.310/2013), política pública que garante a participação integrada entre sociedade civil e poder público na articulação e na gestão da cultura.



PRÓ-CULTURA



NOVAS REGRAS E MAIS RECURSOS

A Lei 15.449, que introduziu alterações no Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais (Pró-Cultura), foi sancionada em 17 de fevereiro. Aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa, o novo Pró-Cultura é uma política pública moderna, ágil, transparente e desburocratizada voltada ao fomento da cultura e da economia criativa.

Entre outras inovações, destacam-se:

- redução da contrapartida financeira devida pelos patrocinadores (empresas contribuintes de ICMS) de projetos culturais;
- novas modalidades de aporte de recursos no Fundo de Apoio à Cultura (FAC);
- qualificação do processo de avaliação dos projetos;
- simplificação da tramitação das propostas no sistema, com menos burocracia.

IMPACTO

- Milhares de beneficiados diretos e indiretos, tendo em vista a repercussão em impostos e renda
- Edital FAC Digital - 1.940 projetos com recursos de R\$ 1,5 mil, totalizando R\$ 3 milhões
- Editais lançados em 2019 e que tiveram os projetos contratados em 2020:
 - Edital FAC Educação Patrimonial - 32 projetos, totalizando R\$ 1,5 milhão
 - Edital FAC Teatro Hoje - Serafim Bemol: quatro projetos, totalizando R\$ 400 mil
 - Edital FAC do Audiovisual II - dez projetos, totalizando R\$ 1,5 milhão
 - Edital FAC Movimento - 50 projetos, totalizando R\$ 3 milhões
 - Edital FAC Audiovisual entre Fronteiras - quatro projetos, totalizando R\$ 200 mil.

INVESTIMENTO

R\$ 50 milhões
provenientes de incentivos fiscais, um volume recorde de investimentos



MAIS MORADIAS

10.290 UNIDADES HABITACIONAIS

Recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida repassados pelo governo federal e outros recursos permitiram a construção de 10.290 unidades habitacionais em 16 municípios.

INVESTIMENTO

(casas concluídas)

- R\$ 2.535.797
- Contrapartida do governo do Estado: em Bagé, cedência de áreas da extinta Cohab, avaliadas em R\$ 1,5 milhão, para construção de 1.164 unidades habitacionais; nos outros 15 municípios, repasse de até R\$ 3 mil por unidade habitacional

IMPACTO

- 934 unidades habitacionais concluídas
- 3,5 mil famílias beneficiadas aproximadamente
- 16 municípios

INVESTIMENTO

(casas em construção)

- R\$ 32.767.551
- Contrapartida do governo do Estado: repasse de até R\$ 5 mil por unidade habitacional.

IMPACTO

- 9.356 unidades habitacionais em fase de construção
- 38 mil beneficiados
- 189 municípios

FORÇA-TAREFA DA EXTINTA COHAB

No primeiro bimestre, ocorreram três mutirões de entrega de escrituras aos mutuários da extinta Cohab nos municípios de Bagé, Pelotas e Santa Maria. Devido à pandemia de Covid-19, houve alteração no cronograma de metas de entrega de escrituras. Apesar do período de suspensão de viagens e com a interrupção de diligências aos cartórios de Registros de Imóveis, em 2020, foram entregues 370 escrituras de imóveis da Cohab.



GRUPO DE TRABALHO DEBATE VIOLÊNCIA CONTRA POPULAÇÃO NEGRA

O governo criou, em julho, o Grupo de Trabalho de Combate à Violência contra a População Negra, com a finalidade de discutir violência policial contra a população negra e as formas de se debater o assunto em nível institucional. A primeira reunião ocorreu em 11 de agosto.

CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

DELEGACIA DE POLÍCIA DE COMBATE À INTOLERÂNCIA

Na data em que se celebra o Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de dezembro, a Polícia Civil inaugurou a Delegacia de Polícia de Combate à Intolerância (DPCI) em Porto Alegre, dando um passo decisivo para concretizar uma política de segurança e proteção mais humanizada no Estado.

Localizada na Avenida Presidente Franklin Roosevelt, 981, bairro São Geraldo, a nova delegacia fica responsável pela investigação de casos como os de racismo, homofobia e injúria qualificada que, até então, ficavam sob apuração de várias delegacias não especializadas.

O público-alvo da DPCI é toda pessoa vítima de preconceito ou discriminação de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, orientação sexual, identidade de gênero ou em razão de deficiência.

Embora a delegacia tenha sido pensada para o atendimento dessas demandas específicas, os demais órgãos policiais seguirão registrando esse tipo de crime e os encaminharão para investigação da DPCI.



Foto: Itamar Aguiar

NÃO É NÃO!

A Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), por meio do Departamento de Política para as Mulheres (DPM), promoveu a ação “Não é não!” em janeiro, durante a realização do Planeta Atlântida, no Litoral Norte. O objetivo era combater o assédio contra as mulheres. No posto policial de atendimento da Polícia Civil, foram distribuídas tatuagens temporárias com a expressão “Não é não!”. Mais de 7 mil homens e mulheres aplicaram a tatuagem.



Foto: Maurício Tonetto

MINIVANS PARA AÇÕES HUMANITÁRIAS

As ações humanitárias do governo ganharam um importante reforço com a aquisição de duas minivans, cada uma com capacidade para transportar 1,5 mil quilos. Os veículos adquiridos pela Defesa Civil foram destinados, em 27 de maio, para a Central de Doações recolher e distribuir cestas básicas e roupas, melhorando os serviços prestados à população gaúcha.

INVESTIMENTO

R\$ 206,8 mil

(oriundos do Fundo Estadual de Defesa Civil)

TRABALHO PRISIONAL REMUNERADO

FUNDO PENITENCIÁRIO ROTATIVO

O projeto de lei que cria o Fundo Penitenciário Rotativo está em tramitação na Assembleia Legislativa. O fundo servirá de fomento ao trabalho prisional, atrairá parceiros privados e proporcionará geração de recursos para investimentos no sistema prisional.

CONVÊNIOS

Os convênios para realização de trabalho prisional remunerado por produtividade começaram nas penitenciárias de Ijuí, em 1º de maio, e Estadual de Arroio dos Ratos, em 21 de maio. Em outra frente, a expansão da pandemia proporcionou a oportunidade de trabalho para centenas de homens e mulheres que cumprem pena nos diversos regimes no sistema prisional do Rio Grande do Sul. No início de outubro, as oficinas prisionais gaúchas atingiram a marca de 300 mil máscaras produzidas e distribuídas para órgãos de saúde, segurança pública, escolas e parceiros institucionais.



Foto: Gustavo Mansur



Foto: Antônio Bavaresco



GERAÇÃO DE VAGAS QUALIFICADAS

Em 2020, foram geradas quase mil vagas qualificadas em cinco obras de recuperação, ampliação ou construção de novas unidades prisionais do Estado. A principal delas ocorreu na Penitenciária Estadual de Sapucaia do Sul, inaugurada em 28 de agosto com 600 vagas. A nova estrutura está funcionando como centro de triagem, em função da pandemia. Vagas qualificadas oferecem tratamento penal adequado, com possibilidade de trabalho, estudo, atendimento de saúde e espiritual, etc.

Outras iniciativas importantes também avançaram em 2020: recuperação do Instituto Penal Miguel Dario, do Presídio Estadual de Sarandi e do Instituto Penal de Charqueadas e ampliação do Presídio Estadual de Lagoa Vermelha.



Foto: Antônio Bavaresco

DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

A Faders Acessibilidade e Inclusão realizou, em 7 de julho, o Fórum Temático Conversando sobre Autismo Online – Unindo Forças pela Inclusão. Inscreveram-se 250 pessoas de mais de 60 municípios gaúchos e dez de outros Estados. Os participantes tiveram acesso aos conteúdos propostos, abordados pontos como os direitos da pessoa com Transtorno do

Espectro Autista (TEA) e o acesso a serviços de saúde, educação e outros. Além disso, puderam encaminhar perguntas e comentários, os quais balizaram o debate na videoconferência, que durou mais de duas horas. A dinâmica foi semelhante aos fóruns tradicionalmente realizados de modo presencial.

MÓDULOS ESCOLARES

CENTRO DE ATENDIMENTO

SOCIOEDUCATIVO FEMININO

A Escola Estadual Tom Jobim, construída no Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino (Casef), em Porto Alegre, foi inaugurada em 18 de novembro. O prédio de 319,50 metros quadrados abriga biblioteca, seis salas de aula, sala de informática, copa, sanitários, depósito de material de limpeza e depósito de material pedagógico.

IMPACTO

Melhoria das condições de ensino e aprendizagem para aproximadamente 30 jovens e 10 docentes.

INVESTIMENTO

R\$ 718.264

(recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird)

CENTRO DE INTERNAÇÃO

PROVISÓRIA CARLOS SANTOS

O módulo escolar da Escola Estadual de Ensino Médio Senador Pasqualini, no Centro de Internação Provisória Carlos Santos (CIPCS), em Porto Alegre, foi inaugurado em 24 de julho.

No prédio de 338,52 metros quadrados, foram construídos biblioteca, sete salas de aula, sala de informática, secretaria, sala de professores, sala da direção, sanitários, depósito de material pedagógico e depósito de material de limpeza.

IMPACTO

Melhoria das condições de ensino e aprendizagem para aproximadamente 50 internos e 15 docentes.

INVESTIMENTO

R\$ 1,1 milhão

(recursos do Bird)



MAPA SOCIAL

O Projeto Mapa Social iniciou-se em junho, com a meta de mapeamento e diagnóstico das políticas públicas existentes no Estado para as populações vulneráveis. Trata-se de uma ferramenta que tem por finalidade oferecer um panorama da realidade social do Rio Grande do Sul e dos municípios gaúchos.

Para tanto, congrega indicadores sociais divulgados por diferentes instituições e órgãos públicos, inicialmente nas temáticas da educação, saúde e segurança pública. Contempla, também, indicadores socioeconômicos e demográficos.

Mais do que uma ferramenta para nortear a atuação judicial e extrajudicial dos promotores de Justiça, o mapa oferece ao cidadão a oportunidade de assumir o papel de protagonista na transformação da realidade social.

IMPACTO

**Desenvolvimento
de ações e políticas
baseadas em dados.**



NOVA REGULAMENTAÇÃO PARA O PRÓ-ESPORTE RS

O Programa de Incentivo ao Esporte do Estado do Rio Grande do Sul (Pró-Esporte RS) passou a ser regulamentado pelo Decreto 55.534, seguindo as alterações previstas na Lei 15.449/2020, a qual institui o Sistema Estadual de Apoio e Incentivo a Políticas Estratégicas do Estado do Rio Grande do Sul (Sisaipe/RS). Seu propósito é promover a aplicação de recursos financeiros em projetos desportivos e paradesportivos, de qualquer modalidade.

Assinado em 7 de outubro, uma das principais mudanças estabelecidas no decreto foi a redução do valor exigido como aporte de recursos próprios das empresas que financiam projetos via leis de incentivo, com a compensação do ICMS a ser recolhido. A contrapartida, até então fixada em 25% do valor financiado, passou para 10% ou 5%, dependendo do projeto.

Além disso, houve ampliação do cadastro de proponentes, permitindo que pessoas físicas e jurídicas com fins lucrativos possam se cadastrar, mantendo a possibilidade para entidades e municípios.

Entre as alterações, destaque também para a inclusão da promoção esportiva aos atletas transplantados, o financiamento do bolsa-atleta em projetos da lei de incentivo e a inclusão nos projetos da construção de espaços esportivos públicos.

O novo decreto permite ainda o aporte de patrocínio diretamente ao fundo, em caso de captação, o que amplia o lançamento de editais para contemplar projetos com recursos diretos.

O Pró-Esporte RS atua a partir de duas ferramentas: a Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), por meio de incentivo do ICMS a empresas patrocinadoras de projetos esportivos aprovados; e o Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte (FEIE), viabilizado por editais em que o Estado investe de forma direta.

IMPACTO

**92 projetos
aprovados entre
equipes e atletas
gaúchos, nas
mais variadas
modalidades.**

**INVESTIMENTO
R\$ 20 milhões**



CONFERÊNCIA ESTADUAL DO ESPORTE E LAZER

No dia 23 de outubro, a Secretaria do Esporte e Lazer (SEL) iniciou, em formato online, a Conferência Estadual do Esporte e Lazer. A finalidade era discutir com a comunidade as formas de planejamento, organização e execução de diretrizes das políticas públicas municipais e estadual do Rio Grande do Sul para o setor.

A conferência foi formatada em três etapas. A primeira teve encontros municipais, realizados em agosto e setembro. A segunda começou em 23 de outubro, com a Conferência Regional – Polo Pelotas, seguida de mais cinco nos municípios de Santo Ângelo (15 de dezembro), Erechim, Caxias do Sul, Santa Maria e Novo Hamburgo, que deverão ocorrer até maio de 2021.

Nas seis conferências regionais, serão abordados dois eixos temáticos:

- Esporte educacional, de rendimento e de participação (esporte escolar, esporte universitário, esporte de rendimento e esporte de participação).
- Paradesporto e idosos (manifestação esportiva e lazer do paradesporto, paradesporto escolar, paradesporto de rendimento e jogos dos idosos).

A etapa estadual da conferência, em junho de 2021, reunirá todas as demandas regionais discutidas nas anteriores e comporá a redação final, transformando seus resultados em um projeto de lei do esporte no Estado.



CHAMAMENTO PÚBLICO PARA GESTÃO DO CETE

A Secretaria do Esporte e Lazer (SEL) busca parceria para a gestão e organização de áreas do Centro Estadual de Treinamento Esportivo (Cete). Com esse propósito, lançou um edital de chamamento público para acordo de cooperação, com o objetivo de selecionar organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, ligada ao esporte gaúcho.

A parceria prevê a implementação de ações conjuntas para assegurar a exploração de receitas de áreas específicas do Cete

(estacionamento, cafeteria/alimentação, publicidade nos ginásios e áreas externas, realização de eventos, locação de uso privativo de quadras e espaços esportivos e exploração da atual área da administração). Inclui, ainda, o auxílio na organização e gestão dos espaços destinados às federações esportivas, referentes à manutenção, exploração e organização dos ginásios.



Foto: Gustavo Gargione

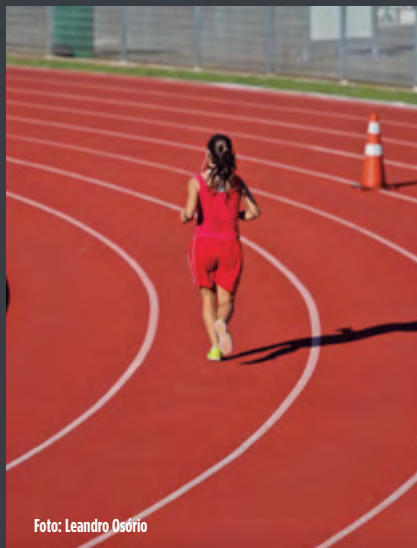


Foto: Leandro Osório



Foto: Leandro Osório

RS TRABALHO, EMPREGO E RENDA

O Programa RS Trabalho, Emprego e Renda (RS TER) é uma política coordenada pela Secretaria de Trabalho e Assistência Social (STAS) e Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), com foco na geração de trabalho, emprego e renda, por meio do fomento ao empreendedorismo, à criação ou sustentabilidade de negócios embrionários, micro e pequenas empresas. É uma ação também relacionada ao enfrentamento da pandemia. Lançado em 17 de dezembro, o programa surgiu como uma ação coletiva que congrega governo, setor produtivo, instituições de pesquisa, ensino e extensão e o terceiro setor, tendo como propósito disponibilizar, sistemicamente, três eixos estratégicos aos empresários no Estado:

- crédito, por ser uma demanda urgente;
- assessoramento à gestão, por ser um problema crônico e responsável pelo alto índice de mortalidade das empresas;
- mercado, por criar as condições para ampliar o potencial de comercialização por meio de um

arranjo institucional nos territórios.

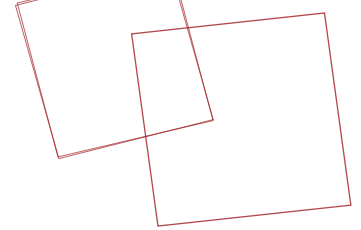
Podem ser beneficiados pelo programa os empreendedores da agricultura familiar, dos negócios informais, pequenos produtores rurais, microempreendedores individuais (MEIs) e microempresas que tenham faturamento máximo de R\$ 4,8 milhões por ano.

IMPACTO

- **Disponibilizar, sistemicamente, três eixos estratégicos (crédito, gestão e mercado) aos empresários no Rio Grande do Sul (empreendedores da agricultura familiar, dos negócios informais, pequenos produtores rurais e microempreendedores individuais - MEIs).**
- **Contribuir com a implementação ou sustentabilidade econômico-financeira dos negócios e com o desenvolvimento locorregional.**

INVESTIMENTO

As transferências de recursos para os empreendedores (micro e pequenos empresários) ocorrerão a partir dos parceiros que assinaram termo de parceria com o governo.



TRABALHAR RS

A Lei 15.494, de 6 de agosto, que cria o Sistema Estadual de Trabalho, Emprego e Renda no RS (Trabalhar RS), propõe a instituição do marco legal de uma política pública de emprego e renda no Estado, buscando beneficiar a economia e a sociedade gaúcha.

IMPACTO

- **Integração das ações de promoção do trabalho, exercidas pelos diversos organismos estaduais e municipais, públicos ou privados, articulando-se com as ações efetuadas pelos demais integrantes do Sistema Nacional de Emprego (Sine).**
- **Constituição do Fundo Estadual do Trabalho (Funtrab-RS) e do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda (CTER-RS).**

REDUÇÃO DA CONTRAPARTIDA DE EMPRESAS NO PRÓ-SOCIAL

O Projeto de Lei 1/2020 do Executivo Estadual, propondo alteração na Lei 13.924/2012, foi aprovado na Assembleia Legislativa, reduzindo de 25% para 10% a contrapartida de empresas que financiam projetos do Programa de Apoio à Inclusão Social (Pró-Social). Os recursos serão recolhidos em favor do Fundo Estadual de Apoio à Inclusão Produtiva (FEAIP). A nova lei uniformiza o investimento por parte das empresas em três áreas: social, esporte e cultura.

IMPACTO

- **A alteração na lei torna mais atrativo o financiamento social.**
- **Ganhos sociais e melhor aplicação de recursos públicos, atraindo, com a redução das contrapartidas, novas parcerias e a colaboração entre empresas, em especial de médio e pequeno porte, organizações da sociedade civil e administração pública estadual para o desenvolvimento de projetos sociais, mediante utilização no incentivo fiscal.**

ENSINO SUPERIOR

VOLTA ÀS AULAS EM FORMATO REMOTO

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) retomou o semestre letivo 2020/1 em 22 de junho com aulas remotas, como medida de prevenção à Covid-19, depois de suspender as atividades presenciais em 16 de março.

Ela foi a pioneira entre as outras instituições de Ensino Superior do Estado no retorno às aulas após o início da pandemia.

A fim de preparar a comunidade universitária para esse contexto, a instituição ofertou cursos sobre os seus Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) na plataforma Moodle, com exploração de ferramentas síncronas e assíncronas de comunicação.

Os cursos foram voltados aos docentes e tutores (abertos também à comunidade externa) e aos estudantes.

IMPACTO

- 3.451 estudantes matriculados em 2020/1
- 3.795 em 2020/2
- 575 participantes nos cursos sobre os Ambientes Virtuais de Aprendizagem

UNIVERSIDADE DIGITAL

Antes de decidir pela retomada das aulas, a Uergs realizou uma pesquisa para analisar o perfil discente e averiguar suas condições de acesso à Educação a Distância (EaD). A pesquisa constatou que 41% dos estudantes não tinham acesso à internet.

Para prestar assistência a esse grupo, oferecendo condições para que pudessem estudar, a reitoria atuou em duas frentes:

- buscou recursos da Assembleia Legislativa para o projeto Uergs Digital – Acessibilidade Tecnológica, o qual oferece acesso à internet para estudantes economicamente hipossuficientes e a implantação de

uma biblioteca virtual com 8 mil títulos disponíveis por 36 meses;

- encaminhou ofício para as oito delegacias da Receita Federal do Rio Grande do Sul solicitando a doação de notebooks, tablets e computadores apreendidos pelos órgãos, para serem emprestados aos estudantes durante a pandemia.

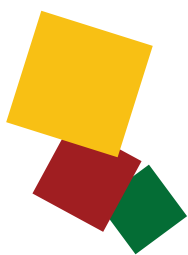
No começo de junho, a Assembleia aprovou a liberação de recursos de seu orçamento para o projeto Uergs Digital. Logo em seguida, a universidade recebeu mais de mil equipamentos, entre tablets, monitores, CPUs e teclados doados pelo Tribunal Regional Eleitoral, por delegacias da Receita Federal e pelo Tribunal de Justiça.

IMPACTO

2,4 mil estudantes que não tinham acesso à internet ou equipamentos para acompanhar o ensino remoto foram beneficiados.

INVESTIMENTO

R\$ 650 mil em recursos da Assembleia Legislativa para o Uergs Digital (acesso à internet e Biblioteca Virtual)



OLIMPÍADAS NACIONAIS

ONDA E POLARON

A 4ª Olimpíada Nacional de Aplicativos (Onda) foi lançada em junho com o tema “Cidades inteligentes e sustentáveis”. Participam estudantes de Ensino Médio e de graduação de todo o país, propondo projetos de aplicativos relacionados ao tema da edição. A Onda é uma realização da Uergs e, neste ano, integra o projeto Educar para Inovar, fruto de uma parceria da universidade com a Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia (SICT).

A 1ª Olimpíada Nacional de Ambientes Marinhos e Polares (PolarOn), lançada em agosto, abrange estudantes de todo o Brasil que estejam concluindo o Ensino Fundamental e o Ensino Técnico, além

de estudantes do Ensino Médio, de estabelecimentos de ensino com pelo menos um professor credenciado.

A PolarOn busca fomentar no ambiente escolar a reflexão e o debate sobre a importância dos ambientes marinhos e polares para o Brasil e para o planeta. As atividades foram promovidas em ambiente virtual. O evento é uma realização da Uergs em parceria com a SICT, com apoio da Secretaria da Comissão Interministerial para Recursos do Mar (SECIRM) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

IMPACTO

**315 inscritos
de dez
Estados**



TRANSPARÊNCIA

COMUNICAÇÃO



CAMPANHAS E AÇÕES DE PUBLICIDADE

No início da pandemia, campanha de divulgação dos bons hábitos e protocolos de combate ao coronavírus.



Coronavírus - Uma mão lava a outra

Campanha de conscientização para incentivar o uso da máscara.



Uma máscara salva muitos

Março

Maio

Divulgação do site com todas as informações a respeito do Distanciamento Controlado.

Para despertar solidariedade, empatia, vontade de ajudar, a campanha estimulou as doações via drive-thru para respeitar o distanciamento social.

Apresentou as realizações do governo para preservar vidas e minimizar o impacto econômico, cuidando da saúde, da economia, da segurança e do social.



Não podemos se entregar ao corona de jeito nenhum!



Campanha do Agasalho



Transparência

Maio

Junho

Junho



CAMPANHAS E AÇÕES DE PUBLICIDADE

Informou a população sobre os serviços digitais disponibilizados no portal e a opção de buscar as unidades presenciais do Tudo Fácil em Porto Alegre.



rs.gov.br

Devido à situação de estiagem no Estado, foi lançada uma campanha de conscientização sobre o uso racional da água e energia.



Estiagem - Defesa Civil

Reforço na comunicação de prevenção à Covid-19 para informar que, apesar da retomada das atividades econômicas, a pandemia ainda não havia acabado, e por isso era importante continuar cuidando dos protocolos de proteção.



Te Cuida, RS - Retomada

Novembro

Novembro

Novembro

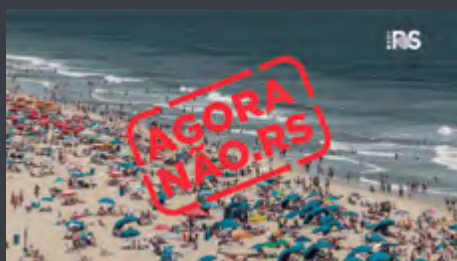
Seis minidocs audiovisuais mostrando a importância da duplicação da ERS-118 para o desenvolvimento do Estado.

Para alertar que a pandemia ainda não havia acabado e que o momento ainda não permitia nenhum tipo de aglomeração.

Reforço na comunicação de prevenção à Covid-19 para conscientizar que ignorar que a pandemia não havia acabado poderia ter consequências trágicas.



Minidocumentários ERS-118



Te Cuida, RS - Agora não



Te Cuida, RS - Basta um minuto

Dezembro

Dezembro

Dezembro

365 DIAS | ANO 2
GOVERNO DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL 2020

GOV **RS**
NOVAS FAÇANHAS